

Companhia Paranaense de Energia

CNPJ Nº 76.483.817/0001-20
Inscrição Estadual 10146326-50
Companhia de Capital Aberto - CVM 1431-1
www.copel.com copel@copel.com
Rua Coronel Dulcídio, 800, Batel - Curitiba - PR
CEP 80420-170

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

ITR

Setembro/2020

SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS.....	3
Balanços Patrimoniais	3
Demonstrações de Resultados	5
Demonstrações de Resultados – Movimento do Terceiro Trimestre	6
Demonstrações de Resultados Abrangentes	7
Demonstrações de Resultados Abrangentes – Movimento do Terceiro Trimestre	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
Demonstrações do Valor Adicionado.....	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS.....	13
1 Contexto Operacional	13
2 Concessões e Autorizações	21
3 Base de Preparação	25
4 Principais Políticas Contábeis	28
5 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	29
6 Títulos e Valores Mobiliários	29
7 Clientes.....	30
8 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná.....	32
9 Ativos e Passivos Financeiros Setoriais Líquidos	33
10 Contas a Receber Vinculadas à Concessão	35
11 Ativos de contrato	36
12 Outros Créditos.....	38
13 Tributos.....	39
14 Despesas Antecipadas	43
15 Partes Relacionadas	44
16 Depósitos Judiciais	45
17 Investimentos.....	45
18 Imobilizado.....	48
19 Intangível	51
20 Obrigações Sociais e Trabalhistas	53
21 Fornecedores.....	53
22 Empréstimos e Financiamentos	54
23 Debêntures	58
24 Benefícios Pós-emprego	60
25 Encargos Setoriais a Recolher	62
26 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	62
27 Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	63
28 Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos	63
29 Outras Contas a Pagar	66
30 Provisões para Litígios e Passivo Contingente.....	66
31 Patrimônio Líquido	70
32 Receita Operacional Líquida	71
33 Custos e Despesas Operacionais	75
34 Resultado Financeiro	81
35 Segmentos Operacionais.....	82
36 Instrumentos Financeiros	86
37 Transações com Partes Relacionadas	101
38 Compromissos.....	104
39 Seguros.....	105
40 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	105
41 Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas	106
42 Eventos subsequentes.....	108
COMENTÁRIO DO DESEMPENHO	109
1 Linhas de Distribuição.....	109
2 Mercado de Energia.....	110
3 Administração	113
4 Relações com o Mercado.....	114
5 Tarifas.....	115
6 Resultado Econômico-Financeiro.....	116
COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA.....	119
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	120
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	122
DECLARAÇÃO	123

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Balancos Patrimoniais

em 30 de setembro de 2020 e 31 dezembro de 2019

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	28.861	25.304	3.599.422	2.941.727
Títulos e valores mobiliários	6	90	90	1.460	3.112
Cauções e depósitos vinculados		-	-	136	147
Clientes	7	-	-	2.938.154	3.120.168
Dividendos a receber		454.640	760.719	55.474	70.092
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	8	255.820	219.236	255.820	219.236
Ativos financeiros setoriais	9	-	-	10.439	355.570
Contas a receber vinculadas à concessão	10	-	-	144.819	58.842
Ativos de contrato	11	-	-	110.468	107.443
Outros créditos	12	1.277	1.068	506.127	426.865
Estoques		-	-	145.271	130.442
Imposto de renda e contribuição social		10.938	5.876	209.048	236.929
Outros tributos a recuperar	13.2	-	-	908.151	205.060
Despesas antecipadas	14	300	95	31.089	33.563
Partes relacionadas	15	45.713	6.039	-	-
		797.639	1.018.427	8.915.878	7.909.196
Ativos classificados como mantidos para venda	41	718.406	-	1.181.843	-
		1.516.045	1.018.427	10.097.721	7.909.196
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	298.857	278.969
Outros investimentos temporários		21.077	27.734	21.077	27.734
Cauções e depósitos vinculados	22.1	-	-	145.044	98.433
Clientes	7	-	-	50.259	62.399
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	8	1.107.487	1.131.449	1.107.487	1.131.449
Depósitos judiciais	16	125.450	124.219	484.888	504.190
Ativos financeiros setoriais	9	-	-	31.317	118.419
Contas a receber vinculadas à concessão	10	-	-	2.495.397	2.558.796
Ativos de contrato	11	-	-	4.511.755	3.943.941
Outros créditos	12	7.444	7.444	808.878	661.759
Imposto de renda e contribuição social		112.789	123.951	131.597	142.532
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.1	176.782	154.364	951.360	1.011.866
Outros tributos a recuperar	13.2	88.214	87.597	5.190.116	322.011
Despesas antecipadas	14	-	-	66	132
Partes relacionadas	15	154.639	108.983	-	-
		1.793.882	1.765.741	16.228.098	10.862.630
Investimentos	17	19.032.220	17.286.220	2.637.242	2.523.179
Imobilizado	18	1.581	1.143	9.433.805	10.592.103
Intangível	19	1.400	1.321	6.503.907	6.332.611
Direito de uso de ativos	28	433	271	128.902	92.831
		20.829.516	19.054.696	34.931.954	30.403.354
TOTAL DO ATIVO		22.345.561	20.073.123	45.029.675	38.312.550

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais

Balanços Patrimoniais
em 30 de setembro de 2020 e 31 dezembro de 2019 (continuação)
em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
CIRCULANTE					
Obrigações sociais e trabalhistas	20	13.070	8.437	434.696	337.044
Partes relacionadas	15	282.029	696	-	-
Fornecedores	21	4.228	3.956	1.451.647	1.685.280
Imposto de renda e contribuição social		14.531	1.811	802.935	60.132
Outras obrigações fiscais	13.2	505	120	498.611	501.068
Empréstimos e financiamentos	22	386.153	39.628	591.307	255.521
Debêntures	23	302.624	315.008	1.459.059	1.164.301
Dividendos a pagar		3.601	588.563	76.860	616.356
Benefícios pós-emprego	24	225	378	67.187	66.004
Encargos setoriais a recolher	25	-	-	16.861	28.508
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	26	-	-	350.632	375.395
Contas a pagar vinculadas à concessão	27	-	-	82.998	73.032
Passivos financeiros setoriais	9	-	-	286.836	-
Passivo de arrendamentos	28	153	158	36.976	33.573
Outras contas a pagar	29	765	116	200.964	149.407
PIS e Cofins a restituir para consumidores	13.2.1	-	-	120.648	-
		1.007.884	958.871	6.478.217	5.345.621
Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda	41	-	-	746.732	-
		1.007.884	958.871	7.224.949	5.345.621
NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas	15	-	145	-	-
Fornecedores	21	-	-	139.409	187.913
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.1	-	-	422.913	293.666
Outras obrigações fiscais	13.2	2.948	2.817	631.684	662.114
Empréstimos e financiamentos	22	406.559	746.075	2.653.878	2.886.862
Debêntures	23	498.934	797.713	5.605.832	7.265.409
Benefícios pós-emprego	24	9.001	8.658	1.147.985	1.128.932
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	26	-	-	308.622	282.776
Contas a pagar vinculadas à concessão	27	-	-	603.647	539.555
Passivos financeiros setoriais	9	-	-	-	102.284
Passivo de arrendamentos	28	294	125	97.356	63.031
Outras contas a pagar	29	1.958	1.434	412.326	349.462
PIS e Cofins a restituir para consumidores	13.2.1	-	-	3.793.394	-
Provisões para litígios	30	360.594	304.871	1.658.254	1.606.713
		1.280.288	1.861.838	17.475.300	15.368.717
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Atribuível aos acionistas da empresa controladora					
Capital social	31.1	10.800.000	10.800.000	10.800.000	10.800.000
Ajustes de avaliação patrimonial	31.2	546.677	591.927	546.677	591.927
Reserva legal	31.3	1.014.248	1.014.248	1.014.248	1.014.248
Reserva de retenção de lucros	31.3	4.846.239	4.846.239	4.846.239	4.846.239
Lucros acumulados		2.850.225	-	2.850.225	-
		20.057.389	17.252.414	20.057.389	17.252.414
Atribuível aos acionistas não controladores	17.2.2	-	-	272.037	345.798
		20.057.389	17.252.414	20.329.426	17.598.212
TOTAL DO PASSIVO		22.345.561	20.073.123	45.029.675	38.312.550

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais

Demonstrações de Resultados

dos períodos findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019

em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		30.09.2020	Reapresentado 30.09.2019	30.09.2020	Reapresentado 30.09.2019
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE					
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	32	-	-	12.978.091	11.545.200
Custos Operacionais	33	-	-	(8.897.148)	(8.218.324)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	4.080.943	3.326.876
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	33	-	-	(142.425)	(125.896)
Despesas gerais e administrativas	33	(59.372)	(32.608)	(538.349)	(494.611)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	33	(63.859)	(3.597)	(271.025)	(206.729)
Resultado da equivalência patrimonial	17	2.719.734	1.463.275	83.399	40.232
		2.596.503	1.427.070	(868.400)	(787.004)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		2.596.503	1.427.070	3.212.543	2.539.872
Resultado Financeiro	34				
Receitas financeiras		234.592	148.330	1.583.520	537.817
Despesas financeiras		(47.140)	(130.567)	(715.556)	(871.953)
		187.452	17.763	867.964	(334.136)
LUCRO OPERACIONAL		2.783.955	1.444.833	4.080.507	2.205.736
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13.3				
Imposto de renda e contribuição social		(47.093)	-	(1.225.170)	(447.274)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		22.418	6.242	(109.436)	(243.885)
		(24.675)	6.242	(1.334.606)	(691.159)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		2.759.280	1.451.075	2.745.901	1.514.577
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		46.476	(32.093)	40.402	(48.163)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		2.805.756	1.418.982	2.786.303	1.466.414
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações em continuidade		-	-	2.759.280	1.451.075
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações descontinuadas		-	-	46.476	(32.093)
Atribuído aos acionistas não controladores decorrente de operações em continuidade	17.2.2	-	-	(19.453)	47.432
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA EMPRESA CONTROLADORA - em reais	31.3				
Ações ordinárias		9,78988	4,95251		
Ações preferenciais classe "A"		13,15478	5,44776		
Ações preferenciais classe "B"		10,76887	5,44776		

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais

Demonstrações de Resultados – Movimento do Terceiro Trimestre

para os trimestres findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		1º.07.2020 a 30.09.2020	Reapresentado 1º.07.2019 a 30.09.2019	1º.07.2020 a 30.09.2020	Reapresentado 1º.07.2019 a 30.09.2019
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE					
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	32	-	-	4.329.831	4.179.193
Custos Operacionais	33	-	-	(3.124.311)	(2.899.035)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	1.205.520	1.280.158
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	33	-	-	(27.183)	(34.176)
Despesas gerais e administrativas	33	(18.126)	(10.730)	(176.404)	(160.732)
Outras receitas (despesas), líquidas	33	(53.210)	(485)	(169.878)	(78.222)
Resultado da equivalência patrimonial		638.381	652.032	56.022	32.537
		567.045	640.817	(317.443)	(240.593)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		567.045	640.817	888.077	1.039.565
Resultado Financeiro	34				
Receitas financeiras		134.655	30.546	270.476	156.679
Despesas financeiras		(12.365)	(44.748)	(223.526)	(283.388)
		122.290	(14.202)	46.950	(126.709)
LUCRO OPERACIONAL		689.335	626.615	935.027	912.856
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13.3				
Imposto de renda e contribuição social		(36.201)	5.907	(223.735)	(22.046)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		18.672	2.640	(43.246)	(208.257)
		(17.529)	8.547	(266.981)	(230.303)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		671.806	635.162	668.046	682.553
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		13.590	(63.499)	12.401	(69.042)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		685.396	571.663	680.447	613.511
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações em continuidade		-	-	671.806	635.162
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações descontinuadas		-	-	13.590	(63.499)
Atribuído aos acionistas não controladores decorrente de operações em continuidade		-	-	(4.949)	41.848
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA EMPRESA CONTROLADORA - em reais	31.3				
Ações ordinárias		2,38943	1,99521		
Ações preferenciais classe "A"		5,01428	2,19473		
Ações preferenciais classe "B"		2,62837	2,19473		

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais

Demonstrações de Resultados Abrangentes

dos períodos findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019

em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		30.09.2020	30.09.2019	30.09.2020	Reapresentado 30.09.2019
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		2.805.756	1.418.982	2.786.303	1.466.414
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		2.805.756	1.418.982	2.786.303	1.466.414
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações em continuidade				2.759.280	1.451.075
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações descontinuadas				46.476	(32.093)
Atribuído aos acionistas não controladores decorrente de operações em continuidade				(19.453)	47.432

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais

Demonstrações de Resultados Abrangentes – Movimento do Terceiro Trimestre

para os trimestres findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019

em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	1º.07.2020 a 30.09.2020	1º.07.2019 a 30.09.2019	1º.07.2020 a 30.09.2020	Reapresentado 1º.07.2019 a 30.09.2019
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	685.396	571.663	680.447	613.511
Outros resultados abrangentes				
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	685.396	571.663	680.447	613.511
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações em continuidade			671.806	635.162
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações descontinuadas			13.590	(63.499)
Atribuído aos acionistas não controladores decorrente de operações em continuidade			(4.949)	41.848

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

dos períodos findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019

em milhares de reais

	NE nº	Atribuível aos acionistas da empresa controladora						Total Controladora	Atribuível aos acionistas não controladores	Total Consolidado
		Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial		Reservas de lucros		Lucros acumulados			
			Custo atribuído do imobilizado	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros				
Saldo em 1º de janeiro de 2020		10.800.000	739.994	(148.067)	1.014.248	4.846.239	-	17.252.414	345.798	17.598.212
Lucro líquido (prejuízo) do período		-	-	-	-	-	2.805.756	2.805.756	(19.453)	2.786.303
Resultado abrangente total do período		-	-	-	-	-	2.805.756	2.805.756	(19.453)	2.786.303
Realização do custo atribuído do imobilizado, líquida de tributos	31.2	-	(45.250)	-	-	-	45.250	-	-	-
Deliberação do dividendo adicional proposto	17.2.2	-	-	-	-	-	-	-	(51.799)	(51.799)
Dividendos	17.2.2	-	-	-	-	-	(781)	(781)	(2.509)	(3.290)
Saldo em 30 de setembro de 2020		10.800.000	694.744	(148.067)	1.014.248	4.846.239	2.850.225	20.057.389	272.037	20.329.426

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais

	NE nº	Atribuível aos acionistas da empresa controladora						Total Controladora	Atribuível aos acionistas não controladores	Total Consolidado
		Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial		Reservas de lucros		Lucros acumulados			
			Custo atribuído do imobilizado	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros				
Saldo em 1º de janeiro de 2019		7.910.000	806.220	(20.610)	914.751	6.422.564	-	16.032.925	303.289	16.336.214
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	1.418.982	1.418.982	47.432	1.466.414
Resultado abrangente total do período		-	-	-	-	-	1.418.982	1.418.982	47.432	1.466.414
Realização do custo atribuído do imobilizado, líquida de tributos		-	(49.141)	-	-	-	49.141	-	-	-
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	-	-	(3.335)	(3.335)
Aumento de capital		2.890.000	-	-	-	(2.890.000)	-	-	-	-
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	(5.659)	(5.659)
Saldo em 30 de setembro de 2019		10.800.000	757.079	(20.610)	914.751	3.532.564	1.468.123	17.451.907	341.727	17.793.634

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

dos períodos findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019

em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
			Reapresentado		Reapresentado
		30.09.2020	30.09.2019	30.09.2020	30.09.2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período proveniente de operações continuadas		2.759.280	1.451.075	2.745.901	1.514.577
Lucro líquido do período proveniente de operações descontinuadas		46.476	(32.093)	40.402	(48.163)
Lucro líquido do período		2.805.756	1.418.982	2.786.303	1.466.414
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do período					
geração de caixa das atividades operacionais:					
Encargos, variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		(144.099)	4.273	346.207	593.262
Juros efetivos - bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas	10.3	-	-	(56.953)	(64.910)
Remuneração de contratos de concessão de transmissão	10.4 e 11.3	-	-	(537.659)	(332.658)
Recuperação de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	13.2.1	-	-	(1.845.346)	(107.453)
Imposto de renda e contribuição social	13.3	47.093	-	1.225.170	447.274
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.3	(22.418)	(6.242)	109.436	243.885
Resultado da equivalência patrimonial	17.1	(2.719.734)	(1.463.275)	(83.399)	(40.232)
Apropriação do cálculo atuarial dos benefícios pós-emprego	24.4	577	456	70.762	74.693
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	24.4	3.140	3.570	89.843	95.669
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	26.2	-	-	100.813	95.355
Reconhecimento do valor justo do ativo indenizável da concessão	32	-	-	(12.977)	(24.550)
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	32	-	-	(291.058)	(73.604)
Depreciação e amortização	33	1.362	1.514	741.896	678.691
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	33.4	53.397	7.199	415.542	72.664
Resultado da combinação de negócios realizada com permuta de ativos - mais valia		-	-	-	1.414
Valor justo nas operações de compra e venda de energia no mercado ativo	32.1	-	-	(138.231)	(99.180)
Valor justo nas operações com derivativos	34	-	-	(28.310)	-
Baixas de contas a receber vinculadas à concessão	10.1 e 10.2	-	-	52	43
Baixas de ativos de contrato	11.1 e 11.3	-	-	27.393	5.368
Resultado das baixas de imobilizado		-	3	3.808	10.752
Resultado das baixas de intangíveis	19.1 e 19.4	-	-	21.567	20.898
Resultado das baixas de direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos - líquido	28.1 e 28.2	-	-	(15)	(41)
		25.074	(33.520)	2.944.844	3.063.754
Redução (aumento) dos ativos					
Clientes		-	-	505.724	248.806
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		635.569	499.022	32.384	32.646
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	8.1	225.019	208.939	225.019	208.939
Depósitos judiciais		633	13.359	17.017	36.219
Ativos financeiros setoriais	9.2	-	-	925.806	88.291
Outros créditos		(209)	5.588	(40.807)	41.191
Estoques		-	-	(22.436)	(1.434)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		6.100	(8.107)	7.125	(43.658)
Outros tributos a recuperar		(1.011)	(833)	62.339	30.011
Despesas antecipadas		(205)	(150)	2.403	3.272
Partes relacionadas		(45.057)	(6.043)	-	(836)
		820.839	711.775	1.714.574	643.447
Aumento (redução) dos passivos					
Obrigações sociais e trabalhistas		4.633	(612)	97.652	16.920
Partes relacionadas		(171)	(47.668)	-	-
Fornecedores		272	(399)	(428.524)	138.350
Outras obrigações fiscais		577	99	109.569	(70.297)
Benefícios pós-emprego	24.4	(3.527)	(3.658)	(140.369)	(140.780)
Encargos setoriais a recolher		-	-	(11.647)	9.851
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	26.2	-	-	(110.240)	(61.053)
Contas a pagar vinculadas à concessão	27.1	-	-	(55.360)	(52.665)
Outras contas a pagar		1.173	(2.384)	92.372	(54.732)
Provisões para litígios quitadas		-	(188)	(119.567)	(298.592)
		2.957	(54.810)	(566.114)	(512.998)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		848.870	623.445	4.093.304	3.194.203
Imposto de renda e contribuição social pagos		(34.373)	-	(480.017)	(515.854)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos		(22.366)	(45.286)	(140.315)	(258.206)
Encargos de debêntures pagos		(34.928)	(148.341)	(322.849)	(540.639)
Encargos de passivo de arrendamentos pagos		(21)	(24)	(4.627)	(6.895)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		757.182	429.794	3.145.496	1.872.609
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	41	(46.476)	32.093	136.443	213.200
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		710.706	461.887	3.281.939	2.085.809

(continua)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
 dos períodos findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019 (continuação)
 em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		30.09.2020	Reapresentado 30.09.2019	30.09.2020	Reapresentado 30.09.2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		6.657	119.351	(58.179)	67.656
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		(40.000)	(24.410)	-	-
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	24.512	-	-
Aquisições de ativos de contrato		-	-	(867.034)	(703.261)
Participação financeira do consumidor - ativos de contrato		-	-	76.213	75.087
Aquisições de controladas - efeito no caixa		-	-	-	(123.794)
Aportes em investimentos	17.1	(28.755)	(63.384)	(56.899)	(68.193)
Redução de capital em investidas	17.1	228	-	228	35.035
Aquisições de imobilizado		(567)	(263)	(173.326)	(225.038)
Aquisições de intangível		(322)	(33)	(9.091)	(3.157)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(62.759)	55.773	(1.088.088)	(945.665)
PROVENIENTES DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE					
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	41	-	-	(56.205)	(155.096)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(62.759)	55.773	(1.144.293)	(1.100.761)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Ingressos de empréstimos e financiamentos	22.4	-	-	263.000	742.333
Ingressos de debêntures emitidas	23.2	-	500.000	-	1.860.282
Ingressos de mútuos obtidos com partes relacionadas		280.000	48.000	-	-
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos		(38.500)	(115.500)	(198.705)	(1.605.035)
Amortizações de principal de debêntures	23.2	(300.000)	(853.400)	(681.796)	(1.713.339)
Amortizações de principal de mútuos obtidos com partes relacionadas		-	-	-	-
Amortizações de principal de passivo de arrendamentos		(147)	(104)	(30.499)	(19.790)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(585.743)	(350.297)	(594.585)	(374.618)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(644.390)	(771.301)	(1.242.585)	(1.110.167)
PROVENIENTES DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE					
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	41	-	-	(7.353)	203.100
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(644.390)	(771.301)	(1.249.938)	(907.067)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		3.557	(253.641)	887.708	77.981
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	25.304	315.003	2.941.727	1.948.409
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa proveniente de operações continuadas	5	28.861	61.362	3.599.422	1.813.365
Variação de caixa e equivalentes de caixa proveniente de operações descontinuadas		-	-	230.013	213.025
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		3.557	(253.641)	887.708	77.981

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais

Demonstrações do Valor Adicionado
dos períodos findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019
em milhares de reais

VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	Controladora		Consolidado	
	30.09.2020	Reapresentado 30.09.2019	30.09.2020	Reapresentado 30.09.2019
Receitas				
Venda de energia e outros serviços	-	-	16.718.239	17.102.203
Receita de construção	-	-	1.031.851	1.059.757
Valor justo do ativo indenizável da concessão	-	-	12.977	24.550
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	-	-	291.058	73.604
Outras receitas	649	4.248	1.715	13.615
Perdas de crédito esperadas	-	-	(116.518)	(100.219)
	649	4.248	17.939.322	18.173.510
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	4.943.681	4.707.327
Encargos de uso da rede elétrica (-) ESS e EER	-	-	1.116.505	965.504
Material, insumos e serviços de terceiros	22.140	10.635	646.310	439.995
Gás natural e insumos para operações de gás	-	-	336.882	563.857
Custo de construção	-	-	932.677	904.093
Perda de valores ativos	9	3	44.572	57.955
Perdas estimadas p/ redução ao valor recuperável de ativos - <i>Impairment</i>	-	-	96.548	(164.236)
Outros insumos	73.446	14.274	328.050	219.919
	95.595	24.912	8.445.225	7.694.414
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	(94.946)	(20.664)	9.494.097	10.479.096
(-) Depreciação e amortização	1.362	1.514	741.896	678.691
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(96.308)	(22.178)	8.752.201	9.800.405
(+) Valor adicionado transferido				
Resultado da equivalência patrimonial	2.719.734	1.463.275	83.399	40.232
Receitas financeiras	234.592	148.330	1.583.520	537.817
Outras receitas	557	199	126.602	103.729
	2.954.883	1.611.804	1.793.521	681.778
Valor adicionado proveniente de operações descontinuadas	46.476	(32.093)	220.316	100.045
	2.905.051	1.557.533	10.766.038	10.582.228

(continua)

Demonstrações do Valor Adicionado

dos períodos findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019 (continuação)
em milhares de reais

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Controladora				Consolidado			
	30.09.2020		30.09.2019		30.09.2020		30.09.2019	
		%		%		%		%
Pessoal								
Remunerações e honorários	7.688		8.181		600.954		633.161	
Planos previdenciário e assistencial	1.856		1.716		170.902		177.589	
Auxílio alimentação e educação	1.099		832		80.121		84.250	
Encargos sociais - FGTS	311		525		38.443		41.703	
Provisões por desempenho e participação nos lucros	6.056		775		189.698		83.719	
	17.010	0,6	12.029	0,8	1.080.118	10,0	1.020.422	9,6
Governo								
Federal								
Tributos	30.039		(3.017)		1.436.905		1.821.158	
Encargos setoriais	-		-		1.457.121		1.953.683	
Estadual	25		18		3.096.501		3.314.178	
Municipal	6		30		4.893		5.128	
	30.070	1,0	(2.969)	(0,2)	5.995.420	55,7	7.094.147	67,0
Terceiros								
Juros	47.060		129.094		708.582		841.957	
Arrendamentos e aluguéis	155		397		9.487		6.923	
Doações, subvenções e contribuições	5.000		-		6.214		4.157	
	52.215	1,8	129.491	8,3	724.283	6,7	853.037	8,1
Acionistas								
Lucros retidos	2.759.280		1.451.075		2.765.354		1.467.145	
Participações de acionistas não controladores	-		-		(19.453)		47.432	
	2.759.280	95,0	1.451.075	93,2	2.745.901	25,6	1.514.577	14,4
Valor adicionado distribuído proveniente de operações descontinuadas	46.476	1,6	(32.093)	(2,1)	220.316	2,0	100.045	0,9
	2.905.051	100,0	1.557.533	100,0	10.766.038	100,0	10.582.228	100,0

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
dos períodos findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019
em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Companhia Paranaense de Energia (Copel, Companhia ou Controladora), com sede na Rua Coronel Dulcídio, 800, Curitiba - PR, é sociedade por ações, de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Estado do Paraná, cujas ações são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa dos Segmentos Especiais de Listagem da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e também negociadas nas Bolsas de Valores de Nova Iorque (NYSE) e de Madri, no segmento latino-americano (Latibex).

A Copel e suas controladas têm como principais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação, transporte, distribuição e comercialização de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica. Adicionalmente, a Copel tem participação em consórcios, em empresas privadas e de economia mista, com o objetivo de desenvolver atividades, principalmente nas áreas de energia, telecomunicações e gás natural.

a) Pandemia do coronavírus (Covid-19) e seus impactos

Coronavírus é uma família de vírus descoberto em 2019, após casos registrados na China, que provoca a doença chamada Covid-19. Em 26.02.2020 o primeiro caso de infecção foi identificado no Brasil, no município de São Paulo e no dia 11.03.2020, a OMS atribuiu o status de pandemia ao coronavírus, tendo em vista a disseminação das contaminações pelo mundo. No Brasil, os governos federal, estaduais e municipais implementaram diversas medidas para lidar com a emergência na saúde pública. No estado do Paraná as medidas incluíram isolamento social e restrições ao funcionamento de atividades não essenciais como forma de retardar a progressão do vírus.

A partir de março de 2020, a Administração da Copel emitiu normas que visam garantir o cumprimento das medidas para conter a disseminação da doença na Companhia e minimizar seus impactos e potenciais impactos nas áreas administrativas, de operações e econômico-financeiras.

Nessa linha, a Copel estabeleceu uma Comissão de Contingência, com objetivo de monitorar e mitigar os impactos e consequências nas principais atividades da Companhia, com base nos 4 pilares definidos: (i) segurança das pessoas, (ii) continuidade das atividades essenciais, (iii) monitoramento das orientações e exigências dos órgãos reguladores, e (iv) preservação das condições financeiras adequadas para suportar a crise.

Entre as principais iniciativas implementadas pela Companhia, citam-se as ações para prevenir e mitigar os efeitos do contágio no local de trabalho, tais como: adoção do trabalho em home office nas áreas em que é

possível adotar este formato, restrições de viagens, reuniões por vídeo conferência, acompanhamento diário do quadro de saúde e bem estar dos colaboradores e protocolos de contingência de forma a manter integralmente as operações da infraestrutura de energia elétrica, telecomunicações e de gás canalizado, preservando a saúde de seus profissionais, seus acessos seguros aos locais de trabalho, um ambiente que preserve o distanciamento entre indivíduos, higiene e acesso aos equipamentos de proteção individual.

Da mesma forma, a Copel adotou diversas ações em prol de seus clientes, mantendo a confiabilidade e disponibilidade de suas usinas, dos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica e gás e de telecomunicações, para que os mesmos possam se manter conectados e usufruindo dos serviços da Companhia neste momento crítico de pandemia e distanciamento social. A Copel e seus empregados não medem esforços em garantir que seus clientes e familiares permaneçam saudáveis e seguros em suas residências, mantendo todos os serviços que contribuem para prover conforto e conectividade a todos.

Efeitos do coronavírus (Covid-19) nas demonstrações financeiras

A queda no crescimento e recessão em alguns segmentos empresariais, resultante da suspensão de certos negócios e atividades causada pelo surto de coronavírus, vem afetando a performance da economia brasileira, com efeitos nas operações da Copel, principalmente pela redução na demanda por energia elétrica, expondo os níveis de energia já contratados no mercado livre e também afetando os limites regulatórios de contratação no mercado regulado.

Em 08.04.2020, foi emitida a Medida Provisória nº 950, pelo Governo Federal, que dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública, estabelecendo isenção nas tarifas de energia, custeada pelo encargo do setor elétrico denominado Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, para os consumidores de baixa renda até o consumo de 220 kWh/mês, por um período de três meses, e prevendo recursos por meio de operação de crédito destinada a prover alívio financeiro às distribuidoras de energia elétrica. Nesta mesma data, a Aneel publicou Despacho nº 986, autorizando a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a repassar aos agentes do setor, com características de consumo, os recursos financeiros excedentes disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos, com o objetivo de reforçar a liquidez do setor em meio a pandemia.

Em 08.04.2020 e 13.05.2020, a Companhia obteve acesso a recursos financeiros nos montantes de R\$ 84.881 e R\$ 8.666, respectivamente, que foram registrados como passivo financeiro setorial. O referido despacho autoriza a CCEE a efetuar novos repasses ao longo de 2020.

Em 18.05.2020, foi emitido o Decreto nº 10.350 que dispõe sobre a criação da Conta-covid, destinada ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20.03.2020, e que regulamentou a Medida Provisória nº 950. Em 23.06.2020, a Aneel emitiu a Resolução nº 885 que dispõe sobre a Conta-covid, as operações financeiras, a utilização da CDE para estes fins e os procedimentos correspondentes.

Estas medidas têm o objetivo de equilibrar o caixa das empresas de distribuição de energia elétrica e evitar que os efeitos da inadimplência e da redução no consumo de energia elétrica durante a pandemia do coronavírus afete todo o setor, bem como amenizar a pressão tarifária sobre os consumidores, em 2020, decorrente de custos extraordinários inseridos no contexto da pandemia da Covid-19.

A Copel protocolou o Termo de Aceitação às Disposições do Decreto nº 10.350/2020. O valor total requerido foi de R\$ 869.516, sendo que, em 25.06.2020, a Copel DIS já havia se pronunciado sobre a antecipação de R\$ 536.359 referentes à CVA constituída, o qual fez parte de seu reajuste tarifário anual. O total requerido foi integralmente recebido em 31.07.2020.

Ressalta-se que a medida provisória não alcança os contratos de energia celebrados no mercado livre. Para reduzir o impacto na arrecadação proveniente deste mercado e evitar futuras discussões judiciais, a Copel está renegociando com seus clientes com dificuldade no cumprimento dos contratos, propondo parcelamentos e a postergação do vencimento das faturas.

Em relação ao mercado cativo de distribuição, a Copel vem registrando redução da receita, principalmente nas classes comercial e industrial, reflexo da queda da atividade econômica durante a pandemia. Por outro lado, pode-se verificar um aumento de receita na classe residencial, em função das medidas de isolamento social, e na classe rural, refletindo o bom desempenho do agronegócio no Paraná. No que diz respeito a arrecadação, a Companhia vem mantendo contato com seus principais clientes e flexibilizando a política de cobrança no período da pandemia, de modo que se pode verificar aumento no número de parcelamentos efetuados.

Devido às medidas aplicadas pela Aneel no contexto da Covid-19, a Companhia não realizou suspensão de fornecimento de energia para clientes residenciais e para serviços e atividades essenciais até 31.07.2020. Neste sentido, houve aumento de R\$ 35.800 na estimativa de perdas de crédito esperada registrada na Copel DIS devido ao aumento na inadimplência dos consumidores, somada à queda na arrecadação e à paralisação de diversas atividades comerciais e industriais decorrentes das medidas de isolamento social, reduzindo, portanto, os resultados financeiros e econômicos da Copel DIS. Com a queda no consumo de energia e, conseqüentemente, a diminuição de receita da distribuidora, devido ao cenário da pandemia, a Companhia poderá ficar em uma posição acima do limite regulatório permitido de sobrecontratação de energia elétrica. No entanto, conforme disposto na NE nº 36.2.9, a Companhia entende que essa sobrecontratação será considerada como involuntária.

A Copel tem acompanhado as projeções da carga emitidas pelos órgãos oficiais do setor elétrico, que demonstram sinais de retração ao longo de 2020, fortemente impactados pela queda de consumo nos segmentos comercial e industrial. Essa queda tem provocado notificações por parte dos compradores de energia, sob a perspectiva e alegação de caso fortuito e força maior gerados pela pandemia da Covid-19, requerendo redução dos montantes dos contratos de energia e/ou parcelamento das faturas vincendas.

Forçadas pela retração da carga, as projeções de PLD e GSF demonstraram queda em relação às projeções anteriores à instauração do estado de calamidade pública provocada pela pandemia da Covid-19.

Outro ponto de atenção são os eventuais impactos no cronograma de implantação de projetos de geração e transmissão, ou até mesmo na disponibilidade dos ativos existentes decorrentes de ações locais que impeçam o acesso às instalações ou de problemas com os fornecedores do setor, também afetados pela crise. A Administração, de forma diligente, tem acompanhado os prazos das obras em curso e mantém contínua comunicação com o regulador sobre eventuais atrasos que poderão ocorrer até a normalização das atividades comerciais do mercado como um todo.

Com o objetivo de mitigar os impactos e consequências nas principais atividades, a Copel vem monitorando constantemente seus contratos, a liquidez do mercado de energia e o preço de curto prazo, bem como as negociações com o Órgão Regulador do setor elétrico brasileiro para a implementação de diretrizes que garantam a manutenção da sustentabilidade econômico-financeira de toda a cadeia de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica.

Neste cenário, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras intermediárias referentes ao trimestre findo em 30.09.2020, a Administração avaliou suas estimativas de forma a identificar os possíveis impactos da Covid-19 nos negócios da Companhia, conforme segue:

a.1) Perdas de crédito esperadas

Um risco potencialmente relevante na emergência da Covid-19 está relacionado à inadimplência de clientes. Neste cenário, a Companhia mantém um contato regular com seus principais clientes, flexibilizando a política de cobrança no período da pandemia e o incremento do nível de digitalização no relacionamento com a Copel.

A posição de contas a receber da Companhia em 30.09.2020 bem como as estimativas de perdas de créditos esperadas refletem de maneira tempestiva a melhor análise da Administração neste momento sobre a qualidade e recuperabilidade desse ativo financeiro.

Ainda que não tenha piorado significativamente o indicador de perdas, a Companhia poderá enfrentar uma pressão nesse indicador se houver um prolongamento da pandemia para o próximo exercício.

No período findo em 30.09.2020 houve um aumento na estimativa das perdas de créditos esperadas na Copel, no valor de R\$ 42.326, decorrente principalmente da aplicação de projeções macroeconômicas na elaboração das estimativas devido ao agravamento do contexto econômico.

a.2) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - *impairment*

As premissas dos ativos não financeiros relevantes da Companhia foram avaliadas individualmente e a Administração conclui pela necessidade de complementar o valor do *impairment*, conforme demonstrado na NE nº 18.

O ajuste mais significativo ocorreu no segundo trimestre de 2020 na UEG Araucária, tendo em vista que seus fluxos de caixa foram afetados pela diminuição da demanda de energia no país, o que faz com que a usina seja despachada em um período menor que as projeções anteriores.

Para os demais empreendimentos, exceto a UEG Araucária, não houve movimentação relevante. As principais premissas aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não tiveram impacto significativo no curto prazo tendo em vista que a maior parte de energia já está contratada e o montante da energia exposta à liquidação ao PLD não é relevante. No médio prazo, houve impacto nos preços negociados no mercado livre sobre a parte da energia não contratada, mas sem impacto relevante para a Companhia. Por fim, no longo prazo, as principais premissas utilizadas para o cálculo do *impairment* (preços futuros da energia e níveis de GSF) não sofreram alteração significativa, evidenciando-se, portanto, a recuperabilidade dos ativos.

a.3) Recuperação dos tributos diferidos ativos

A Companhia possui saldo de R\$ 951.360 referente aos tributos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal/base negativa e diferenças temporárias contabilizados em 30.09.2020. A Companhia avaliou suas estimativas de expectativa de lucro tributável futuro e não identificou necessidade de provisão para perda dos mesmos.

a.4) Valor justo das operações de compra e venda de energia futuras

Os efeitos da pandemia na marcação a mercado dos contratos de compra e venda de energia elétrica ocorreram principalmente na variação dos preços futuros de curto prazo devido a uma hidrologia mais favorável e redução da carga. No longo prazo os preços futuros da energia elétrica não tiveram variação significativa. Portanto, neste momento, os efeitos da pandemia não causaram impactos significativos no valor justo das operações de compra e venda de energia futuras da Companhia.

a.5) Valor justo de outros ativos e passivos

No momento atual, os efeitos da pandemia não causaram impactos significativos no valor justo dos ativos e passivos da Companhia, principalmente nos ativos originários de contratos de concessão que são realizados a longo prazo e possuem garantia contratual de recebimento de seu saldo residual ao final da concessão e/ou direito incondicional de receber caixa durante a concessão. Neste sentido, tendo em vista que não houve alterações nas estimativas e premissas de longo prazo, e que os ativos da Companhia são essenciais e apontam para a continuidade das operações e dos fluxos de caixa no médio e longo prazo, até o momento, apesar dos efeitos da pandemia continuarem incertos, seus efeitos não causaram impactos significativos no valor justo dos ativos e passivos da Companhia.

a.6) Benefícios Pós-emprego

A Administração da Companhia tem efetuado monitoramento constante em relação ao valor justo do ativo atuarial dos planos de benefícios pós emprego em decorrência da instabilidade da taxa de juros, que é determinada com base nos dados de mercado. Por conta da instabilidade econômica neste período de pandemia o valor justo dos ativos dos planos teve retração em 30.09.2020 em relação ao valor justo de 31.12.2019. Contudo, os planos de benefícios não geraram obrigações adicionais devido a existência de superávit do plano previdenciário e ao fato de o passivo atuarial do plano assistencial estar reconhecido em montante suficiente, frente a atual avaliação.

a.7) Liquidez

A Companhia apresenta atualmente uma situação financeira sólida com bons índices de liquidez e acredita que o capital de giro é suficiente para seus requisitos atuais. No entanto, existe a expectativa de impactos econômicos causados pela redução das atividades empresariais decorrentes das restrições impostas durante a pandemia da Covid-19, com efeitos subsequentes nas operações da Copel que podem afetar os resultados financeiros da Companhia.

Em 30.09.2020, o capital circulante líquido consolidado da Companhia totaliza R\$ 2.872.772 (R\$ 2.563.575, em 31.12.2019) com saldo de caixa e equivalente de caixa de R\$ 3.599.422, frente ao saldo de R\$ 2.941.727 em 31.12.2019.

A Companhia vem monitorando sua liquidez financeira, considerando a possibilidade de captação de recursos e a perspectiva de retenção de caixa usando o auxílio de medidas do governo federal, já implementadas e em elaboração, e tomando ações necessárias em nossas operações como a redução de custos e postergação de investimentos com o objetivo de garantir o cumprimento das obrigações financeiras em dia.

a.8) Outros ativos

A Companhia não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem *impairment* de outros ativos. Salienta-se que a Companhia registra as variações dos ativos e passivos financeiros setoriais, atualizados até a data do reajuste/revisão tarifária quando, então, o Poder Concedente homologa o repasse na base tarifária e a Companhia repassa ao consumidor durante o próximo ciclo anual, que na Copel ocorre a partir de 24 de junho de cada exercício. Com as medidas emergenciais destinadas ao setor elétrico dispostas na Medida Provisória nº 950 de 08.04.2020 e no Decreto nº 10.350 de 18.05.2020, a Administração entende que a realização dos ativos financeiros setoriais registrados em 30.09.2020 é sustentada. Em 31.07.2020 a Copel DIS já teve acesso ao total de montante requerido de recursos da Conta-covid.

Diante de tudo que foi exposto acima, ressalta-se que não houve impacto relevante ou material nos negócios da Companhia que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas informações trimestrais em 30.09.2020 e até a data desta publicação. No entanto, considerando que, como todas as empresas, a Copel está exposta a riscos decorrentes de eventuais restrições legais e de mercado que venham a ser impostas, não é possível assegurar que não haverá impactos nas operações ou que o resultado não será afetado por reflexos futuros que a pandemia poderá provocar.

1.1 Participações societárias da Copel

A Copel participa, direta ou indiretamente, em controladas (1.1.1), em empreendimentos controlados em conjunto (1.1.2), em coligadas (1.1.3) e em operações em conjunto (1.1.4).

1.1.1 Controladas

Controlada	Sede	Atividade principal	Participação	
			%	Investidora
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)	Curitiba/PR	Geração e transmissão de energia elétrica	100,0	Copel
Copel Distribuição S.A. (Copel DIS)	Curitiba/PR	Distribuição de energia elétrica	100,0	Copel
Copel Telecomunicações S.A. (Copel TEL)	Curitiba/PR	Telecomunicações e comunicações	100,0	Copel
Copel Serviços S.A. (Copel SER) (a)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	100,0	Copel
Copel Comercialização S.A. (Copel COM)	Curitiba/PR	Comercialização de energia	100,0	Copel
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	Curitiba/PR	Distribuição de gás canalizado	51,0	Copel
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	70,0	Copel
UEG Araucária Ltda. (UEGA)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - gás natural	20,3	Copel
			60,9	Copel GeT
São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (São Bento)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.	S. Miguel do Gostoso/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A.	Touros/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Santa Maria Energias Renováveis S.A.	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Santa Helena Energias Renováveis S.A.	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Ventos de Santo Uriel S.A.	João Câmara/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (Cutia)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Uirapuru Transmissora de Energia S.A. (NE nº 1.2.1)	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Bela Vista Geração de Energia S.A. (b)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	100,0	Copel GeT
F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. (FDA)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Jandaíra I Energias Renováveis S.A. (b) (c)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Jandaíra II Energias Renováveis S.A. (b) (c)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Jandaíra III Energias Renováveis S.A. (b) (c)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Jandaíra IV Energias Renováveis S.A. (b) (c)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
GE Olho D'Água S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE Boa Vista S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE Farol S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE São Bento do Norte S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia

(a) Em outubro de 2020 houve alteração no estatuto social da Copel Renováveis S.A. que contemplou a mudança da razão social para Copel Serviços S.A. e, também, a alteração da atividade principal da empresa.

(b) Fase pré-operacional.

(c) SPEs constituídas com 99,9% de participação da Copel GeT e 0,1% da Cutia. Está em andamento o processo de transferência da totalidade das ações para a Copel GeT.

UEG Araucária

Em 10.11.2020, em Reunião das Sócias Quotistas - RSQ, foram aprovadas: a redução do capital social da UEG Araucária Ltda., por meio da absorção de prejuízos acumulados, bem como a transformação do tipo societário da UEGA, de sociedade limitada para sociedade anônima.

1.1.2 Empreendimentos controlados em conjunto

Empreendimento controlado em conjunto	Sede	Atividade principal	Participação	
			%	Investidora
Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.	São Paulo/SP	Participação em sociedades	49,0	Copel
Solar Paraná GD Participações S.A. (b)	Curitiba/PR	Participação em sociedades	49,0	Copel
Paraná Gás Exploração e Produção S.A. (a)	Curitiba/PR	Extração de petróleo e gás natural	30,0	Copel
Caiuá Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Matrinchã Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	24,5	Copel GeT
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. (c)	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	50,1	Copel GeT
Cantareira Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT

(a) Projeto com suas atividades paralisadas devido a uma Ação Civil Pública, que aguarda decisão no TRF-4. Foi instaurado procedimento arbitral institucional para discutir a liberação das obrigações contratuais sem ônus para as licitantes, com a consequente devolução dos bônus de assinatura, reembolso dos custos com garantia incorridos e liberação das garantias apresentadas.

(b) Em maio de 2020 a Copel adquiriu 49% da participação da Solar Paraná GD Participações S.A., que é uma Holding de 6 SPEs que atuam no ramo de geração distribuída.

(c) Em 11.11.2020 entrou em operação comercial o último ativo do empreendimento, de modo que a linha de transmissão encontra-se 100% operacional.

1.1.3 Coligadas

Coligada	Sede	Atividade principal	Participação %	
			%	Investidora
Dona Francisca Energética S.A.	Agudo/RS	Geração de energia elétrica	23,0303	Copel
Foz do Chopim Energética Ltda.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	35,77	Copel GeT
Carbocampel S.A.	Figueira/PR	Exploração de carvão	49,0	Copel
Sercomtel S.A. Telecomunicações	Londrina/PR	Telecomunicações	45,0	Copel
Dominó Holdings Ltda.	Curitiba/PR	Participação em sociedade	49,0	Copel COM
Estação Osasco Desenvolvimento Imobiliário S.A. (a)	São Paulo/SP	Incorporação de empreendimentos imobiliários	18,78	UEG

(a) Fase pré-operacional.

Sercomtel S.A. Telecomunicações.

Em 18.08.2020 foi realizado com êxito o leilão para venda das ações da Sercomtel S.A. Telecomunicações. Além da assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ações - CCVA, ainda em tramitação, o processo de alienação foi submetido para aprovação da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Em 27.10.2020, o CADE aprovou a transação, sem restrições. Se aprovada a operação pela Anatel, será realizada uma Assembleia Geral Extraordinária que formalizará a transferência das ações da Copel para o comprador, Bordeaux Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, quando então se finalizará o processo de desinvestimento. Atualmente o investimento da Copel está reduzido a zero em virtude dos testes de recuperação deste ativo.

1.1.4 Operações em conjunto (consórcios)

Consórcio	Consorticiados	Participação %
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (NE nº 18.4)	Copel GeT	51,0
	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	49,0
Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu (NE nº 18.4)	Copel GeT	30,0
	Geração Céu Azul S.A. (controlada da Neoenergia S.A.)	70,0
Consórcio Copel Energia a Gás Natural (a)	Copel	49,0
	Shell Brasil Petróleo Ltda.	51,0
Consórcio Paraná IP (b)	Copel	49,0
	Consórcio BRC	51,0

a) Consórcio Copel Energia a Gás Natural

Com a intenção de estruturar um plano estratégico de gás natural para o Estado do Paraná, visando desenvolver soluções viáveis na área de gás natural para atendimento aos mercados termelétrico e não termelétrico do Paraná, em julho de 2020 foi constituído o Consórcio Copel Energia a Gás Natural, que tem como finalidade o desenvolvimento estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e socioambiental do projeto, além da elaboração de projetos básicos e obtenção licença ambiental prévia dos empreendimentos.

b) Consórcio Paraná IP

Em setembro de 2020 foi criado o Consórcio Paraná IP, com o objetivo de participar de estudos e licitações visando obtenção de concessões municipais e estabelecimento de Parcerias Público-Privadas com municípios ou consórcios de municípios interessados na modernização de seus sistemas de iluminação pública e no desenvolvimento de soluções de cidades inteligentes (*smart cities*).

2 Concessões e Autorizações

2.1 Contratos de Concessão/Autorização das participações da Copel

Copel		Participação %	Vencimento
Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias			
Copel DIS	Contrato de concessão nº 046/1999, prorrogado pelo 5º Termo Aditivo	100	07.07.2045
Copel TEL	Termo de autorização nº 54/2003 - Anatel/SPV/PVST	100	Indeterminado
	Termo de autorização nº 305/2012 - Anatel/SPV/PVST	100	Indeterminado
Elejor	Contrato de concessão nº 125/2001 - UHE Fundão e UHE Santa Clara	70	28.05.2037
	Autorização - Resoluções nºs 753 e 757/2002 - PCHs Fundão I e Santa Clara I	70	19.12.2032
Dona Francisca Energética	Contrato de concessão nº 188/1998 - UHE Dona Francisca	23	28.08.2033
UEG Araucária	Autorização - Resolução nº 351/1999 - UTE Araucária (60,9% da Copel GeT)	20,3	23.12.2029
Compagás (2.1.1)	Contrato de concessão de distribuição de gás	51	20.01.2019
Paraná Gás (1.1.2 - a)	PART-T-300_R12 Nº 4861-0000.99/2014-00 - ANP	30	15.05.2045
Usina de Energia Eólica São João S.A. (a)	Portaria MME nº 173 /2012 - EOL São João	49	26.03.2047
Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A. (a)	Portaria MME nº 204 /2012 - EOL Carnaúbas	49	09.04.2047
Usina de Energia Eólica Reduto S.A. (a)	Portaria MME nº 230 /2012 - EOL Reduto	49	16.04.2047
Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A. (a)	Portaria MME nº 233 /2012 - EOL Santo Cristo	49	18.04.2047

(a) Subsidiária integral da Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.

Usina Hidrelétrica - UHE
 Pequena Central Hidrelétrica - PCH
 Usina Termelétrica - UTE
 Usina Eolielétrica - EOL

2.1.1 Compagás

A Compagás tem contrato de concessão firmado com o Poder Concedente, o Estado do Paraná, que determina vigência de 30 anos a partir de 06.07.1994.

Em 07.12.2017, o Estado do Paraná publicou a Lei Complementar nº 205, trazendo nova interpretação quanto ao término de vencimento da concessão, entendendo que o mesmo ocorria em 20.01.2019. A Administração da Compagás, sua Controladora e demais acionistas questionam os efeitos da referida lei por entenderem estar conflitante com os termos observados no atual contrato de concessão. A Compagás ajuizou ação judicial questionando o vencimento antecipado da concessão e em 30.10.2018 foi concedida a tutela provisória favorável ao entendimento da Companhia sobre os termos do contrato de concessão e à continuidade das suas operações até julho de 2024. A Companhia aguarda o julgamento do mérito da ação.

Considerando que até esta data não ocorreu a prorrogação/licitação da concessão, a lei prevê que a concessionária poderá, após o vencimento do prazo, permanecer responsável por sua prestação até a assunção do novo concessionário, observadas as condições estabelecidas.

Considerando que a discussão não foi encerrada e a citada lei continua vigente, tornou-se necessário considerar tais efeitos nestas informações trimestrais. Os impactos registrados estão apresentados a seguir:

	Término da concessão em 2024	Efeitos	Término da concessão em 2019
30.09.2020			
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo não circulante			
Contas a receber vinculadas à concessão	174.100	154.619	328.719
Intangível	110.090	(110.090)	-
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Receita Operacional Líquida			
Valor justo do ativo indenizável da concessão	22.054	(16.068)	5.986
Custos Operacionais			
Amortização	(22.030)	8.619	(13.411)

A Administração continuará envidando seus melhores esforços para proteger os interesses da Companhia, buscando equacionar da melhor forma os impactos da nova interpretação dada pelo Poder Concedente, bem como, buscando alternativas necessárias para a manutenção da concessão de forma sustentável.

2.2 Contratos de Concessão/Autorização da Copel GeT e das suas participações societárias

Copel GeT	Participação %	Vencimento	
CONCESSÕES ONEROSAS PELO DIREITO DE USO DO BEM PÚBLICO - UBP			
Contrato de Concessão de geração nº 001/2007 - UHE Gov. Jayme Canet Júnior (Mauá)	51	02.07.2042	
Contrato de Concessão nº 001/2011 - UHE Colíder	100	17.01.2046	
Autorização - Portaria nº 133/2011 - PCH Cavernoso II	100	28.02.2046	
Contrato de Concessão nº 002/2012 - UHE Baixo Iguaçu	30	30.10.2049	
Contrato de Concessão nº 007/2013			
UHE Apucarantina	100	12.10.2025	
UHE Chaminé	100	16.08.2026	
UHE Derivação do Rio Jordão	100	15.11.2029	
UHE Cavernoso	100	07.01.2031	
CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO			
Contrato de Concessão nº 045/1999			
UTE Figueira (NE nº 36.2.6)	100	27.03.2019	
UHE São Jorge (NE nº 36.2.6)	100	05.12.2024	
UHE Guaricana	100	16.08.2026	
UHE Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	100	16.11.2029	
UHE Gov. José Richa (Salto Caxias)	100	05.05.2030	
Autorização - Resolução nº 278/1999 - EOL Palmas	100	29.09.2029	
Despacho nº 182/2002 - Central Geradora Hidrelétrica - CGH Melissa, CGH Pitangui e CGH Salto do Vau (apenas registro na Aneel)	100	-	
Contrato de Concessão nº 003/2016 - UHE Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza (GPS)	100	05.01.2046	
UHE Marumbi - Declaração de registro de central geradora: CGH.PH.PR.001501-6.02	100	-	
Resolução Autorizativa Aneel nº 5373/2015 - CGH Chopim I (apenas registro na Aneel)	100	-	
Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias			
UEG Araucária	Resolução nº 351/1999 - UTE Araucária (20,3% da Copel)	60,9	23.12.2029
Nova Asa Branca I	Portaria MME nº 267/2011 - EOL Asa Branca I	100	25.04.2046
Nova Asa Branca II	Portaria MME nº 333/2011 - EOL Asa Branca II	100	31.05.2046
Nova Asa Branca III	Portaria MME nº 334/2011 - EOL Asa Branca III	100	31.05.2046
Nova Eurús IV	Portaria MME nº 273/2011 - EOL Eurús IV	100	27.04.2046
Santa Maria	Portaria MME nº 274/2012 - EOL SM	100	08.05.2047
Santa Helena	Portaria MME nº 207/2012 - EOL Santa Helena	100	09.04.2047
Ventos de Santo Uriel	Portaria MME nº 201/2012 - EOL Ventos de Santo Uriel	100	09.04.2047
GE Boa Vista	Portaria MME nº 276/2011 - EOL Dreen Boa Vista	100	28.04.2046
GE Farol	Portaria MME nº 263/2011 - EOL Farol	100	20.04.2046
GE Olho D'Água	Portaria MME nº 343/2011 - EOL Dreen Olho D'Água	100	01.06.2046
GE São Bento do Norte	Portaria MME nº 310/2011 - EOL Dreen São Bento do Norte	100	19.05.2046
Esperança do Nordeste	Portaria MME nº 183/2015 - EOL Esperança do Nordeste	100	11.05.2050
Paraíso dos Ventos do Nordeste	Portaria MME nº 182/2015 - EOL Paraíso dos Ventos do Nordeste	100	11.05.2050
Usina de Energia Eólica Jangada	REA nº 3.257/2011 - EOL GE Jangada	100	05.01.2042
Maria Helena	REA nº 3.259/2011 - EOL GE Maria Helena	100	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Potiguar	Portaria MME nº 179/2015 - EOL Potiguar	100	11.05.2050
Usina de Energia Eólica Guajiru	REA nº 3.256/2011 - EOL Dreen Guajiru	100	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Cutia	REA nº 3.258/2011 - EOL Dreen Cutia	100	05.01.2042
São Bento do Norte I	Portaria nº 349/2015 - EOL São Bento do Norte I	100	04.08.2050
São Bento do Norte II	Portaria nº 348/2015 - EOL São Bento do Norte II	100	04.08.2050
São Bento do Norte III	Portaria nº 347/2015 - EOL São Bento do Norte III	100	04.08.2050
São Miguel I	Portaria nº 352/2015 - EOL São Miguel I	100	04.08.2050
São Miguel II	Portaria nº 351/2015 - EOL São Miguel II	100	04.08.2050
São Miguel III	Portaria nº 350/2015 - EOL São Miguel III	100	04.08.2050
Foz do Chopim	Autorização - Resolução nº 114/2000 - PCH Arturo Andreoli	35,77	24.04.2030
PCH Bela Vista (a)	Resolução Autorizativa nº 913/2007 - transferência de titularidade pela Resolução Autorizativa nº 7802/2019	100	02.01.2041
F.D.A. Geração de Energia Elétrica	Contrato de Concessão de Geração nº 002/2020	100	17.09.2023
Jandaíra I Energias Renováveis (a)	Portaria nº 140/2020 - EOL Jandaíra I	100	02.04.2055
Jandaíra II Energias Renováveis (a)	Portaria nº 141/2020 - EOL Jandaíra II	100	02.04.2055
Jandaíra III Energias Renováveis (a)	Portaria nº 142/2020 - EOL Jandaíra III	100	02.04.2055
Jandaíra IV Energias Renováveis (a)	Portaria nº 139/2020 - EOL Jandaíra IV	100	02.04.2055

(a) Empreendimento em construção.

Copel GeT		Participação %	Vencimento
Contratos de Concessões de Linhas de Transmissão - LT e Subestações - SE			
Contrato nº 060/2001 - Instalações de transmissão (diversos LTs e SEs)	100	01.01.2043	
Contrato nº 075/2001 - LT 230 kV Bateias - Jaguariaíva	100	17.08.2031	
Contrato nº 006/2008 - LT 230 kV Bateias - Pilarzinho	100	17.03.2038	
Contrato nº 027/2009 - LT 525 kV Foz do Iguaçu - Cascavel Oeste	100	19.11.2039	
Contrato nº 010/2010 - LT 500 kV Araraquara II - Taubaté	100	06.10.2040	
Contrato nº 015/2010 - SE Cerquilho III 230/138 kV	100	06.10.2040	
Contrato nº 022/2012 - LT 230 kV Londrina - Figueira e LT 230 kV Foz do Chopim - Salto Osório	100	27.08.2042	
Contrato nº 002/2013 - LT 230 kV Assis - Paraguaçu Paulista II e SE Paraguaçu Paulista II 230 kV	100	25.02.2043	
Contrato nº 005/2014 - LT 230 kV Bateias - Curitiba Norte e SE Curitiba Norte 230/138 kV	100	29.01.2044	
Contrato nº 021/2014 - LT 230 kV Foz do Chopim - Realeza e SE Realeza 230/138 kV	100	05.09.2044	
Contrato nº 022/2014 - LT 500 kV Assis - Londrina	100	05.09.2044	
Contrato nº 006/2016 - LT 525 kV Curitiba Leste - Blumenau (a)	100	07.04.2046	
LT 230 kV Baixo Iguaçu - Realeza			
LT 230 kV Curitiba Centro - Uberaba			
SE Medianeira 230/138 kV			
SE Curitiba Centro 230/138 kV			
SE Andirá Leste 230/138 kV			
Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias			
Costa Oeste Transmissora	Contrato nº 001/2012:	100	12.01.2042
	LT 230 kV Cascavel Oeste - Umuarama		
	SE Umuarama 230/138 kV		
Caiuá Transmissora	Contrato nº 007/2012:	49	10.05.2042
	LT 230 kV Umuarama - Guaíra		
	LT 230 kV Cascavel Oeste - Cascavel Norte		
	SE Santa Quitéria 230/138/13,8 kV		
	SE Cascavel Norte 230/138/13,8 kV		
Marumbi Transmissora	Contrato nº 008/2012:	100	10.05.2042
	LT 525 kV Curitiba - Curitiba Leste		
	SE Curitiba Leste 525/230 kV		
Integração Maranhense	Contrato nº 011/2012: LT 500 Kv Açailândia - Miranda II	49	10.05.2042
Matrinchã Transmissora	Contrato nº 012/2012:	49	10.05.2042
	LT 500 kV Paranaíba - Cláudia		
	LT 500 kV Cláudia - Paranatinga		
	LT 500 kV Paranatinga - Ribeirãozinho		
	SE Paranaíba 500 kV		
	SE Cláudia 500 kV		
	SE Paranatinga 500 kV		
Guaraciaba Transmissora	Contrato nº 013/2012:	49	10.05.2042
	LT 500 kV Ribeirãozinho - Rio Verde Norte		
	LT 500 kV Rio Verde Norte - Marimbondo II		
	SE Marimbondo II 500 kV		
Paranaíba Transmissora	Contrato nº 007/2013:	24,5	02.05.2043
	LT 500 kV Barreiras II - Rio das Éguas		
	LT 500 kV Rio das Éguas - Luziânia		
	LT 500 kV Luziânia - Pirapora 2		
Mata de Santa Genebra (a)	Contrato nº 001/2014:	50,1	14.05.2044
	LT 500 kV Itatiba - Bateias		
	LT 500 kV Araraquara 2 - Itatiba		
	LT 500 kV Araraquara 2 - Fernão Dias		
	SE Santa Bárbara D'Oeste 440 kV		
	SE Itatiba 500 kV		
	SE Fernão Dias 500/440 kV (a)		
Cantareira Transmissora	Contrato nº 019/2014: LT Estreito - Fernão Dias	49	05.09.2044
Uirapuru Transmissora	Contrato nº 002/2005: LT 525 kV Ivaiporã - Londrina	100	04.03.2035

(a) Empreendimento em construção.

Durante o ano de 2019, três importantes empreendimentos iniciaram suas operações comerciais:

- **UHE Colíder:** em março, maio e dezembro de 2019, entraram em operação comercial, respectivamente, as três unidades geradoras da usina, totalizando 300 MW de potência instalada.
- **UHE Baixo Iguaçu:** Em fevereiro de 2019 iniciou-se a operação comercial das unidades 1 e 2 e em abril de 2019, da unidade 3, com total de 350,2 MW de potência instalada.
- **Complexos Eólicos Cutia e Bento Miguel:** A partir da última quinzena de dezembro de 2018 até março de 2019, todos os parques eólicos entraram em operação comercial, totalizando 312,9 MW de capacidade total instalada.

3 Base de Preparação

3.1 Declarações de conformidade

As informações trimestrais individuais da Controladora e as informações trimestrais consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas informações trimestrais individuais e consolidadas foi aprovada pela Administração em 12.11.2020.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Base de mensuração

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações trimestrais individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Copel e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre o uso de estimativas e julgamentos referentes à aplicação das políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais são as mesmas divulgadas na NE nº 3.4 das demonstrações financeiras de 31.12.2019.

3.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessões de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais; e (v) cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Planejamento Estratégico da Companhia, o qual é aprovado pela Administração, acompanhado e revisado periodicamente, buscando a perenidade de suas atividades.

3.6 Reapresentação de saldos comparativos

Em virtude da apresentação dos saldos de operação descontinuada decorrentes do processo de desinvestimento da Copel Telecomunicações S.A., descrito na NE nº 41, os saldos das Demonstrações de Resultado, de Fluxos de Caixa e de Valor Adicionado estão sendo reapresentados, para fins de comparabilidade, conforme quadros a seguir:

30.09.2019	Controladora			Consolidado		
	Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						
Receita operacional líquida	-	-	-	11.831.864	(286.664)	11.545.200
Custos operacionais	-	-	-	(8.411.037)	192.713	(8.218.324)
Lucro operacional bruto	-	-	-	3.420.827	(93.951)	3.326.876
Despesas com vendas	-	-	-	(150.771)	24.875	(125.896)
Despesas gerais e administrativas	(32.608)	-	(32.608)	(510.836)	16.225	(494.611)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(3.597)	-	(3.597)	(298.018)	91.289	(206.729)
Resultado da equivalência patrimonial	1.431.182	32.093	1.463.275	40.232	-	40.232
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	1.394.977	32.093	1.427.070	2.501.434	38.438	2.539.872
Resultado Financeiro	17.763	-	17.763	(360.303)	26.167	(334.136)
Lucro operacional	1.412.740	32.093	1.444.833	2.141.131	64.605	2.205.736
Imposto de renda e contribuição social	6.242	-	6.242	(674.717)	(16.442)	(691.159)
Lucro líquido do período - operações continuadas	1.418.982	32.093	1.451.075	1.466.414	48.163	1.514.577
Resultado de operações descontinuadas	-	(32.093)	(32.093)	-	(48.163)	(48.163)
Lucro líquido do período	1.418.982	-	1.418.982	1.466.414	-	1.466.414
Atribuído aos acionistas da empresa controladora	-	-	-	1.418.982	-	1.418.982
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	47.432	-	47.432
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE						
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	1.418.982	-	1.418.982	1.466.414	-	1.466.414
Atribuído aos acionistas da empresa controladora	-	-	-	1.418.982	-	1.418.982
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	47.432	-	47.432
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA						
Fluxo de caixa das atividades operacionais	461.887	-	461.887	2.085.809	-	2.085.809
Lucro líquido do período	1.418.982	-	1.418.982	1.466.414	-	1.466.414
Ajustes ao lucro	(1.420.409)	(32.093)	(1.452.502)	1.874.221	(276.881)	1.597.340
Variações de ativos e passivos	656.965	-	656.965	112.930	17.519	130.449
Impostos e encargos pagos	(193.651)	-	(193.651)	(1.367.756)	46.162	(1.321.594)
Resultado de operações descontinuadas	-	32.093	32.093	-	213.200	213.200
Fluxo de caixa das atividades de investimento	55.773	-	55.773	(1.100.761)	-	(1.100.761)
Aquisições de imobilizado e intangível	(296)	-	(296)	(383.291)	155.096	(228.195)
Outras atividades	56.069	-	56.069	(717.470)	-	(717.470)
Operações descontinuadas	-	-	-	-	(155.096)	(155.096)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(771.301)	-	(771.301)	(907.067)	-	(907.067)
Ingressos de debêntures emitidas	500.000	-	500.000	2.070.282	(210.000)	1.860.282
Amortizações de empréstimos e arrendamentos	(115.604)	-	(115.604)	(1.631.725)	6.900	(1.624.825)
Outras atividades	(1.155.697)	-	(1.155.697)	(1.345.624)	-	(1.345.624)
Operações descontinuadas	-	-	-	-	203.100	203.100
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	(253.641)	-	(253.641)	77.981	-	77.981
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Valor Adicionado a Distribuir	1.557.533	-	1.557.533	10.582.228	-	10.582.228
Receitas	4.248	-	4.248	18.667.173	(493.663)	18.173.510
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(24.912)	-	(24.912)	(8.042.174)	347.760	(7.694.414)
(-) Depreciação e amortização	(1.514)	-	(1.514)	(739.377)	60.686	(678.691)
(+) Valor adicionado transferido	1.579.711	32.093	1.611.804	696.606	(14.828)	681.778
Operações descontinuadas	-	(32.093)	(32.093)	-	100.045	100.045
Distribuição do Valor Adicionado	1.557.533	-	1.557.533	10.582.228	-	10.582.228
Pessoal	12.029	-	12.029	1.020.422	-	1.020.422
Governo	(2.969)	-	(2.969)	7.202.149	(108.002)	7.094.147
Terceiros	129.491	-	129.491	893.243	(40.206)	853.037
Acionistas	1.418.982	32.093	1.451.075	1.466.414	48.163	1.514.577
Operações descontinuadas	-	(32.093)	(32.093)	-	100.045	100.045

1º.07.2019 a 30.09.2019	Controladora			Consolidado		
	Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						
Receita operacional líquida	-	-	-	4.253.721	(74.528)	4.179.193
Custos operacionais	-	-	-	(3.014.280)	115.245	(2.899.035)
Lucro operacional bruto	-	-	-	1.239.441	40.717	1.280.158
Despesas com vendas	-	-	-	(42.608)	8.432	(34.176)
Despesas gerais e administrativas	(10.730)	-	(10.730)	(165.919)	5.187	(160.732)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(485)	-	(485)	(117.787)	39.565	(78.222)
Resultado da equivalência patrimonial	588.533	63.499	652.032	32.537	-	32.537
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	577.318	63.499	640.817	945.664	93.901	1.039.565
Resultado Financeiro	(14.202)	-	(14.202)	(134.347)	7.638	(126.709)
Lucro operacional	563.116	63.499	626.615	811.317	101.539	912.856
Imposto de renda e contribuição social	8.547	-	8.547	(197.806)	(32.497)	(230.303)
Lucro líquido do período - operações continuadas	571.663	63.499	635.162	613.511	69.042	682.553
Resultado de operações descontinuadas	-	(63.499)	(63.499)	-	(69.042)	(69.042)
Lucro líquido do período	571.663	-	571.663	613.511	-	613.511
Atribuído aos acionistas da empresa controladora	-	-	-	571.663	-	571.663
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	41.848	-	41.848
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE						
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	571.663	-	571.663	613.511	-	613.511
Atribuído aos acionistas da empresa controladora	-	-	-	571.663	-	571.663
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	41.848	-	41.848

4 Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis da Companhia são consistentes com aquelas apresentadas nas demonstrações financeiras de 31.12.2019.

4.1 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2020

A partir de 1º.01.2020 estão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis Companhia:

- (i) CPC 00 (R2) Estrutura conceitual para relatório financeiro (*Conceptual framework*);
- (ii) Revisão anual do CPC nº 14/2019: alterações nos pronunciamentos decorrentes da revisão do CPC 00, alteração na definição de negócios no CPC 15 (R1) / IFRS 3 e alteração da definição de materialidade no CPC 26 (IAS 1) e no CPC 23 (IAS 8).
- (iii) Revisão anual do CPC nº 15/2020: alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, em decorrência da “reforma da taxa de juros de referência”;
- (iv) Revisão anual do CPC nº 16/2020: alterações no Pronunciamento Técnico 06 (R2), referentes a benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento.

5 Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Caixa e bancos conta movimento	420	196	168.569	263.188
Aplicações financeiras de liquidez imediata	28.441	25.108	3.430.853	2.678.539
	28.861	25.304	3.599.422	2.941.727

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 85,0% e 101,5% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6 Títulos e Valores Mobiliários

A Companhia e suas controladas possuem títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 7 a 54 meses a partir do final do período de relatório.

Categoria	Indexador	Controladora		Consolidado	
		30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Cotas de fundos de investimentos (a)	CDI	90	90	237.194	225.804
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	90% a 101% do CDI	-	-	62.375	50.216
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Selic	-	-	748	733
Operação Compromissada	96,5% do CDI	-	-	-	3.632
Letras do Tesouro Nacional - LTN	CDI	-	-	-	1.696
		90	90	300.317	282.081
	Circulante	90	90	1.460	3.112
	Não circulante	-	-	298.857	278.969

Certificado de Depósito Interbancário - CDI

Taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic

(a) Tratam-se, em sua maioria, de contas de reserva destinadas ao cumprimento de contratos com o BNDES.

7 Clientes

Consolidado	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 30.09.2020	Saldo 31.12.2019
Consumidores					
Residencial	332.694	179.836	46.063	558.593	579.715
Industrial	200.278	18.544	82.875	301.697	298.719
Comercial	216.613	40.985	32.587	290.185	363.986
Rural	66.442	18.863	7.823	93.128	103.271
Poder público	26.030	2.963	3.189	32.182	55.847
Iluminação pública	33.961	-	2	33.963	38.523
Serviço público	37.263	1.474	498	39.235	44.983
Fornecimento não faturado - cativos	459.249	-	-	459.249	516.203
Parcelamento de débitos - cativos (7.1)	206.205	15.348	67.159	288.712	204.192
Subsídio baixa renda - Eletrobras	18.823	-	-	18.823	12.174
Consumidores livres	157.685	2.474	4.152	164.311	132.756
Outros créditos	45.021	23.105	82.911	151.037	148.375
	1.800.264	303.592	327.259	2.431.115	2.498.744
Concessionárias, permissionárias e comercializadoras					
Contratos bilaterais	194.360	1.191	5.781	201.332	191.463
Contratos regulados	157.558	93	7.184	164.835	159.492
CCEE (7.2)	124.713	-	119.665	244.378	315.712
Suprimento de energia elétrica	476.631	1.284	132.630	610.545	666.667
Encargos de uso da rede elétrica	248.820	876	7.766	257.462	215.582
Telecomunicações	-	-	-	-	67.304
Distribuição de gás	51.334	2.452	14.561	68.347	111.026
(-) Perdas de créditos esperadas (7.3)	(15.961)	(11.763)	(351.332)	(379.056)	(376.756)
	2.561.088	296.441	130.884	2.988.413	3.182.567
Circulante				2.938.154	3.120.168
Não circulante				50.259	62.399

7.1 Parcelamento de débitos

Os saldos de parcelamento de débitos estão a valor presente, em 30.09.2020, considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto, que varia de 0,29% a 2,81% a.m.

7.2 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Saldo a receber proveniente de posição positiva na liquidação mensal do mercado de curto prazo centralizado pela CCEE. Os valores são recebidos no segundo mês subsequente ao reconhecimento da receita ou são compensados com liquidações futuras quando o resultado apresentar posição negativa para a controlada.

Adicionalmente, em decorrência de caso fortuito e força maior, a UHE Colíder atrasou sua operação comercial, inicialmente prevista para janeiro de 2015. A Companhia discute judicialmente o pedido de excludente de responsabilidade para que a obrigatoriedade do fornecimento da energia contratada pela usina, no período em atraso, seja postergada.

A Copel GeT protocolou pedido administrativo do excludente de responsabilidade na Aneel, que foi negado, e subsequentemente, em 18.12.2017, impetrou ação ordinária com pedido de tutela antecipada junto ao Poder Judiciário, solicitando a reversão da decisão da agência. Em 06.04.2018, o Tribunal Federal da 1ª Região deferiu a antecipação de tutela recursal requerida no Agravo de Instrumento para conceder a liminar para suspender a exigência de quaisquer ônus ou imputação de penalidade à Copel em decorrência da ultrapassagem dos marcos temporais do cronograma original do Contrato de Concessão, até o julgamento definitivo. A ação principal está aguardando o julgamento do mérito da ação.

A energia contratada da usina é de 125 MW médios. Para os períodos em atraso o contrato foi cumprido conforme descrito a seguir:

- de janeiro de 2015 a maio de 2016, entrega da energia suspensa em decorrência da obtenção de liminar judicial;
- em junho de 2016, com redução parcial por meio de acordo bilateral e saldo remanescente suspenso em decorrência da liminar judicial;
- de julho de 2016 a dezembro de 2018, com redução da totalidade dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, por meio de acordo bilateral e com participação no Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits de Energia Nova - MCSD-EN; e
- de janeiro a março de 2019, os contratos firmados em ambiente regulado passaram a estar vigentes novamente, no entanto a entrega de energia continuou suspensa, tendo em vista a liminar judicial obtida. A partir de 09.03.2019 a usina iniciou a produção comercial de sua primeira unidade geradora.

Em virtude do não julgamento do mérito da ação, no período em atraso da usina a Companhia reconheceu no resultado dos exercícios a receita se limitando às cláusulas econômicas do contrato e às regras regulatórias, bem como ao custo da energia para cobertura do lastro contratual.

Do montante apurado pela CCEE, para a parcela controversa decorrente dos efeitos da liminar pelo excludente de responsabilidade da UHE Colíder, há constituição de perdas de crédito esperadas no valor de R\$ 119.665 (NE nº 7.3).

7.3 Perdas de créditos esperadas

Consolidado	Saldo em 1º.01.2020	Adições / (reversões)	Perdas	Reclassifi- cação (a)	Saldo em 30.09.2020
Consumidores					
Residencial	41.824	57.820	(48.804)	-	50.840
Industrial	97.954	18.885	(23.682)	-	93.157
Comercial	70.925	27.830	(25.733)	-	73.022
Rural	3.389	3.497	(3.410)	-	3.476
Poder público	4.890	220	(1.770)	-	3.340
Iluminação pública	3	98	-	-	101
Serviço público	265	(5)	(223)	-	37
Não faturado - cativos	1.180	1.054	-	-	2.234
Ajuste a valor presente	(1.441)	1.027	-	-	(414)
	218.989	110.426	(103.622)	-	225.793
Concessionárias, permissionárias e comercializadoras					
CCEE (7.2)	119.665	-	-	-	119.665
Concessionárias e permissionárias	20.425	1.467	(255)	-	21.637
	140.090	1.467	(255)	-	141.302
Telecomunicações	5.149	20.354	(5.055)	(20.448)	-
Distribuição de gás	12.528	349	(916)	-	11.961
	376.756	132.596	(109.848)	(20.448)	379.056

(a) Reclassificação para Ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 41).

8 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná

A Administração da Companhia e o Estado do Paraná formalizaram, em 31.10.2017, o quinto termo aditivo do contrato de negociação da Conta de Resultados a Compensar - CRC. O Estado do Paraná cumpriu os termos acordados e efetuou os pagamentos das parcelas mensais de juros previstas até dezembro de 2017. Encerrado o período de carência, o Estado do Paraná vem cumprido os pagamentos nas condições contratadas, restando 55 parcelas mensais. O saldo do contrato é atualizado pela variação do IGP-DI e juros de 6,65% a.a.

8.1 Mutação do CRC

	Saldo em 1º.01.2020	Juros	Variação monetária	Recebimentos	Saldo em 30.09.2020
	1.350.685	61.922	175.719	(225.019)	1.363.307
Circulante	219.236				255.820
Não circulante	1.131.449				1.107.487

8.2 Vencimento das parcelas de longo prazo

2021	77.039
2022	286.264
2023	305.302
2024	325.606
Após 2024	113.276
	1.107.487

9 Ativos e Passivos Financeiros Setoriais Líquidos

9.1 Composição dos saldos de ativos e passivos financeiros setoriais líquidos por ciclo tarifário

Consolidado	30.09.2020		31.12.2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativos financeiros setoriais - reajuste tarifário 2019				
Parcela A				
Energia elétrica para revenda - CVA Energ	-	-	235.192	-
Energia elétrica para revenda - Itaipu	-	-	342.647	-
Transporte de energia pela rede básica	-	-	(47.214)	-
Transporte de energia de Itaipu	-	-	9.937	-
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	-	-	(160.277)	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	98.722	-
Proinfa	-	-	8.528	-
Outros componentes financeiros				
Neutralidade	-	-	29.690	-
Sobrecontratação	-	-	(116.673)	-
Risco hidrológico	-	-	(119.416)	-
Devoluções tarifárias	-	-	(43.538)	-
Outros	-	-	(448)	-
	-	-	237.150	-
Ativos financeiros setoriais - reajuste tarifário 2020				
Parcela A				
Energia elétrica para revenda - CVA Energ	-	-	15.298	15.298
Energia elétrica para revenda - Itaipu	-	-	225.340	225.340
Transporte de energia pela rede básica	-	-	30.126	30.126
Transporte de energia de Itaipu	-	-	7.227	7.227
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	-	-	(52.336)	(52.336)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	27.103	27.103
Proinfa	-	-	(30)	(30)
Outros componentes financeiros				
Neutralidade	-	-	9.408	9.408
Compensação acordos bilaterais CCEAR	-	-	20.096	20.096
Sobrecontratação	-	-	(25.725)	(25.725)
Risco hidrológico	-	-	(113.872)	(113.872)
Devoluções tarifárias	-	-	(24.215)	(24.216)
	-	-	118.420	118.419
Ativos financeiros setoriais - reajuste tarifário 2021				
Parcela A				
Energia elétrica para revenda - CVA Energ	(35.053)	(105.160)	-	-
Energia elétrica para revenda - Itaipu	52.138	156.413	-	-
Transporte de energia pela rede básica	18.462	55.388	-	-
Transporte de energia de Itaipu	2.155	6.467	-	-
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	(3.620)	(10.860)	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(559)	(1.678)	-	-
Proinfa	(23)	(69)	-	-
Outros componentes financeiros				
Neutralidade	19.887	59.658	-	-
Compensação acordos bilaterais CCEAR	6.036	18.108	-	-
Sobrecontratação	23.467	70.402	-	-
Risco hidrológico	(40.808)	(122.425)	-	-
Devoluções tarifárias	(31.933)	(95.800)	-	-
Outros	290	873	-	-
	10.439	31.317	-	-
	10.439	31.317	355.570	118.419

Consolidado	30.09.2020		31.12.2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Passivos financeiros setoriais - reajuste tarifário 2020				
Parcela A				
Energia elétrica comprada para revenda - CVA Energ	14.708	-	-	-
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	(5.170)	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(100)	-	-	-
Proinfa	51	-	-	-
Transporte de energia pela rede básica	916	-	-	-
Transporte de energia de Itaipu	325	-	-	-
Outros componentes financeiros				
Compensação acordos bilaterais CCEAR	55.374	-	-	-
Risco hidrológico	(285.526)	-	-	-
Devoluções tarifárias	(62.908)	-	-	-
Sobrecontratação	(41.039)	-	-	-
Neutralidade	32.562	-	-	-
Outros	3.971	-	-	-
	(286.836)	-	-	-
Passivos financeiros setoriais - revisão tarifária 2021				
Componentes financeiros				
Devoluções tarifárias	-	-	-	(102.284)
	-	-	-	(102.284)
	(286.836)	-	-	(102.284)

9.2 Mutação dos ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

Consolidado	Saldo em 1º.01.2020	Receita Operacional		Resultado financeiro	Baixa Conta Covid	Bandeiras tarifárias	Saldo em 30.09.2020
		Constituição	Amortização	Atualização			
Parcela A							
Energia elétrica comprada para revenda - Itaipu	793.327	643.487	(354.300)	23.666	(897.629)	-	208.551
Energia elétrica comprada p/ revenda - CVA Energ	265.788	(274.306)	(248.449)	2.651	164.804	(35.993)	(125.505)
Transporte de energia pela rede básica	13.038	163.605	48.467	716	(151.060)	-	74.766
Transporte de energia comprada de Itaipu	24.391	21.006	(10.392)	647	(26.705)	-	8.947
ESS	(264.949)	(162.837)	167.628	(7.856)	249.724	(1.360)	(19.650)
CDE	152.928	56.608	(102.061)	4.634	(114.446)	-	(2.337)
Proinfa	8.468	(21.615)	(8.838)	(95)	22.039	-	(41)
Outros componentes financeiros							
Neutralidade	48.506	120.124	(41.700)	(368)	(14.455)	-	112.107
Compensação acordos bilaterais CCEAR	40.192	59.918	(20.542)	(50)	-	-	79.518
Risco hidrológico	(347.160)	(322.386)	224.724	(3.937)	-	-	(448.759)
Devoluções tarifárias	(194.253)	(60.572)	66.741	(2.557)	-	-	(190.641)
Sobrecontratação	(168.123)	210.109	131.809	(240)	(101.788)	(18.937)	52.830
Outros	(448)	5.847	(1.017)	752	-	-	5.134
	371.705	438.988	(147.930)	17.963	(869.516)	(56.290)	(245.080)
Ativo circulante	355.570						10.439
Ativo não circulante	118.419						31.317
Passivo circulante	-						(286.836)
Passivo não circulante	(102.284)						

10 Contas a Receber Vinculadas à Concessão

Consolidado	30.09.2020	31.12.2019
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica (10.1)	889.664	836.818
Contrato de concessão de distribuição de gás canalizado (10.2)	328.719	324.385
Bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas (10.3)	651.809	647.984
Remensuração do ativo financeiro RBSE (10.4)	694.824	739.269
Contrato de concessão de geração de energia elétrica (10.5)	75.200	69.182
	2.640.216	2.617.638
	Circulante	144.819
	Não circulante	2.495.397
		58.842
		2.558.796

10.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 1º.01.2020	836.818
Transferências de ativos de contrato (NE nº 11.1)	45.878
Transferências para outros créditos (bens destinados a alienação)	(1)
Reconhecimento do valor justo	6.991
Baixas	(22)
Em 30.09.2020	889.664

O saldo do contrato de concessão da distribuidora é mensurado a valor justo e seu recebimento é assegurado pelo Poder Concedente por meio de indenização quando da reversão desses ativos ao término da concessão.

10.2 Contrato de concessão de distribuição de gás canalizado

Em 1º.01.2020	324.385
Transferências de ativos de contrato (NE nº 11.2)	11.789
Transferência para o ativo intangível (NE nº 19.3)	(13.411)
Reconhecimento do valor justo	5.986
Baixas	(30)
Em 30.09.2020	328.719

10.3 Bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas

Em 1º.01.2020	647.984
Transferências para suprimento de energia elétrica - clientes	(53.128)
Juros efetivos (NE nº 32.1)	56.953
Em 30.09.2020	651.809

10.4 Remensuração do ativo financeiro RBSE

Em 1º.01.2020	739.269
Remuneração	56.488
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(100.933)
Em 30.09.2020	694.824

Refere-se ao direito da Copel GeT reconhecido pelo Poder Concedente decorrente da Receita Anual Permitida - RAP do Contrato de Concessão nº 060/2001 não recebida tempestivamente no período de janeiro de 2013 a junho de 2017. O saldo é acrescido de atualização monetária e juros remuneratórios e será recebido em oito anos a partir de julho de 2017 até junho de 2025.

Em 27.06.2017 a Aneel publicou a Resolução Homologatória nº 2.258, na qual estabeleceu a RAP para o ciclo tarifário 2017-2018 do período de oito ciclos, aplicando decisão judicial de 11.04.2017, relativa à ação movida por associações empresariais, que determinou, em caráter provisório, a exclusão da parcela de "remuneração" prevista no artigo 15, parágrafo 2º, da Lei nº 12.783/2013. A mesma decisão foi aplicada provisoriamente pela Aneel para o segundo e terceiro ciclos tarifários encerrado em junho de 2020.

Em 30.06.2020 a Aneel publicou a Resolução Homologatória nº 2.715, na qual homologou o resultado da revisão periódica da RAP do contrato nº 060/2001, fixando o reposicionamento tarifário e incluindo a "remuneração" na parcela da RAP, que outrora havia sido excluída provisoriamente por força de decisão judicial ora cassada. Tais valores serão recebidos a partir do quarto ciclo tarifário iniciado em julho de 2020 até junho de 2025, inclusive com a adição dos montantes não recebidos tempestivamente devido os efeitos provisórios da liminar judicial, o qual será acrescido nos próximos três ciclos de RAP que se iniciarão em julho de 2020 até junho de 2023.

10.5 Contrato de concessão de geração de energia elétrica

Em 1º.01.2020	69.182
Remuneração	759
Reversão de <i>impairment</i> (NE nº 33.4)	5.259
Em 30.09.2020	75.200

Saldo residual dos ativos de geração de energia elétrica da UHE GPS e UHE Mourão I. A Copel GeT depreciou as usinas até a data de vencimento das concessões e o saldo remanescente foi reclassificado para a rubrica contas a receber vinculadas à concessão.

11 Ativos de contrato

Consolidado	30.09.2020	31.12.2019
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica (11.1)	1.137.636	844.284
Contrato de concessão de distribuição de gás canalizado (11.2)	26.397	26.734
Contratos de concessão de transmissão (11.3)	3.458.190	3.180.366
	4.622.223	4.051.384
	Circulante	110.468
	Não circulante	4.511.755
		107.443
		3.943.941

11.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Consolidado	Ativo	Obrigações especiais	Total
Em 1º.01.2020	875.354	(31.070)	844.284
Aquisições	899.984	-	899.984
Participação financeira do consumidor	-	(76.213)	(76.213)
Provisão para litígios adicionada ao custo das obras	1.767	-	1.767
Transferências de/para o intangível (NE nº 19.1)	(544.699)	62.096	(482.603)
Transferências de/para contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 10.1)	(50.862)	4.984	(45.878)
Baixas	(3.705)	-	(3.705)
Em 30.09.2020	1.177.839	(40.203)	1.137.636

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados no período findo em 30.09.2020 totalizaram R\$ 7.295, à taxa média de 0,29% a.a. (R\$ 4.931, à taxa média de 0,26% a.a., em 30.09.2019).

11.2 Contrato de concessão de distribuição de gás canalizado

Em 1º.01.2020	26.734
Aquisições	11.452
Transferências para contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 10.2)	(11.789)
Em 30.09.2020	26.397

11.3 Contratos de concessão de transmissão

Em 1º.01.2020	3.180.366
Realização de mais/menos valia em combinações de negócios	541
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(332.553)
Transferências para o imobilizado	76
Transferência de litígios	328
Remuneração	481.428
Receita de construção	151.949
Margem de construção	(257)
Baixas	(23.688)
Em 30.09.2020	3.458.190

Em 30.06.2020 a Aneel publicou a Resolução Homologatória nº 2.715, na qual homologou o resultado da revisão periódica da RAP do contrato nº 060/2001 e em 14.07.2020 emitiu a Resolução Homologatória nº 2.725, que estabelece a RAP pela disponibilização das instalações sob responsabilidade da Companhia. No processo da primeira revisão tarifária do contrato nº 060/2001, referente aos ciclos tarifários de 2018/2023 e que se realiza a cada cinco anos, foram reavaliados os custos operacionais, o custo de capital (WACC) e a base de remuneração, o que resultou em um índice de reposicionamento da RAP da Companhia de 10,16% em relação ao ciclo anterior.

12 Outros Créditos

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Valor justo na compra e venda de energia (NE nº 36.2.12)	-	-	623.540	460.635
Serviços em curso (a)	7.444	7.444	258.600	228.593
Créditos nas operações de aquisição de gás (12.1)	-	-	130.059	142.941
Repasse CDE (12.2)	-	-	102.705	61.898
Adiantamento a fornecedores (b)	5	282	39.701	24.073
Adiantamento a empregados	829	463	28.708	20.427
Valor justos dos derivativos - contrato a termo (NE nº 36.2.3 - b)	-	-	27.107	-
Alienações e desativações em curso	-	-	22.579	21.238
Adiantamento para indenizações imobiliárias	-	-	13.062	15.597
Bandeira tarifária - CCRBT	-	-	5.886	19.545
Entidades seguradoras	-	-	-	24.574
Outros créditos	443	323	63.058	69.103
	8.721	8.512	1.315.005	1.088.624
Circulante	1.277	1.068	506.127	426.865
Não circulante	7.444	7.444	808.878	661.759

CCRBT - Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias

(a) Referem-se, em sua maioria, aos programas de P&D e PEE, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim.

(b) Adiantamento previsto em cláusula contratual.

12.1 Créditos nas operações de aquisição de gás - Compagás

Refere-se à aquisição de volumes de gás contratados e garantidos, superiores àqueles efetivamente retirados e utilizados, para os quais o contrato prevê a compensação futura. A Compagás tem o direito de utilizar e compensar esse gás ao longo da vigência do contrato e em até 1 ano após o encerramento, atualmente estabelecido em dezembro de 2023. De acordo com as disposições contratuais e perspectivas de consumo, decorrentes da revisão dos projetos e cenários para os próximos anos, a Compagás estima compensar integralmente os volumes contratados no curso de sua operação. Os contratos com a Petrobras preveem o direito de cessão deste ativo. O vencimento da concessão está em discussão com o poder concedente, conforme descrito na NE nº 2.1.1.

12.2 Repasse CDE

O saldo em 30.09.2020 se refere a valores da CDE a serem repassados à Companhia para cobertura dos descontos tarifários incidentes sobre as tarifas, definidos na Lei nº 10.438/2002 e Decreto nº 7.891/2013. O valor repassado à Copel DIS referente ao período de junho de 2019 a maio de 2020, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.559/2019, foi de R\$ 51.200 mensais. Esse valor foi alterado para R\$ 47.005 mensais a partir de junho de 2020, pela Resolução Homologatória nº 2.704, de 23.06.2020, a qual homologou o resultado do último Reajuste Tarifário Anual.

13 Tributos

13.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora				
	Saldo em 1º.01.2020	Reconhecido no resultado		Saldo em 30.09.2020
Ativo não circulante				
Provisões para litígios	104.438	19.060		123.498
Perdas de créditos esperadas	49.443	-		49.443
Amortização do direito de concessão	20.444	286		20.730
Provisão Finam	3.455	-		3.455
Benefícios pós-emprego	2.995	141		3.136
Outros	2.774	329		3.103
	183.549	19.816		203.365
(-) Passivo não circulante				
Atualização de depósitos judiciais	20.861	633		21.494
Custo de transação sobre empréstimos e debêntures	3.000	(1.225)		1.775
Instrumentos financeiros	5.324	(2.010)		3.314
	29.185	(2.602)		26.583
Líquido	154.364	22.418		176.782

Consolidado				
	Saldo em 1º.01.2020	Reconhecido no resultado	Reclassifi- cação (a)	Saldo em 30.09.2020
Ativo não circulante				
Provisões para litígios	517.370	29.013	-	546.383
Benefícios pós-emprego	405.414	7.099	-	412.513
<i>Impairment</i>	385.467	(16.719)	-	368.748
Provisão para P&D e PEE	165.331	(6.954)	-	158.377
Perdas de créditos esperadas	131.821	7.822	-	139.643
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	98.242	(11.367)	-	86.875
INSS - liminar sobre depósito judicial	71.200	2.731	-	73.931
Provisão para participação nos lucros	52.115	(4.302)	-	47.813
Amortização do direito de concessão	58.344	3.916	-	62.260
Contratos de concessão	22.353	(969)	-	21.384
Provisão para compra de energia	18.039	-	-	18.039
(-) Reclassificação (a)	-	(6.564)	(83.560)	(90.124)
Outros	143.259	23.378	-	166.637
	2.068.955	27.084	(83.560)	2.012.479
(-) Passivo não circulante				
Contratos de concessão	712.449	135.865	-	848.314
Custo atribuído ao imobilizado	381.209	(23.311)	-	357.898
Instrumentos financeiros derivativos	70.945	46.999	-	117.944
Atualização de depósitos judiciais	61.145	1.785	-	62.930
Depreciação acelerada	50.322	-	-	50.322
Custo de transação - empréstimos e debêntures	32.108	(5.447)	-	26.661
(-) Reclassificação (a)	-	330	(3.243)	(2.913)
Outros	42.577	(19.701)	-	22.876
	1.350.755	136.520	(3.243)	1.484.032
Líquido	718.200	(109.436)	(80.317)	528.447
Ativo apresentado no Balanço Patrimonial	1.011.866			951.360
Passivo apresentado no Balanço Patrimonial	(293.666)			(422.913)

(a) Reclassificação para Ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 41).

13.1.1 Projeção de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
2020	708	(260)	87.728	(33.077)
2021	1.785	(1.097)	324.612	(90.330)
2022	314	(416)	207.049	(91.748)
2023	314	-	108.299	(126.240)
2024	314	-	78.233	(89.704)
2025 a 2027	942	-	174.466	(240.137)
2028 a 2029	198.988	(24.810)	1.032.092	(812.796)
	203.365	(26.583)	2.012.479	(1.484.032)

13.1.2 Créditos fiscais não reconhecidos

Em 30.09.2020, a UEG Araucária não reconheceu créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e bases negativas no montante de R\$ 137.046 (R\$ 83.273 em 31.12.2019) por não haver, naquele momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para absorção dos referidos ativos.

13.2 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Ativo circulante				
ICMS a recuperar	-	-	101.492	103.977
PIS/Pasep e Cofins a compensar (13.2.1)	-	-	804.200	98.942
Outros tributos a compensar	-	-	2.459	2.141
	-	-	908.151	205.060
Ativo não circulante				
ICMS a recuperar	-	-	75.280	74.568
PIS/Pasep e Cofins a compensar (13.2.1)	88.200	87.583	5.081.141	213.667
Outros tributos a compensar	14	14	33.695	33.776
	88.214	87.597	5.190.116	322.011
Passivo circulante				
ICMS a recolher	-	-	155.624	179.662
PIS/Pasep e Cofins a recolher (a)	-	-	278.877	125.197
IRRF sobre JSCP	-	-	-	117.807
Programa Especial de Regularização Tributária	-	-	50.364	49.310
Parcelamento ordinário junto à Receita Federal do Brasil	-	-	-	18.063
Outros tributos	505	120	13.746	11.029
	505	120	498.611	501.068
Passivo não circulante				
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial	2.948	2.817	207.409	209.747
Programa Especial de Regularização Tributária - Pert	-	-	419.700	447.897
Outros tributos	-	-	4.575	4.470
	2.948	2.817	631.684	662.114

(a) O Governo Federal postergou o vencimento do PIS/Pasep e Cofins para o período de outubro e novembro de 2020, originalmente previsto para recolhimento de maio e junho de 2020, como uma das medidas tributárias para minimizar os impactos da pandemia do coronavírus nas empresas. O saldo ainda não recolhido foi remensurado com os efeitos da decisão judicial e reclassificado para Pis e Cofins a restituir para os consumidores (NE 13.2.1).

13.2.1 Crédito de Pis e Cofins sobre ICMS

Em 12.08.2009, a Copel DIS impetrou mandado de segurança nº 5032406-35.2013.404.7000 perante a 3ª Vara Federal de Curitiba requerendo a concessão de ordem para deixar de incluir o ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como para autorizá-la a proceder a compensação administrativa dos valores recolhidos a maior de tais contribuições sociais, dos últimos cinco anos.

Em 16.06.2020, transitou em julgado acórdão no qual a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região reconheceu o direito da Copel DIS de excluir da base de cálculo do PIS e COFINS o valor integral do ICMS destacado nas notas fiscais de saída. O acórdão também reconheceu que a prescrição, neste caso, é quinquenal e que, portanto, a Copel tem o direito a ressarcir-se dos valores pagos à partir dos cinco anos anteriores ao ajuizamento do mandado de segurança.

Considerando a decisão favorável, a Copel DIS reconheceu o crédito tributário atualizado no ativo, que deverá ser recuperado utilizando dos seguintes expedientes: pela compensação com tributos a recolher dentro do prazo prescricional de 5 anos, e, se necessário, com recebimento de precatórios do Governo Federal.

Adicionalmente, com base na opinião de seus assessores legais, a Companhia registrou o passivo a restituir para os consumidores dos últimos 10 anos do crédito, a contar da data do trânsito em julgado, considerando a legislação vigente, o prazo prescricional definido no código civil e a jurisprudência dos tribunais. A restituição dos créditos de PIS e Cofins aos consumidores aguarda uma conclusão das discussões junto à Aneel a respeito dos mecanismos e critérios de compensação, a partir da efetiva compensação dos créditos fiscais.

O quadro a seguir apresenta os impactos destes registros no balanço patrimonial e na demonstração do resultado da Copel:

	30.09.2020
Crédito tributário - principal	3.620.118
Crédito tributário - atualização monetária	2.018.622
Efeito no ativo	5.638.740
PIS/Pasep e Cofins a restituir para consumidores	(3.793.394)
Obrigações fiscais - Pis/Pasep e Cofins a recolher sobre receita financeira	(93.866)
Imposto de renda e contribuição social	(595.503)
Efeito no passivo	(4.482.763)
EFEITO NO BALANÇO PATRIMONIAL	1.155.977
Receita operacional líquida	810.563
Receita financeira, líquida de pis e cofins	940.917
Imposto de renda e contribuição social	(595.503)
EFEITO NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	1.155.977

Os valores de Pis e Cofins da Copel DIS dos meses de março a junho de 2020, que ainda não tinham sido pagos quando do desfecho da ação, foram remensurados com os efeitos da decisão judicial e reclassificados para a conta de passivo a restituir para os consumidores. O quadro abaixo apresenta, portanto, o saldo total a devolver aos consumidores registrado no balanço patrimonial:

PIS/Pasep e Cofins a restituir para consumidores	
	30.06.2020
Apuração até fevereiro de 2020	3.793.394
Apuração de março a junho de 2020	120.648
	3.914.042
	Circulante 120.648
	Não circulante 3.793.394

No saldo também está contido o registro decorrente do trânsito em julgado da ação judicial em que a Compagás discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins. Diante da decisão favorável, a Compagás registrou, em setembro de 2019, o direito no valor de R\$ 107.453 na rubrica de Outros tributos a recuperar, com contrapartida de R\$ 100.931 na receita operacional e R\$ 6.522 na receita financeira.

13.2.2 PIS e Cofins com exigibilidade suspensa

A Copel Telecomunicações S.A. obteve, em 15.05.2020, em decisão liminar, a tutela antecipada favorável a Companhia, suspendendo a exigibilidade de parcela do Pis e Cofins, reconhecendo que o ICMS não deve ser incluído na base de cálculo dessas contribuições. Dessa forma, a Companhia vem suspendendo o pagamento desse valor complementar e provisionando os valores até a decisão final do mérito da ação. Os saldos deste passivo estão registrados na linha de Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda.

13.3 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
		Reapresentado		Reapresentado
	30.09.2020	30.09.2019	30.09.2020	30.09.2019
Lucro antes do IRPJ e CSLL	2.783.955	1.444.833	4.080.507	2.205.736
IRPJ e CSLL (34%)	(946.545)	(491.243)	(1.387.372)	(749.950)
Efeitos fiscais sobre:				
Equivalência patrimonial	924.709	497.514	28.356	13.679
Dividendos	188	65	188	65
Despesas indedutíveis	(3.244)	(94)	(11.432)	(9.899)
Incentivos fiscais	198	-	11.739	9.376
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituídos	-	-	(68.394)	(24.312)
Diferença entre bases de cálculo do lucro real e presumido	-	-	83.692	63.871
Outros	19	-	8.617	6.011
IRPJ e CSLL correntes	(47.093)	-	(1.225.170)	(447.274)
IRPJ e CSLL diferidos	22.418	6.242	(109.436)	(243.885)
Alíquota efetiva - %	0,9%	-0,4%	32,7%	31,3%

	Controladora		Consolidado	
	1º.07.2020 a 30.09.2020	Reapresentado 1º.07.2019 a 30.09.2019	1º.07.2020 a 30.09.2020	Reapresentado 1º.07.2019 a 30.09.2019
Lucro antes do IRPJ e CSLL	689.335	626.615	935.027	912.856
IRPJ e CSLL (34%)	(234.374)	(213.049)	(317.909)	(310.371)
Efeitos fiscais sobre:				
Equivalência patrimonial	217.049	221.691	19.048	11.063
Dividendos	188	8	188	8
Despesas indedutíveis	(455)	(7)	(3.135)	(1.897)
Incentivos fiscais	56	(84)	3.688	2.461
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituídos	-	-	(18.979)	(7.006)
Constituição e/ou compensação de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL de exercícios anteriores	-	-	-	3.348
Diferença entre bases de cálculo do lucro real e presumido	-	-	46.891	69.297
Outros	7	(12)	3.227	2.794
IRPJ e CSLL correntes	(36.201)	5.907	(223.735)	(22.046)
IRPJ e CSLL diferidos	18.672	2.640	(43.246)	(208.257)
Alíquota efetiva - %	2,5%	-1,4%	28,6%	25,2%

14 Despesas Antecipadas

Consolidado	30.09.2020	31.12.2019
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa	18.499	18.504
Prêmios de seguros	12.585	11.693
Prêmio de risco - Repactuação do Risco Hidrológico (GSF) (14.1)	-	3.180
Outros	71	318
	31.155	33.695
	Circulante	31.089
	Não circulante	66
		33.563
		132

14.1 Repactuação do Risco Hidrológico (GSF)

Consolidado	Saldo em 1º.01.2020	Amortização	Saldo em 30.09.2020
Prêmio de risco - ativo circulante	3.180	(3.180)	-
Intangível	31.667	(5.279)	26.388
	34.847	(8.459)	26.388
Prêmio de risco a amortizar - despesa antecipada	3.180		-
Extensão de prazo da outorga - intangível	31.667		26.388

15 Partes Relacionadas

	Controladora	
	30.09.2020	31.12.2019
Ativo circulante		
Controladas		
UEG Araucária - mútuo (15.2)	40.273	-
Compartilhamento de estrutura	5.440	6.039
Ativo não circulante		
Controladas		
Copel DIS (15.1)	154.639	108.983
Passivo circulante		
Controladas		
Copel CTE - mútuo (15.3)	281.359	-
Compartilhamento de estrutura	670	696
Passivo não circulante		
Controladas		
Adiantamento - Elejor	-	145

15.1 Copel DIS - Financiamento repassado - STN

A Companhia repassou os empréstimos e financiamentos para suas subsidiárias integrais, quando de sua constituição em 2001. Entretanto, como os contratos de transferências para as subsidiárias não foram passíveis de formalização com as instituições financeiras, tais compromissos encontram-se igualmente registrados na Controladora.

O saldo com a Copel DIS refere-se ao financiamento da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, repassado com a mesma incidência de encargos assumidos pela Companhia (NE nº 22) e apresentado como obrigações por empréstimos e financiamentos na Copel DIS.

15.2 UEGA - Contrato de Mútuo

Em 20.02.2020, foi assinado contrato de mútuo entre a Companhia Paranaense de Energia - Copel e a Copel Geração e Transmissão S.A. (mutuantes) e UEG Araucária Ltda - UEGA (mutuária), com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de 119% do CDI, a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa e vigência até 31.12.2020. O valor da despesa financeira até o período findo de 30.09.2020 foi de R\$ 306.

15.3 Copel Telecomunicações - Contrato de Mútuo

Em 19.06.2020, foi assinado contrato de mútuo entre a Copel Telecomunicações S.A. (mutuante) e Companhia Paranaense de Energia - Copel (mutuária), com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de 120% do CDI, a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa e vigência até 30.06.2021. O valor da receita financeira no período findo de 30.09.2020 foi de R\$ 1.753.

16 Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Fiscais	124.979	122.422	345.596	351.402
Trabalhistas	429	175	72.557	85.187
Cíveis				
Cíveis	-	-	57.343	53.260
Servidões de passagem	-	-	5.612	5.076
Consumidores	-	-	3.629	1.897
	-	-	66.584	60.233
Outros	42	1.622	151	7.368
	125.450	124.219	484.888	504.190

17 Investimentos

17.1 Mutação dos investimentos

Controladora	Saldo em 1º.01.2020	Equivalência patrimonial	Aporte e/ou Afac	Redução de capital	Amorti- zação	Dividendos e JSCP	Reclassifi- cação (a)	Saldo em 30.09.2020
Controladas								
Copel GeT	9.749.705	1.009.798	-	-	-	(175.383)	-	10.584.120
Copel DIS	6.012.246	1.680.956	-	-	-	(86.794)	-	7.606.408
Copel TEL	710.128	5.348	-	-	-	-	-	715.476
Copel TEL - Reclassificação (a)	-	-	-	-	-	-	(718.406)	(718.406)
Copel REN	29.175	253	-	-	-	-	-	29.428
Copel Energia	243.123	101.818	22.231	-	-	-	-	367.172
UEG Araucária (17.2)	64.094	(30.416)	-	-	-	-	-	33.678
Compagás (17.2)	284.747	21.254	-	-	-	(53.912)	-	252.089
Elejor (17.2)	30.002	(27.314)	-	-	-	(5.851)	-	(3.163)
Elejor - direito de concessão	12.254	-	-	-	(566)	-	-	11.688
	17.135.474	2.761.697	22.231	-	(566)	(321.940)	(718.406)	18.878.490
Empreendimentos controlados em conjunto								
Voltalia São Miguel do Gostoso I (17.3)	110.099	(2.589)	-	-	-	-	-	107.510
Voltalia São Miguel do Gostoso - direito de autorização	10.038	-	-	-	(275)	-	-	9.763
Solar Paraná	-	(114)	6.524	-	-	-	-	6.410
	120.137	(2.703)	6.524	-	(275)	-	-	123.683
Coligadas								
Dona Francisca Energética (17.4)	28.423	7.234	-	-	-	(7.550)	-	28.107
Outras	2.186	(18)	-	(228)	-	-	-	1.940
	30.609	7.216	-	(228)	-	(7.550)	-	30.047
	17.286.220	2.766.210	28.755	(228)	(841)	(329.490)	(718.406)	19.032.220

(a) Reclassificação para Ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 41).

Consolidado	Saldo em 1º.01.2020	Equivalência patrimonial	Aporte e/ou Afac	Redução de capital	Amorti- zação	Dividendos e JSCP	Outros (a)	Saldo em 30.09.2020
Empreendimentos controlados em conjunto (17.3)								
Voltalia São Miguel do Gostoso I	110.099	(2.589)	-	-	-	-	-	107.510
Voltalia São Miguel do Gostoso - direito de autorização	10.038	-	-	-	(275)	-	-	9.763
Caiuá	78.312	(9.499)	25.024	-	-	-	-	93.837
Integração Maranhense	138.716	5.868	-	-	-	-	-	144.584
Matrinchã	711.527	22.881	-	-	-	1.141	-	735.549
Guaraciaba	337.077	16.493	-	-	-	(1.328)	-	352.242
Paranaíba	173.973	10.088	-	-	-	-	-	184.061
Mata de Santa Genebra	573.357	25.404	25.351	-	-	-	-	624.112
Cantareira	338.268	(1.883)	-	-	-	-	-	336.385
Solar Paraná	-	(114)	6.524	-	-	-	-	6.410
	2.471.367	66.649	56.899	-	(275)	(187)	-	2.594.453
Coligadas								
Dona Francisca Energética (17.4)	28.423	7.234	-	-	-	(7.550)	-	28.107
Foz do Chopim Energética (17.4)	12.175	9.622	-	-	-	(10.029)	-	11.768
Dominó Holdings	246	(88)	-	-	-	-	-	158
Outras	10.155	(18)	-	(228)	-	-	(7.969)	1.940
	50.999	16.750	-	(228)	-	(17.579)	(7.969)	41.973
Propriedades para investimento	813	-	-	-	(4)	-	7	816
	2.523.179	83.399	56.899	(228)	(279)	(17.766)	(7.962)	2.637.242

(a) R\$ 7.969 de impairment da Estação Osasco Desenvolvimento Imobiliário S.A., coligada da UEG Araucária.

17.2 Controladas com participação de não controladores

17.2.1 Informações financeiras resumidas

	Compagás	Elejor	UEG Araucária
	30.09.2020	30.09.2020	30.09.2020
ATIVO	819.583	643.339	268.666
Ativo circulante	257.401	120.055	78.032
Ativo não circulante	562.182	523.284	190.634
PASSIVO	819.583	643.339	268.666
Passivo circulante	241.079	90.035	96.001
Passivo não circulante	84.212	557.823	6.757
Patrimônio líquido	494.292	(4.519)	165.908
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Receita operacional líquida	395.321	127.515	183.059
Custos e despesas operacionais	(329.044)	(48.497)	(327.788)
Resultado financeiro	(1.500)	(117.067)	269
Equivalência patrimonial	-	-	-
Tributos	(23.103)	(969)	(5.372)
Lucro (prejuízo) do período	41.674	(39.018)	(149.832)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do período	41.674	(39.018)	(149.832)
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	71.016	14.275	(5.187)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(11.355)	(292)	1.323
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(41.898)	(8.358)	39.884
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17.763	5.625	36.020
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	141.696	37.878	7.119
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	159.459	43.503	43.139
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17.763	5.625	36.020

O prejuízo apurado na Elejor é decorrente da atualização monetária sobre o Contas a pagar vinculadas a concessão que aumentou significativamente em decorrência da alta do IGPM, conforme demonstrado na NE nº 27.

17.2.2 Mutação do patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores

Participação no capital social	Compagás: 49%	Elejor: 30%	UEG Araucária: 18,8%	Consolidado
Em 1º.01.2020	273.580	12.858	59.360	345.798
Lucro líquido (prejuízo) do período	20.420	(11.705)	(28.168)	(19.453)
Deliberação do dividendo adicional proposto	(51.799)	-	-	(51.799)
Dividendos	-	(2.509)	-	(2.509)
Em 30.09.2020	242.201	(1.356)	31.192	272.037

17.3 Saldos integrais dos grupos de ativo, passivo e resultado e participação nos compromissos e passivos contingentes dos principais empreendimentos controlados em conjunto

	Voltalia	Caiuá	Integração Maranhense	Matrinchã	Guaraciaba	Paranaíba	Mata de Santa Genebra	Cantareira
Saldos em 30.09.2020								
ATIVO	221.605	273.356	486.948	2.378.445	1.330.697	1.676.763	2.626.884	1.512.174
Ativo circulante	3.624	33.101	66.573	299.668	161.901	184.198	324.363	197.407
Caixa e equivalentes de caixa	1.448	7.609	11.311	86.275	55.541	24.708	39.461	55.161
Outros ativos circulantes	2.176	25.492	55.262	213.393	106.360	159.490	284.902	142.246
Ativo não circulante	217.981	240.255	420.375	2.078.777	1.168.796	1.492.565	2.302.521	1.314.767
PASSIVO	221.605	273.356	486.948	2.378.445	1.330.697	1.676.763	2.626.884	1.512.174
Passivo circulante	2.196	23.368	70.804	178.069	89.745	102.860	156.267	58.860
Passivos financeiros	-	7.532	13.385	85.426	36.487	59.816	95.345	45.797
Outros passivos circulantes	2.196	15.836	57.419	92.643	53.258	43.044	60.922	13.063
Passivo não circulante	-	58.488	121.073	699.253	522.090	822.634	1.224.883	766.814
Passivos financeiros	-	44.541	68.664	617.584	444.576	551.866	1.224.883	486.875
Outros passivos não circulantes	-	13.947	52.409	81.669	77.514	270.768	-	279.939
Patrimônio líquido	219.409	191.500	295.071	1.501.123	718.862	751.269	1.245.734	686.500
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO								
Receita operacional líquida	-	16.063	24.936	227.675	67.725	111.212	250.156	79.195
Custos e despesas operacionais	(53)	(32.846)	(2.825)	(109.642)	(5.711)	(13.943)	(109.367)	(54.833)
Resultado financeiro	23	(2.597)	(4.006)	(38.467)	(27.250)	(35.118)	(63.779)	(30.117)
Equivalência patrimonial	(5.253)	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para IR e CSLL	-	(8)	(6.130)	(19.170)	(12.511)	(20.976)	(26.303)	1.910
Lucro (prejuízo) do período	(5.283)	(19.388)	11.975	60.396	22.253	41.175	50.707	(3.845)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	(5.283)	(19.388)	11.975	60.396	22.253	41.175	50.707	(3.845)
Participação no empreendimento - %	49,0	49,0	49,0	49,0	49,0	24,5	50,1	49,0
Valor contábil do investimento	107.510	93.837	144.584	735.549	352.242	184.061	624.112	336.385

Em 30.09.2020, a participação da Copel nos compromissos assumidos dos seus empreendimentos controlados em conjunto equivale a R\$ 632 (R\$ 5.936 em 31.12.2019) e nos passivos contingentes equivale a R\$ 213.784 (R\$ 89.688 em 31.12.2019).

Os prejuízos apurados na Caiuá e na Cantareira devem-se principalmente aos registros de provisão para litígios, nos valores de R\$ 28.891 e R\$ 51.511, respectivamente, decorrentes de processo arbitral em que se discute valor controverso de reequilíbrio econômico-financeiro de contrato de construção.

17.4 Saldos integrais dos grupos de ativo, passivo e resultado e participação nos passivos contingentes das principais coligadas

	Dona Francisca	Foz do Chopim
	30.09.2020	30.09.2020
ATIVO	129.888	63.593
Ativo circulante	15.405	34.028
Ativo não circulante	114.483	29.565
PASSIVO	129.888	63.593
Passivo circulante	4.474	2.046
Passivo não circulante	3.368	28.643
Patrimônio líquido	122.046	32.904
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
Receita operacional líquida	53.085	41.680
Custos e despesas operacionais	(20.099)	(10.503)
Resultado financeiro	183	(2.731)
Provisão para IR e CSLL	(1.763)	(1.543)
Lucro líquido do período	31.406	26.903
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	31.406	26.903
Participação na coligada - %	23,0303	35,77
Valor contábil do investimento	28.107	11.768

Em 30.09.2020, a participação da Copel nos passivos contingentes das suas coligadas equivale a R\$ 113.573 (R\$ 78.793 em 31.12.2019).

18 Imobilizado

18.1 Imobilizado por classe de ativos

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	30.09.2020	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2019
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	8.081.988	(4.551.932)	3.530.056	8.082.238	(4.405.546)	3.676.692
Máquinas e equipamentos	8.138.711	(3.167.033)	4.971.678	8.875.458	(2.871.568)	6.003.890
Edificações	1.962.690	(1.086.565)	876.125	1.962.033	(1.054.009)	908.024
Terrenos	490.147	(35.614)	454.533	490.071	(27.651)	462.420
Veículos e aeronaves	45.888	(43.638)	2.250	47.960	(44.876)	3.084
Móveis e utensílios	22.487	(15.268)	7.219	22.415	(14.466)	7.949
(-) Impairment (18.5)	(1.056.975)	-	(1.056.975)	(961.177)	-	(961.177)
(-) Impairment (18.6)	(48.986)	-	(48.986)	(81.322)	-	(81.322)
(-) Obrigações especiais	(332)	67	(265)	(78)	35	(43)
	17.635.618	(8.899.983)	8.735.635	18.437.598	(8.418.081)	10.019.517
Em curso						
Custo	830.012	-	830.012	700.172	-	700.172
(-) Impairment (18.5)	(128.270)	-	(128.270)	(122.261)	-	(122.261)
(-) Impairment (18.6)	(3.572)	-	(3.572)	(5.325)	-	(5.325)
	698.170	-	698.170	572.586	-	572.586
	18.333.788	(8.899.983)	9.433.805	19.010.184	(8.418.081)	10.592.103

18.2 Mutação do imobilizado

Consolidado	Saldo em 1º.01.2020	Aquisições/ Impairment	Depreciação	Baixas	Transfe- rências	Saldo em 30.09.2020
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	3.676.692	-	(146.397)	-	(239)	3.530.056
Máquinas e equipamentos	6.003.890	-	(324.014)	(47.482)	62.943	5.695.337
Edificações	908.024	-	(32.774)	(84)	959	876.125
Terrenos	462.420	-	(7.963)	(2)	78	454.533
Veículos e aeronaves	3.084	-	(907)	(29)	102	2.250
Móveis e utensílios	7.949	-	(1.177)	(133)	580	7.219
(-) Impairment (18.5)	(961.177)	(95.798)	-	-	-	(1.056.975)
(-) Impairment (18.6)	(81.322)	32.336	-	-	-	(48.986)
(-) Obrigações especiais	(43)	(254)	32	-	-	(265)
(-) Reclassificação (a)	-	-	102.438	-	(826.097)	(723.659)
	10.019.517	(63.716)	(410.762)	(47.730)	(761.674)	8.735.635
Em curso						
Custo	700.172	202.159	-	(6.005)	(66.314)	830.012
(-) Impairment (18.5)	(122.261)	(6.009)	-	-	-	(128.270)
(-) Impairment (18.6)	(5.325)	1.753	-	-	-	(3.572)
	572.586	197.903	-	(6.005)	(66.314)	698.170
	10.592.103	134.187	(410.762)	(53.735)	(827.988)	9.433.805

(a) Reclassificação para Ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 41).

18.3 Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados no imobilizado durante o período findo 30.09.2020 totalizaram R\$ 903, à taxa média de 0,03% a.a. (R\$ 3.384, à taxa média de 0,09% a.a. em 30.09.2019).

18.4 Operações em conjunto - consórcios

Os valores registrados no imobilizado, referentes às participações da Copel GeT em consórcios estão demonstrados a seguir:

Empreendimento	Participação (%) Copel GeT	Taxa média anual de depreciação (%)	30.09.2020	31.12.2019
UHE Gov. Jayme Canet Júnior - Mauá				
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	51,0			
Em serviço			859.917	859.917
(-) Depreciação Acumulada		3,43	(228.090)	(206.000)
Em curso			19.599	16.789
			651.426	670.706
UHE Baixo Iguaçu	30,0			
Em serviço			692.626	692.593
(-) Depreciação Acumulada		3,30	(36.153)	(19.038)
Em curso			48.258	49.240
			704.731	722.795
			1.356.157	1.393.501

18.5 Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos do segmento de geração

Em 30.09.2020, os empreendimentos com saldos de *impairment* registrados são os seguintes:

Consolidado	Imobilizado			Valor em uso
	Custo	Depreciação	<i>Impairment</i>	
UHE Colíder	2.477.374	(144.555)	(759.617)	1.573.202
Complexo Eólico Cutia	1.248.917	(106.252)	(56.231)	1.086.434
UEGA	701.746	(435.826)	(109.467)	156.453
Consórcio Tapajós (a)	14.464	-	(14.464)	-
Usinas no Paraná	1.009.503	(93.775)	(245.466)	670.262
	5.452.004	(780.408)	(1.185.245)	3.486.351

(a) Projeto em desenvolvimento

No período findo em 30.09.2020 o saldo de *impairment* sofreu as seguintes movimentações:

Consolidado	1º.01.2020	<i>Impairment</i>	Saldo em 30.09.2020
Em serviço			
UHE Colíder	(777.294)	17.677	(759.617)
Complexo Eólico Cutia	(54.104)	(2.127)	(56.231)
UEGA	-	(109.467)	(109.467)
Usinas no Paraná	(129.779)	(1.881)	(131.660)
	(961.177)	(95.798)	(1.056.975)
Em curso			
Consórcio Tapajós	(14.464)	-	(14.464)
Usinas no Paraná	(107.797)	(6.009)	(113.806)
	(122.261)	(6.009)	(128.270)
	(1.083.438)	(101.807)	(1.185.245)

18.6 Imobilizado da Copel Telecomunicações

A Administração da Companhia monitora continuamente o ambiente de negócio do segmento de telecomunicações com especial atenção à alguns fatores como o aumento de competitividade do setor, o alto grau de investimento necessário para preservação da carteira de clientes e o retorno esperado deste segmento. A reversão de *impairment* no período ocorreu pela realização por depreciação, efetivação das baixas e recuperação de equipamentos provisionados, referente aos ativos com registro de perdas estimadas. Tanto a reversão do *impairment* quanto as baixas estão demonstrados dentro da linha de lucro líquido proveniente de operações descontinuadas, em decorrência do processo de desinvestimento da Copel Telecomunicações e das reclassificações efetuadas em atendimento às normas contábeis, conforme descrito no NE nº 41.

18.7 Empreendimentos em construção

18.7.1 PCH Bela Vista

Com um investimento estimado em R\$ 220.000, o empreendimento, que tem 29,81 MW de capacidade instalada e garantia física de 18,4 MW médios, será construída no Rio Chopim, nos municípios de São João e Verê, localizados no sudoeste do estado do Paraná.

A participação no leilão A-6 realizado em 31.08.2018 vendeu 14,7 MW médios em contratos regulados ao preço original de R\$ 195,70/MWh. O contrato de venda de energia tem início de suprimento em 1º.01.2024, prazo de 30 anos e reajuste anual pelo IPCA.

As obras tiveram seu início no mês de agosto de 2019, sendo que a entrada em operação das três unidades geradoras está prevista para o primeiro semestre de 2021.

18.7.2 Complexo eólico Jandaíra

Com um investimento estimado em R\$ 411.610, o empreendimento, que tem 90,1 MW de capacidade instalada e garantia física de 47,6 MW médios, será construído nos municípios de Pedra Preta e Jandaíra, no estado do Rio Grande do Norte.

A participação no leilão de geração de energia nova A-6, realizado em 18.10.2019 vendeu 14,4 MW médios em contratos regulados ao preço original de R\$ 98,00/MWh. O contrato de venda de energia tem início de suprimento em 1º.01.2025, prazo de 20 anos e reajuste anual pelo IPCA.

As obras têm previsão de início em dezembro de 2020, sendo que a entrada em operação do empreendimento está prevista entre maio de 2022 a julho de 2022 de forma escalonada por aerogerador.

19 Intangível

Consolidado	30.09.2020	31.12.2019
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica (19.1)	5.900.596	5.703.686
Contratos de concessão/autorização de geração (19.2)	561.998	582.671
Outros intangíveis (19.4)	41.313	46.254
	6.503.907	6.332.611

19.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Consolidado	Ativo intangível em serviço	Obrigações especiais em serviço	Total
Em 1º.01.2020	8.487.265	(2.783.579)	5.703.686
Transferências de ativos de contrato (NE nº 11.1)	548.649	(66.046)	482.603
Transferências para outros créditos	(72)	-	(72)
Quotas de amortização - concessão (a)	(359.646)	103.553	(256.093)
Quotas de amortização - créditos de PIS/Pasep e Cofins	(7.965)	-	(7.965)
Baixas	(21.563)	-	(21.563)
Em 30.09.2020	8.646.668	(2.746.072)	5.900.596

(a) Amortização durante o período de concessão a partir da transferência para intangível em serviço ou da vida útil dos ativos, dos dois o menor.

19.2 Contratos de concessão de geração

Consolidado	Contrato de concessão (a)		Direito de concessão e autorização	Total
	em serviço	em curso		
Em 1º.01.2020	209.467	-	373.204	582.671
Outorga Aneel - uso do bem público	-	3.682	-	3.682
Quotas de amortização - concessão e autorização (b)	(13.114)	-	(11.241)	(24.355)
Capitalizações para intangível em serviço	3.682	(3.682)	-	-
Em 30.09.2020	200.035	-	361.963	561.998

(a) Contempla o saldo de uso do bem público e de repactuação do risco hidrológico.

(b) Amortização durante o período de concessão/autorização a partir do início da operação comercial do empreendimento.

19.3 Contrato de concessão de distribuição de gás canalizado

Consolidado	Total
Em 1º.01.2020	-
Transferências do contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 10.2)	13.411
Quotas de amortização - concessão	(13.411)
Em 30.09.2020	-

19.4 Outros intangíveis

Consolidado	em serviço	em curso	Total
Em 1º.01.2020	31.620	14.634	46.254
Aquisições	128	9.223	9.351
Transferências do imobilizado	144	2.981	3.125
Capitalizações para intangível em serviço	5.248	(5.248)	-
Quotas de amortização (a)	(7.882)	-	(7.882)
Quotas de amortização - créditos de PIS/Pasep e Cofins	(8)	-	(8)
Baixas	-	(4)	(4)
(-) Reclassificação (b)	(9.523)	-	(9.523)
Em 30.09.2020	19.727	21.586	41.313

(a) Taxa anual de amortização: 20%.

(b) Reclassificação para Ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 41).

20 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Obrigações sociais				
Impostos e contribuições sociais (a)	2.035	1.939	62.197	47.022
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	1.192	607	42.344	29.182
	3.227	2.546	104.541	76.204
Obrigações trabalhistas				
Folha de pagamento, líquida	-	1.945	61	3.330
Férias e 13º salário	3.787	2.149	136.600	98.648
Provisões por desempenho e participação nos lucros	6.056	1.430	192.678	156.040
Programa de desligamentos voluntários	-	367	812	2.820
Outros	-	-	4	2
	9.843	5.891	330.155	260.840
	13.070	8.437	434.696	337.044

(a) O Governo Federal postergou o vencimento da contribuição previdenciária patronal bem como o recolhimento do FGTS para pagamento no segundo semestre de 2020, originalmente previsto para recolhimento no primeiro semestre 2020, como uma das medidas tributárias para minimizar os impactos da pandemia do coronavírus nas empresas.

21 Fornecedores

Consolidado	30.09.2020	31.12.2019
Energia elétrica	854.976	1.085.777
Materiais e serviços	473.607	520.647
Gás para revenda	32.392	79.174
Encargos de uso da rede elétrica	230.081	187.595
	1.591.056	1.873.193
	Circulante	1.451.647
	Não circulante	139.409
		1.685.280
		187.913

22 Empréstimos e Financiamentos

Consolidado												
Contrato	Empresa	Destinação	Garantias	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Pagamento de encargos	Encargos financeiros do contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	30.09.2020	31.12.2019
MOEDA ESTRANGEIRA												
Secretaria do Tesouro Nacional - STN												
Par Bond	Copel	Reestruturação da dívida.	Garantias depositadas (22.1).	20.05.1998	1	11.04.2024	Semestral	6,0% + 0,20%	6,0% + 0,20%	17.315	91.613	64.325
Discount Bond				20.05.1998	1	11.04.2024	Semestral	2,8125% + 0,20%	2,8125% + 0,20%	12.082	63.026	44.658
Total moeda estrangeira											154.639	108.983
MOEDA NACIONAL												
Banco do Brasil												
CCB 306.401.381	Copel HOL	Capital de giro.	Cessão de créditos	19.12.2019	5	25.03.2022	Trimestral	120,00% do DI	126,99% do DI	640.005	640.177	640.530
NCI 306.401.445	Copel HOL			24.02.2017	2	15.02.2020	Semestral	124,5% do DI	136,15% do DI	77.000	-	39.446
											640.177	679.976
Eletrobras												
983/95				22.12.1994	80	15.11.2020	Trimestral	8,0%	8,0%	11	-	26
984/95		Programa Nacional de Irrigação - Proni.		22.12.1994	80	15.11.2020	Trimestral	8,0%	8,0%	14	-	11
985/95	Copel DIS		Receita própria; emissão de notas promissórias e duplicatas de venda mercantil.	22.12.1994	80	15.08.2021	Trimestral	8,0%	8,0%	61	-	11
206/07		Programa de Eletrificação Rural - Luz para Todos.		03.03.2008	120	30.08.2020	Mensal	5,0%+ 1,0%	5,05%	109.642	-	5.953
273/09				18.02.2010	120	30.12.2022	Mensal	5,0%+ 1,0%	5,0%+ 1,0%	63.944	-	4.933
											-	10.934
Caixa Econômica Federal												
415.855-22/14		Programa de Eletrificação Rural - Luz para Todos.	Receita própria; emissão de notas promissórias e duplicatas de venda mercantil.	31.03.2015	120	08.12.2026	Mensal	6,0%	6,0%	16.984	11.973	13.410
3153-352	Copel DIS	Aquisição de máquinas, equipamentos, bens de informática e automação.	Cessão fiduciária de duplicatas.	01.11.2016	36	15.12.2021	Mensal	5,5 % acima da TJLP	5,5 % acima da TJLP	1.156	206	331
											12.179	13.741
Finep												
21120105-00		Projeto BEL - serviço de internet banda ultra larga (Ultra Wide Band - UWB).	Bloqueio de recebimentos na conta corrente da arrecadação.	17.07.2012	81	15.10.2020	Mensal	4,0%	4,39%	35.095	-	2.626
21120105-00	Copel Tel			17.07.2012	81	15.10.2020	Mensal	3,5% + TR	3,88% + TR	17.103	-	2.219
											-	4.845
Banco do Brasil - Repasse BNDES												
21/02000-0	Copel GeT	Implementação da UHE Mauá.	Receita proveniente da comercialização de energia da usina.	16.04.2009	179	15.01.2028	Mensal	2,13% acima da TJLP	2,13% acima da TJLP	169.500	86.895	95.807
											86.895	95.807

(continua)

Consolidado													
Contrato	Empresa	Destinação	Garantias	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Pagamento de encargos	Encargos financeiros do contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	30.09.2020	31.12.2019	
BNDES													
820989.1	Copel GeT	Implementação da UHE Mauá.	Receita proveniente da comercialização de energia da usina.	17.03.2009	179	15.01.2028	Mensal	1,63% acima da TJLP	1,63% acima da TJLP	169.500	86.895	95.807	
1120952.1		Implantação de linha de transmissão entre as subestações Foz do Iguaçu e Cascavel Oeste.	Cessão fiduciária de direitos creditórios; receita proveniente da prestação de serviços de transmissão.	16.12.2011	168	15.04.2026	Mensal	1,82% e 1,42% acima da TJLP	1,82% e 1,42% acima da TJLP	44.723	18.587	21.090	
1220768.1		Implantação da PCH Cavernoso II.	Receita proveniente da comercialização de energia da usina.	28.09.2012	192	15.07.2029	Mensal	1,36% acima da TJLP	1,36% acima da TJLP	73.122	42.610	46.240	
13211061		Implantação da UHE Colider.	Cessão fiduciária de direitos creditórios.	04.12.2013	192	15.10.2031	Mensal	0% e 1,49% acima da TJLP	6,43% e 7,68%	1.041.155	765.329	817.329	
13210331		Implantação da subestação Cerquilha III.		03.12.2013	168	15.08.2028	Mensal	1,49% e 1,89% acima da TJLP	1,49% e 1,89% acima da TJLP	17.644	10.397	11.385	
15206041		Implantação de linha de transmissão Assis - Paraguaçu Paulista II.		28.12.2015	168	15.06.2030	Mensal	2,42% acima da TJLP	9,04%	34.265	20.812	22.419	
15205921		Implantação de linhas de transmissão Londrina - Figueira e Salto Osório - Foz do Chopim.		28.12.2015	168	15.12.2029	Mensal	2,32% acima da TJLP	8,93%	21.584	12.508	13.526	
18205101		Implantação da UHE Baixo Iguaçu		22.11.2018	192	15.06.2035	Mensal	1,94% acima da TJLP	8,50%	194.000	187.254	196.827	
19207901- A+B+E+F+G+H		Implantação das instalações de transmissão das linhas: SE Medianeira; SE Curitiba Centro e Curitiba Uberaba e SE Andará Leste.		03.06.2020	279	15.12.2043	Mensal	IPCA + 4,8165%	IPCA + 4,8570%	206.882	156.235	-	
19207901- C+D+H+J		Implantação das instalações de transmissão das linhas: Linha de Transmissão Curitiba Leste - Blumenau e Baixo Iguaçu - Realeza.		03.06.2020	267	15.12.2043	Mensal	IPCA + 4,8165%	IPCA + 4,8570%	225.230	107.161	-	
14205611-A	Copel DIS	Preservação de negócios, melhorias, suporte operacional e investimentos gerais em expansão e consolidação de projetos e programas de Investimentos Sociais de Empresas (ISE)	Fiança da Copel; cessão fiduciária de receitas e direitos indenizatórios da concessão.	15.12.2014	72	15.01.2021	Mensal	2,09% acima da TJLP	8,37%	41.583	2.341	7.611	
14205611-B				15.12.2014	6	15.02.2021	Anual	2,09 acima da TR BNDES	2,09 acima da TR BNDES	17.821	4.137	8.288	
14205611-C				15.12.2014	113	15.06.2024	Mensal	6,0%	6,0%	78.921	29.389	35.267	
14205611-D				15.12.2014	57	15.02.2021	Mensal	TJLP	TJLP	750	4	11	
14.2.1271.1	Santa Maria	Construção e implantação de centrais geradoras eólicas	Fiança da Copel; penhor de ações; cessão fiduciária de direitos creditórios; cessão fiduciária de receitas.	01.06.2015	192	15.08.2031	Mensal	1,66% acima da TJLP	8,26%	71.676	42.641	45.582	
14.2.1272.1	Santa Helena			01.06.2015	192	15.08.2031	Mensal	1,66% acima da TJLP	8,26%	82.973	46.267	49.458	
11211521	GE Farol		Penhor de ações; cessão fiduciária de recebíveis provenientes de venda de energia elétrica produzidas pelo projeto; cessão fiduciária de máquinas e equipamentos.	19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	54.100	38.445	41.388	
11211531	GE Boa Vista			19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	40.050	28.423	30.598	
11211541	GE S.B. do Norte			19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	90.900	64.460	69.394	
11211551	GE Olho D'Água			19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	97.000	68.843	74.112	
18204611	Cutia		Penhor de ações; cessão fiduciária de direitos creditórios.	25.10.2018	192	15.07.2035	Mensal	2,04% acima da TJLP	8,37%	619.405	594.312	611.457	
13212221 - A	Costa Oeste		Implantação de linha de transmissão entre as subestações Cascavel Oeste e Umuarama Sul e implantação da subestação Umuarama Sul.	Cessão fiduciária de direitos creditórios; 100% das ações penhoradas.	03.12.2013	168	30.11.2028	Mensal	1,95% + TJLP	1,95% + TJLP	27.634	17.584	19.203
13212221 - B					03.12.2013	106	30.09.2023	Mensal	3,5%	3,5%	9.086	2.393	2.992
14205851 - A	Marumbi	Implantação de linha de transmissão entre as subestações Curitiba e Curitiba Leste e implantação da subestação Curitiba Leste.	08.07.2014		168	30.06.2029	Mensal	2,00% + TJLP	2,00% + TJLP	33.460	22.677	24.627	
14205851 - B			08.07.2014		106	30.04.2024	Mensal	6,0%	6,0%	21.577	8.114	9.813	
Total moeda nacional											2.377.818	2.254.424	
										3.117.069	3.059.727		
										Dívida bruta	3.271.708	3.168.710	
										(-) Custo de transação	(26.523)	(26.327)	
										Dívida líquida	3.245.185	3.142.383	
										Circulante	591.307	255.521	
										Não Circulante	2.653.878	2.886.862	

DI - Depósito interbancário
 IPCA - Índice nacional de preços ao consumidor amplo
 TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.
 TR - Taxa referencial

22.1 Cauções e depósitos vinculados – STN

Constituição de garantias, sob a forma de caução em dinheiro, *Par Bond*, no valor de R\$ 85.544 (R\$ 57.968 em 31.12.2019), e *Discount Bond*, no valor de R\$ 59.500 (R\$ 40.465 em 31.12.2019), destinadas a amortizar os valores de principal, correspondentes aos contratos da STN, quando da exigência de tais pagamentos, em 11.04.2024. Os valores são atualizados mediante aplicação da média ponderada das variações percentuais dos preços do Bônus de Zero Cupom do Tesouro dos Estados Unidos da América, pela participação de cada série do instrumento na composição da carteira de garantias de principal, constituídas no contexto do Plano Brasileiro de Financiamento de 1992.

22.2 Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador

Consolidado		30.09.2020	%	31.12.2019	%
Moeda estrangeira - variação da moeda no período (%)					
Dólar norte-americano	40,28	154.639	4,77	108.983	3,47
		154.639	4,77	108.983	3,47
Moeda nacional - indexadores ao final do período (%)					
TJLP	4,91	2.135.729	65,83	2.271.187	72,30
CDI	1,90	638.073	19,66	676.720	21,54
TR	0,00	-	-	2.202	0,07
IPCA	1,34	264.875	8,16	8.288	0,26
Sem indexador (taxa fixa anual)	-	51.869	1,58	75.003	2,36
		3.090.546	95,23	3.033.400	96,53
		3.245.185	100,00	3.142.383	100,00

22.3 Vencimentos das parcelas de longo prazo

Controladora				Consolidado		
30.09.2020	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2021	128.001	(359)	127.642	177.760	(794)	176.966
2022	128.001	(324)	127.677	328.025	(2.054)	325.971
2023	-	-	-	201.758	(1.732)	200.026
2024	151.240	-	151.240	349.042	(1.738)	347.304
2025	-	-	-	195.329	(1.735)	193.594
Após 2025	-	-	-	1.425.326	(15.309)	1.410.017
	407.242	(683)	406.559	2.677.240	(23.362)	2.653.878

22.4 Mutação de empréstimos e financiamentos

Controladora	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total
Em 1º.01.2020	108.983	676.720	785.703
Encargos	5.584	18.867	24.451
Variação monetária e cambial	43.424	-	43.424
Amortização - principal	-	(38.500)	(38.500)
Pagamento - encargos	(3.352)	(19.014)	(22.366)
Em 30.09.2020	154.639	638.073	792.712

Consolidado	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total
Em 1º.01.2020	108.983	3.033.400	3.142.383
Ingressos	-	263.000	263.000
Encargos	5.584	134.471	140.055
Variação monetária e cambial	43.424	261	43.685
Amortização - principal	-	(203.058)	(203.058)
Pagamento - encargos	(3.352)	(137.045)	(140.397)
Reclassificação (a)	-	(483)	(483)
Em 30.09.2020	154.639	3.090.546	3.245.185

(a) Reclassificação para Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 41).

22.5 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

A Companhia e suas controladas contrataram empréstimos e financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 31.12.2019, todos os indicadores financeiros medidos apenas anualmente foram integralmente atendidos. Em 30.09.2020, todos os demais indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos:

Empresa	Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
Copel GeT	BNDES Finem nº 820989.1 - Mauá Banco do Brasil nº 21/02000-0 - Mauá	Ebitda / Resultado Financeiro Líquido	≥ 1,3
Copel DIS	BNDES Finem nº 14205611	Endividamento Financeiro / Ebitda ajustado	≤ 4,0
Santa Maria	BNDES Finem nº 14212711	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Santa Helena	BNDES Finem nº 14212721		
São Bento Energia, Investimento e Participações	Contrato de Cessão BNDES	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
GE Boa Vista S.A.	BNDES Finem nº 11211531		
GE Farol S.A.	BNDES Finem nº 11211521		
GE Olho D'Água S.A.	BNDES Finem nº 11211551		
GE São Bento do Norte S.A.	BNDES Finem nº 11211541		
Cutia	BNDES Finem nº 18204611	Índice de cobertura do serviço da dívida (a)	≥ 1,2
Costa Oeste	BNDES Finem nº 13212221	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Marumbi	BNDES Finem nº 14205851	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3

Financiamento a empreendimentos - Finem

(a) indicador calculado com os valores das demonstrações financeiras consolidadas da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.

23 Debêntures

Empresa	Emissão	Características	Destinação	Garantias	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Pagamento de encargos	Encargos financeiros do contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	30.09.2020	31.12.2019
Copel	7ª	(a)	Capital de giro e/ou realização de investimentos da emissora.	Fidejussória	19.01.2018	2	19.01.2021	Semestral	119,0% da taxa DI	125,18% do DI	600.000	301.408	617.378
	8ª		Pagamento da 6ª emissão de debêntures e reforço da estrutura de capital.		14.06.2019	1	14.06.2022	Semestral	106,0% da taxa DI	110,93% do DI	500.000	503.261	500.906
Copel GeT	1ª	(a)	Capital de giro e/ou realização de investimentos da emissora.	Fidejussória	15.05.2015	3	15.05.2020	Anual	113,0% da taxa DI	114,29% da taxa DI	1.000.000	-	346.906
	3ª				20.10.2017	3	20.10.2022	Semestral	126,0% da taxa DI	131,21% da taxa DI	1.000.000	1.013.506	1.011.691
	4ª		Resgate antecipado total da 4ª emissão de notas promissórias e pagamento parcial da 1ª parcela de amortização da 2ª emissão de debêntures.		23.07.2018	3	23.07.2023	Semestral	126,0% da taxa DI	133,77% da taxa DI	1.000.000	1.004.650	1.030.054
	5ª	(b)	Reembolso de gastos da construção das Linhas de Transmissão Araraquara II - Taubaté, Assis - Londrina e Foz do Chopim.		25.09.2018	5	15.09.2025	Semestral	IPCA + 7,6475%	IPCA+ 8,3295%	290.000	307.638	308.464
	6ª (série 1)	(c)	Resgate antecipado total da 5ª emissão de notas promissórias e pagamento parcial da 2ª parcela de amortização da 2ª emissão de debêntures.		15.07.2019	2	15.07.2024	Semestral	109,0% da taxa DI	111,25% da taxa DI	800.000	803.661	818.406
	6ª (série 2)		Reembolso de gastos com os projetos UHE Colíder e UHE Baixo Iguaçu		15.07.2019	1	15.07.2025	Semestral	IPCA + 3,90%	IPCA+ 4,46%	200.000	207.424	205.677
Copel DIS	3ª	(a)	Capital de giro e/ou realização de investimentos da emissora.	Fidejussória	20.10.2017	2	20.10.2022	Semestral	126,0% da taxa DI	130,85% da taxa DI	500.000	506.753	505.846
	4ª		Capital de giro e pagamento da 1ª parcela de amortização da 2ª emissão de debêntures.		27.09.2018	3	27.09.2023	Semestral	DI + spread 2,70%	CDI + 3,96%	1.000.000	1.000.361	1.019.626
	5ª (série 1)	(c)	Investimento para expansão, renovação ou melhorias reembolso de despesas da rede de distribuição de energia elétrica da Emissora vinculada ao contrato de concessão nº 46/1999 da ANEEL.		15.11.2019	3	15.11.2027	Semestral	IPCA + 4,20%	IPCA+ 4,61%	500.000	520.377	506.180
	5ª (série 2)		Reforço do capital de giro e recomposição de caixa pela amortização final da 2ª emissão de debêntures.		15.11.2019	2	15.11.2022	Semestral	DI + spread 1,45%	CDI + 1,65%	350.000	354.894	351.914
Copel CTE	1ª	(a)	Implantação, ampliação e modernização de rede de telecomunicações.	Fidejussória	15.10.2015	5	15.10.2024	Semestral	IPCA + 7,9633%	IPCA+ 8,1073%	160.000	-	195.429
	2ª				15.07.2017	1	15.07.2022	Semestral	IPCA + 5,4329%	IPCA+ 6,1036%	220.000	-	246.355
	3ª		Realização de investimentos da emissora.		15.05.2019	3	15.05.2024	Semestral	117,0% da taxa DI	119,58% da taxa DI	210.000	-	211.348
Brisa Potiguar	2ª (série 1)	(d)	Implantação de centrais geradoras eólicas.	Real e fidejussória e penhor de ações da Copel GeT	24.03.2016	192	15.07.2032	Mensal	TJLP + 2,02%	TJLP + 2,02%	147.575	112.040	119.171
	2ª (série 2)				24.03.2016	192	15.07.2032	Mensal	IPCA + 9,87%	IPCA+ 10,92%	153.258	129.644	135.657
Cutia	1ª	(b)	Construção e implantação de centrais geradoras eólicas.	Fidejussória	20.03.2019	26	15.12.2031	Semestral	IPCA + 5,8813%	IPCA+ 6,83%	360.000	356.253	352.829
Compagás	2ª	(e)	Financiar plano de investimentos da emissora.	Flutuante	15.04.2016	54	15.12.2021	Trimestral	TJLP+2,17%	TJLP+2,17%	33.620	4.500	6.001
	3ª	(f)	Financiar plano de investimentos da emissora.	Real	17.12.2019	18	28.06.2021	Mensal	DI + spread 0,88%	5,68%	43.000	20.293	44.746
Dívida bruta												7.150.997	8.540.366
(-) Custo de transação												(86.106)	(110.656)
Dívida líquida												7.064.891	8.429.710
Circulante												1.459.059	1.164.301
Não Circulante												5.605.832	7.265.409

(a) Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476. Interviente garantidora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.

(b) Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476. Interviente

garantidora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.

(c) Debêntures simples, duas séries, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476. Interviente garantidora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.

(d) Debêntures simples, duas séries, não conversíveis em ações, emissão privada. Empresas: Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III, Nova Eurus e Ventos de Santo Uriel. Interviente garantidora: Copel. Não possui agente fiduciário.

(e) Debêntures simples e nominativas, com série única, em emissão privada, com colocação exclusiva para a BNDESPAR. Garantidora: Compagás. Agente fiduciário: BNDES Participações S.A - BNDESPAR.

(f) Debêntures simples e nominativas, com série única, em emissão privada, com distribuição pública de esforços restritos. Garantidora: Compagás. Agente fiduciário: Simplific Pavarini DTVM Ltda.

23.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

30.09.2020	Controladora			Consolidado		
	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2021	-	(383)	(383)	774.203	(5.211)	768.992
2022	500.000	(683)	499.317	2.032.757	(18.970)	2.013.787
2023	-	-	-	1.170.699	(12.064)	1.158.635
2024	-	-	-	502.168	(6.982)	495.186
2025	-	-	-	486.110	(5.298)	480.812
Após 2025	-	-	-	704.594	(16.174)	688.420
	500.000	(1.066)	498.934	5.670.531	(64.699)	5.605.832

23.2 Mutação das debêntures

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2020	1.112.721	8.429.710
Encargos e variação monetária	23.765	322.278
Amortização - principal	(300.000)	(681.796)
Pagamento - encargos	(34.928)	(348.487)
Reclassificação (a)		(656.814)
Em 30.09.2020	801.558	7.064.891

(a) Reclassificação para Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 41).

23.3 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

A Copel e suas controladas emitiram debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures, bem como penalidades perante os órgãos reguladores.

Em 31.12.2019, todos os indicadores financeiros medidos apenas anualmente foram integralmente atendidos. Em 30.09.2020, todos os demais indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures:

Empresa	Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
Copel	7ª Emissão de Debêntures 8ª Emissão de Debêntures	Dívida líquida consolidada / Ebitda consolidado Índice de cobertura do serviço da dívida	≤ 3,5 ≥ 1,5
Copel GeT	3ª Emissão de Debêntures 4ª Emissão de Debêntures 5ª Emissão de Debêntures 6ª Emissão de Debêntures		
Copel DIS	3ª Emissão de Debêntures 4ª Emissão de Debêntures 5ª Emissão de Debêntures		
Copel TEL	1ª Emissão de Debêntures 2ª Emissão de Debêntures 3ª Emissão de Debêntures		
Compagás	2ª Emissão de Debêntures 3ª Emissão de Debêntures	Dívida líquida / Ebitda Endividamento Geral Dívida líquida / Ebitda	≤ 3,5 ≤ 0,7 ≤ 3,5
Nova Asa Branca I Nova Asa Branca II Nova Asa Branca III Nova Eurus IV Ventos de Santo Uriel	2ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Cutia	1ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida (a)	≥ 1,2

(a) indicador calculado com os valores das demonstrações financeiras consolidadas da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.

24 Benefícios Pós-emprego

A Companhia e suas controladas patrocinam planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e Plano Assistencial, para assistência médica e odontológica (Planos Prosaúde II e Prosaúde III), para seus empregados ativos e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II.

As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuário independente, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada à norma contábil internacional IAS 19 R e IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com o atuário independente e aprovadas pela Administração da Controladora.

Outras informações estão disponíveis nas Demonstrações Financeiras de 31.12.2019.

24.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

O Plano III é um plano de Contribuição Variável - CV, sendo o único plano disponível para novos participantes.

24.2 Plano Assistencial

A Companhia e suas controladas alocam recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

24.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Planos previdenciários	2	228	857	1.537
Planos assistenciais	9.224	8.808	1.214.315	1.193.399
	9.226	9.036	1.215.172	1.194.936
Circulante	225	378	67.187	66.004
Não circulante	9.001	8.658	1.147.985	1.128.932

Os valores reconhecidos no resultado estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2020	30.09.2019	30.09.2020	30.09.2019
Empregados				
Planos previdenciários	426	393	42.966	45.015
Plano assistencial - pós-emprego	577	456	70.762	74.693
Plano assistencial - funcionários ativos	716	612	56.528	57.103
	1.719	1.461	170.256	176.811
Administradores				
Planos previdenciários	91	235	542	716
Plano assistencial	46	20	104	62
	137	255	646	778
	1.856	1.716	170.902	177.589

	Controladora		Consolidado	
	1º.07.2020 a 30.09.2020	1º.07.2019 a 30.09.2019	1º.07.2020 a 30.09.2020	1º.07.2019 a 30.09.2019
Empregados				
Plano previdenciário (CV)	142	130	14.235	14.833
Plano assistencial - pós-emprego	193	152	23.588	24.899
Plano assistencial - funcionários ativos	252	185	18.585	19.349
	587	467	56.408	59.081
Administradores				
Plano previdenciário	106	88	330	240
Plano assistencial	17	13	36	28
	123	101	366	268
	710	568	56.774	59.349

24.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2020	9.036	1.194.936
Apropriação do cálculo atuarial	577	70.762
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	3.140	89.843
Amortizações	(3.527)	(140.369)
Em 30.09.2020	9.226	1.215.172

25 Encargos Setoriais a Recolher

Consolidado	30.09.2020	31.12.2019
Conta de desenvolvimento energético - CDE	4.792	4.104
Reserva global de reversão - RGR	12.069	12.068
Bandeira tarifária	-	12.336
	16.861	28.508

26 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

26.1 Saldos constituídos para aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Programa de Eficiência Energética - PEE

Consolidado	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 30.09.2020	Saldo em 31.12.2019
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
FNDCT	-	5.867	-	5.867	4.046
MME	-	2.932	-	2.932	2.023
P&D	194.124	-	136.674	330.798	341.658
	194.124	8.799	136.674	339.597	347.727
Programa de eficiência energética - PEE					
Procel	-	2.478	-	2.478	16.410
PEE	51.030	-	266.149	317.179	294.034
	51.030	2.478	266.149	319.657	310.444
	245.154	11.277	402.823	659.254	658.171
			Circulante	350.632	375.395
			Não circulante	308.622	282.776

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT
 Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel

26.2 Muta  o dos saldos de P&D e PEE

Consolidado	FNDCT	MME	P&D	Procel	PEE	Total
Em 1^o.01.2020	4.046	2.023	341.658	16.410	294.034	658.171
Constitui��es	25.437	12.720	25.119	6.977	27.907	98.160
Contrato de desempenho	-	-	-	-	2.653	2.653
Juros (NE n ^o 34)	-	-	3.632	1.297	5.581	10.510
Transferências	-	-	-	(617)	617	-
Recolhimentos	(23.616)	(11.811)	-	(21.589)	-	(57.016)
Conclusões	-	-	(39.611)	-	(13.613)	(53.224)
Em 30.09.2020	5.867	2.932	330.798	2.478	317.179	659.254

27 Contas a Pagar Vinculadas   Concessão

Consolidado	Empresa	Outorga	Assinatura	Final	Taxa de desconto	Corre��o Anual	30.09.2020	31.12.2019
UHE Mauá	Copel GeT	29.06.2007	03.07.2007	07.2042	5,65% a.a.	IPCA	16.909	16.890
UHE Colíder	Copel GeT	29.12.2010	17.01.2011	01.2046	7,74% a.a.	IPCA	24.568	24.353
UHE Baixo Iguaçu	Copel GeT	19.07.2012	20.08.2012	01.2047	7,74% a.a.	IPCA	7.675	7.588
UHE Guaricana	Copel GeT	03.03.2020	03.03.2020	03.2025	7,74% a.a.	IPCA	3.382	-
UHEs Fundão e Santa Clara	Elejor	23.10.2001	25.10.2001	10.2036	11,00% a.a.	IGPM	634.111	563.756
							686.645	612.587
							Circulante	82.998
							Não circulante	603.647
								73.032
								539.555

Taxa de desconto no cálculo do valor presente

Taxa desconto real e líquida, compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vincula  o com a expectativa de retorno do projeto.

Pagamento   União

Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual corrigido, conforme definido no contrato de concessão.

27.1 Muta  o de contas a pagar vinculadas   concessão

Em 1^o.01.2020	612.587
Adi��o	3.682
Ajuste a valor presente	(52)
Varia��o monetária	125.788
Pagamentos	(55.360)
Em 30.09.2020	686.645

28 Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos

Com a ado  o do CPC 06 (R2) / IFRS 16 a Companhia reconheceu Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamentos conforme segue:

Fluxos de caixa	Nominal	Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	153.041	134.332
Pis/Cofins potencial	12.083	10.879

28.3 Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

Em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração do passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada, conforme vedação imposta pela norma.

No entanto, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro, o quadro a seguir apresenta os saldos comparativos entre a informação registrada em conformidade com o CPC 06 (R2) e o valor que seria registrado se considerada a inflação projetada:

Consolidado	Saldo conforme o CPC 06 (R2) - IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	%
Passivo de arrendamentos	134.332	150.413	11,97%
Direito de uso de ativos	128.902	141.411	9,70%
Despesa Financeira	6.656	7.515	12,91%
Despesa de amortização	29.961	32.381	8,08%

28.4 Compromissos de arrendamentos e aluguéis

Para os arrendamentos de ativos de baixo valor, tais como computadores, impressoras e móveis, arrendamento de curto prazo, bem como para os contratos de arrendamento de terrenos para desenvolvimento de projetos de geração de energia eólica, cujo pagamento é feito com base em remuneração variável, os valores estão reconhecidos na demonstração de resultado como custos e/ou despesas operacionais (NE 33.6). O saldo de compromissos de arrendamentos e aluguéis está demonstrado a seguir:

Consolidado	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	30.09.2020
Compromissos de arrendamentos e aluguéis	7.177	30.198	157.997	195.372

29 Outras Contas a Pagar

Consolidado	30.09.2020	31.12.2019
Valor justo na compra e venda de energia (NE nº 36.2.12)	276.647	251.973
Desvio de geração - empreendimentos eólicos (NE nº 36.2.11)	78.337	-
Consumidores	39.671	43.024
Taxa de iluminação pública arrecadada	37.834	38.805
Obrigações junto a clientes nas operações de venda de gás (a)	29.362	39.665
Provisão Despacho Aneel nº 084/2017	28.103	26.008
Cauções em garantia	20.448	9.257
Aquisição de investimentos	13.737	13.294
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	19.853	12.535
Devolução ao consumidor	5.550	4.887
Valor justos dos derivativos - contrato a termo (NE nº 36.2.3 - b)	-	1.203
Outras obrigações	63.748	58.218
	613.290	498.869
	Circulante	200.964
	Não circulante	412.326
		149.407
		349.462

(a) Refere-se aos valores pagos pela aquisição de volumes de gás contratados e ainda não retirados pelos clientes.

30 Provisões para Litígios e Passivo Contingente

A Companhia e suas controladas respondem por diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes cortes. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis quando os critérios de reconhecimento de provisão, descritos na NE nº 4.11 das demonstrações financeiras de 31.12.2019, são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia e suas controladas respondem na data da elaboração das informações trimestrais, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

30.1 Muta  o das provisões para litígios

Consolidado	Resultado				Adições no ativo	Quitações	Transfe- rências/ Outros (a)	Saldo em 30.09.2020
	Saldo em 1º.01.2020	Provisões para litígios		Custo de construção				
		Adições	Reversões	Adições				
Fiscais								
Cofins	104.284	2.489	-	-	-	-	-	106.773
Outras	71.506	48.064	(2.956)	-	-	(241)	(3.113)	113.260
	175.790	50.553	(2.956)	-	-	(241)	(3.113)	220.033
Trabalhistas	673.062	93.161	(906)	-	-	(99.944)	(33.241)	632.132
Benefícios a empregados	86.297	11.439	(16.802)	-	-	(783)	(1.098)	79.053
Cíveis								
Cíveis e direito administrativo	336.962	85.328	(14.534)	-	-	(18.762)	(646)	388.348
Servidões de passagem	127.010	250	(543)	(3.861)	1.571	(1.459)	-	122.968
Desapropriações e patrimoniais	118.757	171	(1.217)	3.906	4.855	(126)	-	126.346
Consumidores	4.956	202	(1.238)	-	-	-	-	3.920
Ambientais	4.071	1.581	(5)	-	-	-	-	5.647
	591.756	87.532	(17.537)	45	6.426	(20.347)	(646)	647.229
Regulatórias	79.808	2.038	(1.008)	-	-	(1.031)	-	79.807
	1.606.713	244.723	(39.209)	45	6.426	(122.346)	(38.098)	1.658.254

(a) Reclassifica  o principalmente para Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda (NE n   41).

Controladora	Saldo em	Resultado	Saldo em
	1�.01.2020	Adi��es	30.09.2020
Fiscais			
Cofins	104.284	2.489	106.773
Outras	30.744	45.232	75.976
	135.028	47.721	182.749
Trabalhistas	1.957	559	2.516
Cíveis	150.529	7.443	157.972
Regulatórias	17.357	-	17.357
	304.871	55.723	360.594

30.2 Detalhamento das provisões para litígios e passivos contingentes

O quadro a seguir apresenta o detalhamento das provisões para litígios registradas e, adicionalmente, os valores de passivos contingentes, os quais são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, porém sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Natureza	Descrição	Controladora				Consolidado			
		Provisões		Passivo contingente		Provisões		Passivo contingente	
		30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Fiscais									
Cofins	Exigência da Receita Federal relativo ao período de agosto de 1995 a dezembro de 1996, lançados em decorrência de rescisão de acórdão judicial que havia reconhecido a imunidade da Companhia ao tributo.	106.773	104.284	6.560	6.415	106.776	104.284	6.560	6.415
INSS	Exigências fiscais relativas à contribuição previdenciária.	75.976	30.744	53.804	117.018	75.976	30.744	53.804	117.018
Impostos federais	Exigências e questionamentos administrativos da Receita Federal do Brasil.	-	-	-	-	-	-	83.921	105.800
ICMS	Auto de infração nº 6.587.156-4 lavrado pelo Estado do Paraná por suposta ausência de recolhimento do ICMS sobre a rubrica "demanda medida" destacada em faturas de energia elétrica emitidas pela Copel DIS no período de maio de 2011 a dezembro de 2013. A Companhia sustenta a sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da presente autuação fiscal, pois não tendo figurado no processo judicial, não pode sofrer os efeitos da decisão judicial nele proferida, o que implicaria na sua ilegitimidade para figurar no polo passivo do auto de infração citado. A Companhia ingressou com mandado de segurança em 16.07.2019, tendo obtido liminar para suspender a exigibilidade do crédito tributário.	-	-	-	-	-	-	94.840	87.657
IPTU	Exigência de Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU sobre imóveis afetados ao serviço público de energia elétrica.	-	-	-	-	-	-	94.988	87.006
ISS	Exigência fiscal das prefeituras a título de ISS em serviços de construção civil prestado por terceiro.	-	-	-	-	-	-	71.058	65.443
Outras	Impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais em que a Companhia discute a incidência ou não, bem como suas bases e valores para recolhimento.	-	-	52.922	52.199	37.280	40.762	169.995	159.207
		182.749	135.028	113.286	175.632	220.032	175.790	575.166	628.546
Trabalhistas									
	Cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial, entre outras, por empregados e ex-empregados da Copel; cobranças de parcelas indenizatórias e outras, por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária).	2.516	1.957	2.374	1.655	632.131	673.062	457.860	419.917
Benefícios a empregados									
	Reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados aposentados contra a Fundação Copel, que causarão, consequentemente, reflexos para a Companhia e suas subsidiárias integrais, na medida em que forem necessários aportes complementares.	-	-	-	-	79.053	86.297	9.155	21.338
Regulatórias									
Despacho Aneel nº 288/2002	Ações judiciais contra o Despacho Aneel nº 288/2002 envolvendo as empresas Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e Dona Francisca Energética S.A.	-	-	-	-	57.000	57.000	-	-
ESBR	A ESBR moveu a ação ordinária nº 10426-71.2013.4.01.4100 contra a Aneel, na Justiça Federal de Rondônia, cuja sentença (i) reconheceu excludentes de responsabilidade pelo atraso de 535 dias no cronograma das obras da UHE Jirau; (ii) declarou inexigíveis quaisquer obrigações, penalidades e custos impostos à ESBR decorrentes do atraso e, por fim, (iii) anulou o despacho Aneel nº 1.732/2013, que havia reconhecido o atraso de apenas 52 dias no cronograma de implantação. Houve recurso de apelação pela Aneel, em trâmite no TRF da 1ª Região. A consequência prática da decisão foi, ao tempo em que isentou a ESBR, expor as distribuidoras com as quais celebrou CCEARs ao Mercado de Curto Prazo e ao alto valor do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD no período, onde se incluiu a Copel DIS. Isso se deu porque as regras de comercialização de energia elétrica impõem que toda energia consumida tenha a correspondente cobertura contratual. Caso as ações sejam julgadas desfavoráveis para a Copel, o valor será considerado como um Ativo Financeiro Setorial a ser recuperado mediante tarifa.	-	-	-	-	-	-	879.028	1.034.593
Excludente Colíder	Discussão sobre o valor de TUST da Usina devido ao período de excludente de responsabilidade	-	-	-	-	-	-	98.723	98.723
Outras	Notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias	17.357	17.357	-	-	22.807	22.808	9.865	8.104
		17.357	17.357	-	-	79.807	79.808	987.616	1.141.420

Natureza	Descrição	Controladora				Consolidado			
		Provisões		Passivo contingente		Provisões		Passivo contingente	
		30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Cíveis									
Fumicultores	Ações que têm como principal causa a falta de energia elétrica causando perda da produção.	-	-	-	-	49.258	48.977	40.149	34.792
DER	O DER lavrou auto de infração fiscal à Copel Distribuição que, por sua vez, impetrou ação com objeto de impugnar a cobrança da Taxa de Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias, uma vez que a Companhia entende que esta taxa é inconstitucional por possuir caráter confiscatório.	-	-	-	-	-	-	92.114	85.277
Arbitragem	Discussão em arbitragem protegida por sigilo e confidencialidade, em fase de instrução probatória, sem decisão proferida	-	-	-	-	122.446	119.579	497.251	485.607
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS	Referente a estimativa de contingência passiva, conforme julgamento da administração e opinião de seus assessores legais, relativa a eventual propositura de demanda pelos consumidores sobre o crédito tributário reconhecido, detalhado na NE nº 13.2.1, referente ao período que exacerbe a regra de neutralidade tributária, compreendido entre o 11º e o 16º ano, de um total de 16 anos considerados na ação.	-	-	-	-	-	-	1.751.479	-
Cíveis e direito administrativo	Outras ações que envolvem faturamento, supostos procedimentos irregulares, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica e acidentes com veículos.	157.972	150.529	501.883	489.612	281.586	259.472	277.951	785.668
Indenização a terceiros (cíveis)	Ações de indenização decorrentes de danos causados durante a construção de usinas	-	-	-	-	80.795	28.513	37.612	26.104
Servidões de passagem	Discussão entre o valor avaliado pela Copel para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula, entre outras); intervenção no usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante ou em caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidão.	-	-	-	-	122.103	127.010	17.176	24.635
Desapropriações e patrimoniais	Discussão entre o valor avaliado pela Copel para pagamento e o pleiteado pelo proprietário, e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula entre outras); ações de reintegrações de posse de imóveis de propriedade da concessionária; intervenção no usucapião de terceiros, na qualidade de confrontante, a fim de preservar os limites e confrontações das áreas desapropriadas.	-	-	-	-	62.482	80.079	130.661	120.760
Indenização a terceiros (Desapropriações)	Ações de desapropriação para construção de subestação de energia elétrica e para desapropriação de terreno alagado de Usina	-	-	-	-	42.921	38.678	44.707	36.807
Consumidores	Ações pleiteando ressarcimento de danos causados em aparelhos eletrodomésticos, máquinas industriais e comerciais, indenizações por dano moral decorrente da prestação de serviço (suspensão do fornecimento) e ações movidas por consumidores industriais, questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica, ocorrida na vigência do Plano Cruzado, e pleiteando restituição de valores envolvidos.	-	-	-	-	3.920	4.956	-	-
Ambientais	Ações civis públicas e ações populares que têm como finalidade obstaculizar o andamento de licenciamento ambiental de novos projetos ou a recuperação de áreas de preservação permanente no entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas utilizadas indevidamente por particulares. Em caso de eventual condenação, estima-se somente o custo da elaboração de novos estudos ambientais e o custo de recuperação das áreas de propriedade da Copel GeT. Contemplam também os Termos de Ajuste de Conduta - TAC, que se referem aos compromissos acordados e aprovados entre a Companhia e os órgãos competentes, pelo descumprimento de alguma condicionante concluída nas Licenças de Instalação e Operação.	-	-	-	-	4.166	4.071	173.609	159.885
		157.972	150.529	501.883	489.612	647.231	591.756	3.062.709	1.273.928
		360.594	304.871	617.543	666.899	1.658.254	1.606.713	5.092.506	3.485.149

31 Patrimônio Líquido

31.1 Capital social

Em 30.09.2020, o capital social integralizado é de R\$ 10.800.000 (R\$ 10.800.000 em 31.12.2019). Sua composição por ações (sem valor nominal) e os principais acionistas estão demonstrações a seguir:

Acionistas	Número de ações em unidades							
	Ordinárias		Preferenciais "A"		Preferenciais "B"		Total	
	nº ações	%	nº ações	%	nº ações	%	nº ações	%
Estado do Paraná	85.028.598	58,63	-	-	-	-	85.028.598	31,07
BNDESPAR	38.298.775	26,41	-	-	27.282.006	21,26	65.580.781	23,96
Eletrobras	1.530.774	1,06	-	-	-	-	1.530.774	0,56
Custódias em bolsa:								
B3	19.720.087	13,60	76.783	23,50	77.078.103	60,08	96.874.973	35,41
NYSE	116.345	0,07	-	-	23.714.847	18,48	23.831.192	8,71
Latibex	-	-	-	-	172.011	0,13	172.011	0,06
Prefeituras	178.393	0,12	9.326	2,85	3.471	-	191.190	0,07
Outros	158.108	0,11	240.643	73,65	47.105	0,05	445.856	0,16
	145.031.080	100,00	326.752	100,00	128.297.543	100,00	273.655.375	100,00

31.2 Ajustes de avaliação patrimonial

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2020	591.927	591.927
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial		
Custo atribuído do imobilizado	-	(68.560)
Tributos sobre a realização dos ajustes	-	23.310
Custo atribuído do imobilizado - equivalência patrimonial, líquida de tributos	(45.250)	-
Em 30.09.2020	546.677	546.677

31.3 Lucro por ação - básico e diluído

Controladora	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total 30.09.2020	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total 30.09.2019
Numerador básico e diluído						
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído aos acionistas controladores:						
Ações ordinárias	1.396.311	23.525	1.419.836	734.513	(16.245)	718.268
Ações preferenciais classe "A"	4.249	59	4.308	1.825	(40)	1.785
Ações preferenciais classe "B"	1.358.720	22.892	1.381.612	714.737	(15.808)	698.929
	2.759.280	46.476	2.805.756	1.451.075	(32.093)	1.418.982
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares):						
Ações ordinárias	145.031.080	145.031.080	145.031.080	145.031.080	145.031.080	145.031.080
Ações preferenciais classe "A"	327.477	327.477	327.477	327.536	327.536	327.536
Ações preferenciais classe "B"	128.296.818	128.296.818	128.296.818	128.296.759	128.296.759	128.296.759
	273.655.375	273.655.375	273.655.375	273.655.375	273.655.375	273.655.375
Lucro líquido básico e diluído por ação atribuído aos acionistas controladores						
Ações ordinárias	9,62767	0,16221	9,78988	5,06452	(0,11201)	4,95251
Ações preferenciais classe "A"	12,97635	0,17843	13,15478	5,57097	(0,12321)	5,44776
Ações preferenciais classe "B"	10,59044	0,17843	10,76887	5,57097	(0,12321)	5,44776

Controladora			Total			Total
	Operações continuadas	Operações descontinuadas	1º.07.2020 a 30.09.2020	Operações continuadas	Operações descontinuadas	1º.07.2020 a 30.09.2019
Numerador básico e diluído						
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído aos acionistas controladores:						
Ações ordinárias	339.663	6.879	346.542	321.509	(32.142)	289.367
Ações preferenciais classe "A"	1.625	17	1.642	799	(80)	719
Ações preferenciais classe "B"	330.518	6.694	337.212	312.854	(31.277)	281.577
	671.806	13.590	685.396	635.162	(63.499)	571.663
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares):						
Ações ordinárias	145.031.080	145.031.080	145.031.080	145.031.080	145.031.080	145.031.080
Ações preferenciais classe "A"	327.477	327.477	327.477	327.536	327.536	327.536
Ações preferenciais classe "B"	128.296.818	128.296.818	128.296.818	128.296.759	128.296.759	128.296.759
	273.655.375	273.655.375	273.655.375	273.655.375	273.655.375	273.655.375
Lucro líquido básico e diluído por ação atribuído aos acionistas controladores						
Ações ordinárias	2,34200	0,04743	2,38943	2,21683	(0,22162)	1,99521
Ações preferenciais classe "A"	4,96211	0,05217	5,01428	2,43852	(0,24379)	2,19473
Ações preferenciais classe "B"	2,57620	0,05217	2,62837	2,43852	(0,24379)	2,19473

32 Receita Operacional Líquida

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos setoriais	ISSQN	Receita líquida	
						30.09.2020	Reapresentado 30.09.2019
Fornecimento de energia elétrica	6.983.650	(550.152)	(1.461.783)	(87.688)	-	4.884.027	4.658.238
Suprimento de energia elétrica	2.700.170	(296.459)	(16.214)	(43.649)	-	2.343.848	2.079.232
Disponibilidade da rede elétrica	6.316.557	(492.009)	(1.554.140)	(1.213.569)	-	3.056.839	2.991.691
Receita de construção	920.664	-	-	-	-	920.664	833.950
Valor justo do ativo indenizável da concessão	12.977	-	-	-	-	12.977	24.550
Distribuição de gás canalizado	513.490	(47.271)	(86.867)	-	(81)	379.271	550.040
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	291.058	(27.026)	-	-	-	264.032	65.719
Outras receitas operacionais	335.063	(26.141)	-	-	(3.052)	305.870	240.849
Recuperação de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	-	810.563	-	-	-	810.563	100.931
	18.073.629	(628.495)	(3.119.004)	(1.344.906)	(3.133)	12.978.091	11.545.200

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos setoriais	ISSQN	Receita líquida	
						1º.07.2020 a 30.09.2020	Reapresentado 1º.07.2019 a 30.09.2019
Fornecimento de energia elétrica	2.200.643	(163.215)	(436.290)	(23.319)	-	1.577.819	1.497.452
Suprimento de energia elétrica	921.442	(100.429)	(5.352)	(14.851)	-	800.810	760.200
Disponibilidade da rede elétrica	2.128.901	(154.549)	(502.302)	(406.832)	-	1.065.218	1.036.578
Receita de construção	347.675	-	-	-	-	347.675	290.810
Valor justo do ativo indenizável da concessão	8.629	-	-	-	-	8.629	3.563
Distribuição de gás canalizado	169.355	(14.862)	(27.931)	-	(16)	126.546	192.137
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	266.997	(24.697)	-	-	-	242.300	151.908
Outras receitas operacionais	169.508	(8.841)	-	-	(1.242)	159.425	145.614
Recuperação de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	-	1.409	-	-	-	1.409	100.931
	6.213.150	(465.184)	(971.875)	(445.002)	(1.258)	4.329.831	4.179.193

32.1 Detalhamento da receita por tipo e/ ou classe de consumidores

Consolidado	30.09.2020	Reapresentado	1º.07.2020	Reapresentado
		30.09.2019	a 30.09.2020	1º.07.2019 a 30.09.2019
Fornecimento de energia elétrica	6.983.650	7.787.786	2.200.643	2.552.497
Residencial	2.259.075	2.468.920	711.402	807.314
Industrial	717.788	966.193	237.129	317.677
Comercial, serviços e outras atividades	1.248.113	1.618.486	362.065	508.270
Rural	449.030	461.612	130.263	149.344
Poder público	143.140	200.837	38.785	65.638
Iluminação pública	171.720	205.803	52.773	76.669
Serviço público	219.090	249.138	67.238	87.414
Consumidores livres	1.250.088	1.053.050	449.960	380.500
Doações e subvenções	525.606	563.747	151.028	159.671
Suprimento de energia elétrica	2.700.170	2.397.047	921.442	885.241
Contratos bilaterais	1.545.633	1.424.109	544.126	534.030
Contratos regulados	692.875	631.731	241.875	222.286
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	404.709	276.297	112.043	110.120
Juros efetivos - bonificação de outorga (NE nº 10.3)	56.953	64.910	23.398	18.805
Disponibilidade da rede elétrica	6.316.557	6.009.190	2.128.901	2.103.391
Residencial	2.030.278	1.885.772	674.393	643.676
Industrial	930.584	943.048	323.259	335.809
Comercial, serviços e outras atividades	1.180.392	1.246.392	373.111	495.940
Rural	401.694	334.923	125.845	115.039
Poder público	131.228	153.690	39.328	52.434
Iluminação pública	154.270	153.893	52.498	56.167
Serviço público	144.434	126.494	48.206	47.252
Consumidores livres	817.969	761.660	292.606	275.540
Concessionárias e geradoras	43.719	43.415	15.772	(38.518)
Receita de operação e manutenção - O&M e juros efetivos	481.989	359.903	183.883	120.052
Receita de construção	920.664	833.950	347.675	290.810
Valor justo do ativo indenizável da concessão	12.977	24.550	8.629	3.563
Distribuição de gás canalizado	513.490	747.917	169.355	260.919
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	291.058	73.604	266.997	164.214
Outras receitas operacionais	335.063	263.792	170.208	152.925
Arrendamentos e aluguéis (32.2)	128.369	103.530	46.197	36.002
Valor justo na compra e venda de energia	138.231	99.180	103.497	99.180
Renda da prestação de serviços	33.314	37.805	12.059	9.709
Outras receitas	35.149	23.277	8.455	8.034
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	18.073.629	18.137.836	6.213.850	6.413.560
(-) Pis/Pasep e Cofins	(1.439.058)	(1.649.965)	(467.292)	(578.001)
Recuperação de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (NE nº 13.2.1)	810.563	100.931	1.409	100.931
(-) ICMS	(3.119.004)	(3.337.707)	(971.877)	(1.102.969)
(-) ISSQN	(3.133)	(2.484)	(1.257)	(848)
(-) Encargos setoriais (32.3)	(1.344.906)	(1.703.411)	(445.002)	(653.480)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12.978.091	11.545.200	4.329.831	4.179.193

32.2 Arrendamentos e aluguéis

32.2.1 Receita de arrendamento e aluguéis

Consolidado	30.09.2020	Reapresentado 30.09.2019
Equipamentos e estruturas	127.893	102.617
Compartilhamento de instalações	369	781
Imóveis	107	132
	128.369	103.530

Consolidado	1º.07.2020 a 30.09.2020	Reapresentado 1º.07.2019 a 30.09.2019
Equipamentos e estruturas	46.111	35.697
Compartilhamento de instalações	45	261
Imóveis	41	44
	46.197	36.002

32.2.2 Recebíveis de arrendamentos

Consolidado	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 30.09.2020
Compartilhamento de instalações	1.336	5.343	19.094	25.773

32.3 Encargos setoriais

Consolidado	30.09.2020	30.09.2019
Conta de desenvolvimento energético - CDE - concessão de distribuição de energia (32.3.1)	1.148.070	1.368.342
Outros encargos do consumidor - bandeira tarifária	23.598	160.863
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE	98.416	92.982
Quota para reserva global de reversão - RGR	47.199	54.140
Conta de desenvolvimento energético - CDE - concessão de transmissão de energia	19.175	19.093
Taxa de fiscalização	8.448	7.991
	1.344.906	1.703.411

Consolidado	1º.07.2020 a 30.09.2020	1º.07.2019 a 30.09.2019
Conta de desenvolvimento energético - CDE - concessão de distribuição de energia	382.839	430.949
Outros encargos do consumidor - bandeira tarifária	196	144.842
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE	34.310	32.720
Quota para reserva global de reversão - RGR	17.605	29.475
Conta de desenvolvimento energético - CDE - concessão de transmissão de energia	7.162	12.740
Taxa de fiscalização	2.890	2.754
	445.002	653.480

32.3.1 Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - concessão de distribuição de energia

A CDE foi criada pela Lei n.º 10.438/2002, alterada pela Lei nº 12.783/2013, e, para cumprir seus objetivos, tem entre suas fontes de recursos, quotas pagas pelos agentes que negociam energia com o consumidor final, mediante encargo tarifário incluído nas tarifas.

A Companhia realiza pagamentos do encargo CDE-Uso, destinada ao custeio dos objetivos da CDE previstos na lei.

As quotas anuais para cada distribuidora são definidas pela Aneel por meio das resoluções homologatórias. O saldo é composto da seguinte forma:

Resoluções	Período	30.09.2020
CDE USO		
Resolução Homologatória nº 2.664/2019	Janeiro a setembro	1.148.785
(-) Liminares	Janeiro a setembro	(715)
		1.148.070

Liminares

Em decorrência de decisões liminares em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres - Abrace, da Associação Nacional dos Consumidores de Energia - Anace e de outros consumidores, que questionam judicialmente os componentes tarifários da CDE-Uso e CDE-Energia, a Aneel homologou o cálculo tarifário, deduzindo estes encargos das tarifas destes consumidores, enquanto vigorarem as liminares concedidas.

32.4 Reajuste Tarifário Anual da Copel DIS

A Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Copel DIS por meio da Resolução Homologatória nº 2.704, de 23.06.2020, autorizando o reajuste médio de 0,41% (3,41% em 2019) percebido pelos consumidores e cuja aplicação ocorreu integralmente às tarifas a partir de 24.06.2020.

A recomposição tarifária contempla: 0,79% decorrentes da atualização da Parcela B (custos operacionais, depreciação e remuneração); 7,82% relativos à atualização da Parcela A (energia, transmissão, encargos e receitas irrecuperáveis); 1,81% relativos à inclusão dos componentes financeiros; e -10,01% que refletem a retirada dos componentes financeiros do processo tarifário anterior.

Houve redução para as categorias de clientes: residenciais, de 0,95%; comércio e serviços atendidos em baixa tensão, de 0,83%; e para iluminação pública, de 0,93%. Os clientes atendidos em alta tensão tiveram reajuste médio de 1,13%.

Este reajuste já considera os impactos da Conta-covid, de acordo com o Decreto nº 10.350/2020 e Resolução Normativa Aneel nº 885/2020, no montante de R\$ 536.359, cujos recursos foram recebidos em 31.07.2020, conforme divulgado na NE nº 41.1.

33 Custos e Despesas Operacionais

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	30.09.2020
Energia elétrica comprada para revenda (33.1)	(4.508.361)	-	-	-	(4.508.361)
Encargos de uso da rede elétrica	(994.507)	-	-	-	(994.507)
Pessoal e administradores (33.2)	(650.190)	(8.268)	(269.100)	-	(927.558)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24.3)	(121.388)	(1.201)	(48.313)	-	(170.902)
Material	(49.100)	(91)	(4.881)	-	(54.072)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(143.409)	-	-	-	(143.409)
Gás natural e insumos para operação de gás	(263.610)	-	-	-	(263.610)
Serviços de terceiros (33.3)	(296.484)	(3.795)	(113.391)	-	(413.670)
Depreciação e amortização	(696.288)	(107)	(33.985)	(11.516)	(741.896)
Perdas de créditos, provisões e reversões (33.4)	(104.517)	(116.518)	-	(194.507)	(415.542)
Custo de construção (33.5)	(941.215)	-	-	-	(941.215)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (33.6)	(128.079)	(12.445)	(68.679)	(65.002)	(274.205)
	(8.897.148)	(142.425)	(538.349)	(271.025)	(9.848.947)

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	1º.07.2020 a 30.09.2020
Energia elétrica comprada para revenda (33.1)	(1.542.643)	-	-	-	(1.542.643)
Encargos de uso da rede elétrica	(431.353)	-	-	-	(431.353)
Pessoal e administradores (33.2)	(218.027)	(2.782)	(93.631)	-	(314.440)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24.3)	(40.027)	(375)	(16.372)	-	(56.774)
Material	(15.516)	(3)	(1.084)	-	(16.603)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(21.277)	-	-	-	(21.277)
Gás natural e insumos para operação de gás	(82.561)	-	-	-	(82.561)
Serviços de terceiros (33.3)	(105.248)	(1.250)	(37.460)	-	(143.958)
Depreciação e amortização	(230.705)	(107)	(11.978)	(3.838)	(246.628)
Perdas de créditos, provisões e reversões (33.4)	6.010	(20.109)	-	(141.777)	(155.876)
Custo de construção (33.5)	(371.159)	-	-	-	(371.159)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (33.6)	(71.805)	(2.557)	(15.879)	(24.263)	(114.504)
	(3.124.311)	(27.183)	(176.404)	(169.878)	(3.497.776)

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	Reapresentado 30.09.2019
Energia elétrica comprada para revenda (33.1)	(4.353.839)	-	-	-	(4.353.839)
Encargos de uso da rede elétrica	(942.987)	-	-	-	(942.987)
Pessoal e administradores (33.2)	(617.751)	(10.131)	(237.913)	-	(865.795)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24.3)	(126.654)	(1.474)	(49.461)	-	(177.589)
Material	(53.098)	(72)	(5.587)	-	(58.757)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(2.343)	-	-	-	(2.343)
Gás natural e insumos para operação de gás	(439.637)	-	-	-	(439.637)
Serviços de terceiros (33.3)	(257.338)	(5.658)	(97.518)	-	(360.514)
Depreciação e amortização	(635.148)	(4)	(32.660)	(10.879)	(678.691)
Perdas de créditos, provisões e reversões (33.4)	164.236	(100.219)	-	(136.681)	(72.664)
Custo de construção (33.5)	(803.323)	-	-	-	(803.323)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (33.6)	(150.442)	(8.338)	(71.472)	(59.169)	(289.421)
	(8.218.324)	(125.896)	(494.611)	(206.729)	(9.045.560)

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	Reapresentado 1º.07.2019 a 30.09.2019
Energia elétrica comprada para revenda (33.1)	(1.701.179)	-	-	-	(1.701.179)
Encargos de uso da rede elétrica	(318.744)	-	-	-	(318.744)
Pessoal e administradores (33.2)	(203.040)	(3.067)	(82.404)	-	(288.511)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24.3)	(41.982)	(474)	(16.893)	-	(59.349)
Material	(19.807)	(9)	(1.730)	-	(21.546)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(798)	-	-	-	(798)
Gás natural e insumos para operação de gás	(153.364)	-	-	-	(153.364)
Serviços de terceiros (33.3)	(85.860)	(1.875)	(32.320)	-	(120.055)
Depreciação e amortização	(222.479)	(2)	(10.812)	(3.839)	(237.132)
Perdas de créditos, provisões e reversões (33.4)	183.580	(27.666)	-	(31.870)	124.044
Custo de construção (33.5)	(284.254)	-	-	-	(284.254)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (33.6)	(51.108)	(1.083)	(16.573)	(42.513)	(111.277)
	(2.899.035)	(34.176)	(160.732)	(78.222)	(3.172.165)

Controladora	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30.09.2020
Pessoal e administradores (33.2)	(16.601)	-	(16.601)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24.3)	(1.856)	-	(1.856)
Material	(530)	-	(530)
Serviços de terceiros	(25.347)	-	(25.347)
Depreciação e amortização	(521)	(841)	(1.362)
Perdas de créditos, provisões e reversões (33.4)	-	(53.397)	(53.397)
Outras receitas (despesas) operacionais	(14.517)	(9.621)	(24.138)
	(59.372)	(63.859)	(123.231)

Controladora	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1º.07.2020 a 30.09.2020
Pessoal e administradores (33.2)	(5.884)	-	(5.884)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24.3)	(710)	-	(710)
Material	165	-	165
Serviços de terceiros	(7.294)	-	(7.294)
Depreciação e amortização	(202)	(280)	(482)
Perdas de créditos, provisões e reversões (33.4)	-	(49.074)	(49.074)
Outras receitas (despesas) operacionais	(4.201)	(3.856)	(8.057)
	(18.126)	(53.210)	(71.336)

Controladora	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30.09.2019
Pessoal e administradores (33.2)	(11.987)	-	(11.987)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24.3)	(1.716)	-	(1.716)
Material	(417)	-	(417)
Serviços de terceiros	(10.211)	-	(10.211)
Depreciação e amortização	(674)	(840)	(1.514)
Perdas de créditos, provisões e reversões (33.4)	-	(7.199)	(7.199)
Outras receitas (despesas) operacionais	(7.603)	4.442	(3.161)
	(32.608)	(3.597)	(36.205)

Controladora	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1º.07.2019 a 30.09.2019
Pessoal e administradores (33.2)	(4.042)	-	(4.042)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24.3)	(568)	-	(568)
Material	(223)	-	(223)
Serviços de terceiros	(3.338)	-	(3.338)
Depreciação e amortização	(153)	(279)	(432)
Perdas de créditos, provisões e reversões (33.4)	-	(1.472)	(1.472)
Outras receitas (despesas) operacionais	(2.406)	1.266	(1.140)
	(10.730)	(485)	(11.215)

33.1 Energia elétrica comprada para revenda

Consolidado	30.09.2020	30.09.2019
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	2.215.154	2.109.089
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	460.342	895.012
Itaipu Binacional	1.316.495	985.688
Contratos bilaterais	737.943	559.675
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	165.900	199.727
Micro e mini geradores e recompra de clientes	110.392	28.388
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(497.865)	(423.740)
	4.508.361	4.353.839

Consolidado	1º.07.2020 a 30.09.2020	1º.07.2019 a 30.09.2019
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	742.204	738.876
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	136.002	465.137
Itaipu Binacional	471.355	342.762
Contratos bilaterais	269.925	223.936
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	55.250	66.508
Micro e mini geradores e recompra de clientes	43.716	14.552
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(175.809)	(150.592)
	1.542.643	1.701.179

33.2 Pessoal e administradores

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2020	30.09.2019	30.09.2020	30.09.2019
Pessoal				
Remunerações	4.264	3.714	472.875	502.105
Encargos sociais	1.510	1.329	169.389	180.056
Auxílio alimentação e educação	1.099	832	80.121	84.250
	6.873	5.875	722.385	766.411
Administradores				
Honorários	3.255	4.293	13.196	11.924
Encargos sociais	356	982	2.108	3.539
Outros gastos	61	62	171	202
	3.672	5.337	15.475	15.665
Provisões por desempenho e participação nos lucros de empregados e administradores	6.056	775	189.698	83.719
	16.601	11.987	927.558	865.795

	Controladora		Consolidado	
	1º.07.2020	1º.07.2019	1º.07.2020	1º.07.2019
	a 30.09.2020	a 30.09.2019	a 30.09.2020	a 30.09.2019
Pessoal				
Remunerações	1.343	1.230	160.599	168.156
Encargos sociais	497	463	56.665	59.945
Auxílio alimentação e educação	388	260	26.107	27.834
	2.228	1.953	243.371	255.935
Administradores				
Honorários	1.275	1.562	4.319	4.111
Encargos sociais	300	255	956	811
Outros gastos	21	20	60	87
	1.596	1.837	5.335	5.009
Provisões por desempenho e participação nos lucros de empregados e administradores	2.060	252	65.734	27.567
	5.884	4.042	314.440	288.511

33.3 Serviços de terceiros

Consolidado	30.09.2020	Reapresentado 30.09.2019
Manutenção do sistema elétrico	150.008	115.876
Comunicação, processamento e transmissão de dados	21.809	29.987
Manutenção de instalações	75.891	77.893
Atendimento a consumidor	37.170	27.141
Leitura e entrega de faturas	35.737	33.687
Consultoria e auditoria	35.148	13.538
Outros serviços	57.907	62.392
	413.670	360.514

Consolidado	1º.07.2020	Reapresentado
	a 30.09.2020	a 30.09.2019
Manutenção do sistema elétrico	57.622	36.425
Comunicação, processamento e transmissão de dados	8.100	8.961
Manutenção de instalações	25.712	25.769
Atendimento a consumidor	11.466	11.380
Leitura e entrega de faturas	11.743	11.330
Consultoria e auditoria	11.533	3.635
Outros serviços	17.782	22.555
	143.958	120.055

33.4 Perdas de crédito, provisões e reversões

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2020	30.09.2019	30.09.2020	Reapresentado 30.09.2019
Provisão para litígios (a)	53.397	7.199	197.573	139.165
Perdas estimadas p/ redução ao valor recuperável de ativos - <i>Impairment</i>				
Contrato de concessão de geração de energia elétrica	-	-	(5.259)	(1.580)
Imobilizado - segmento de geração	-	-	101.807	(162.656)
Perdas de créditos esperadas (Clientes e Outros créditos)	-	-	116.518	100.219
Perdas estimadas em créditos tributários	-	-	(3.066)	(2.484)
Provisão para perdas em participações societárias	-	-	7.969	-
	53.397	7.199	415.542	72.664

	Controladora		Consolidado	
	1º.07.2020 a 30.09.2020	1º.07.2019 a 30.09.2019	1º.07.2020 a 30.09.2020	Reapresentado 1º.07.2019 a 30.09.2019
Provisão para litígios (a)	49.074	1.472	143.117	33.066
Perdas estimadas p/ redução ao valor recuperável de ativos - <i>Impairment</i>				
Contrato de concessão de geração de energia elétrica	-	-	(3.530)	(105)
Imobilizado - segmento de geração	-	-	(2.480)	(183.475)
Perdas de créditos esperadas (Clientes e Outros créditos)	-	-	20.109	27.666
Perdas estimadas em créditos tributários	-	-	(1.340)	(1.196)
	49.074	1.472	155.876	(124.044)

(a) As principais variações de provisões para litígios ocorreram em função da revisão da avaliação dos assessores legais da Companhia principalmente em ação fiscal da Controladora e ação cível de indenização a terceiros. O detalhamento das ações está demonstrado na NE nº 30.

33.5 Custo de construção

Consolidado	30.09.2020	30.09.2019
Material	506.457	424.446
Serviços de terceiros	303.906	271.614
Pessoal	100.963	95.119
Outros	29.889	12.144
	941.215	803.323

Consolidado	1º.07.2020 a 30.09.2020	1º.07.2019 a 30.09.2019
Material	178.597	136.950
Serviços de terceiros	135.089	110.525
Pessoal	40.423	32.678
Outros	17.050	4.101
	371.159	284.254

33.6 Outros custos e despesas operacionais, líquidos

Consolidado	30.09.2020	Reapresentado 30.09.2019
Perdas na desativação e alienação de bens, líquidas	36.529	25.733
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	46.930	84.617
Taxa de arrecadação	35.484	36.437
Indenizações	30.277	51.764
Tributos	26.286	53.832
Propaganda e publicidade	20.534	12.726
Arrendamentos e aluguéis	8.731	5.671
Outras receitas, custos e despesas, líquidos	69.434	18.641
	274.205	289.421

Consolidado	1º.07.2020 a 30.09.2020	Reapresentado 1º.07.2019 a 30.09.2019
Perdas na desativação e alienação de bens	14.725	5.313
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	26.817	28.303
Taxa de arrecadação	12.660	11.095
Indenizações	4.816	13.208
Tributos	7.916	16.652
Propaganda e publicidade	6.491	4.961
Arrendamentos e aluguéis	2.695	1.374
Outras receitas, custos e despesas, líquidos	38.384	30.371
	114.504	111.277

34 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2020	30.09.2019	30.09.2020	Reapresentado 30.09.2019
Receitas financeiras				
Reconhecimento de crédito tributário (NE 13.2.1)	-	-	940.917	6.522
Juros e variação monetária sobre repasse CRC (NE nº 8.1)	237.641	132.594	237.641	132.594
Acréscimos moratórios sobre faturas	-	-	175.816	161.750
Renda de aplicações financeiras	719	10.115	63.637	92.434
Variação cambial sobre cauções de empréstimos	-	-	46.611	16.730
Valor justos dos derivativos - contrato a termo (NE nº 36.2.3 - b)	-	-	28.310	-
Remuneração de ativos e passivos setoriais (NE nº 9.2)	-	-	18.025	37.991
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	-	-	17.519	22.000
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão (NE nº 27.1)	-	-	1.213	1.183
Outras receitas financeiras	(3.768)	5.621	53.831	66.613
	234.592	148.330	1.583.520	537.817
(-) Despesas financeiras				
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	42.632	116.948	462.436	663.947
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão (NE nº 27.1)	-	-	126.949	68.192
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	-	-	70.489	24.013
Juros sobre P&D e PEE (NE nº 26.2)	-	-	10.510	19.011
Remuneração de ativos e passivos setoriais (NE nº 9.2)	-	-	62	4.501
Variação monetária sobre repasse CRC (NE nº 8.1)	-	8.495	-	8.495
Outras despesas financeiras	4.508	5.124	45.110	83.794
	47.140	130.567	715.556	871.953
Líquido	187.452	17.763	867.964	(334.136)

	Controladora		Consolidado	
	1º.07.2020 a 30.09.2020	1º.07.2019 a 30.09.2019	1º.07.2020 a 30.09.2020	Reapresentado 1º.07.2019 a 30.09.2019
Receitas financeiras				
Reconhecimento de crédito tributário	-	-	4.393	6.522
Juros e variação monetária sobre repasse CRC	139.059	27.737	139.059	27.737
Acréscimos moratórios sobre faturas	-	-	75.285	53.339
Renda de aplicações financeiras	185	436	17.745	26.633
Variação cambial sobre cauções de empréstimos	-	-	5.289	16.730
Valor justos dos derivativos - contrato a termo	-	-	7.244	-
Remuneração de ativos e passivos setoriais	-	-	2.515	8.702
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	-	-	481	4.999
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão	-	-	380	179
Outras receitas financeiras	(4.589)	2.373	18.085	11.839
	134.655	30.546	270.476	156.680
(-) Despesas financeiras				
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	9.746	34.301	131.876	213.820
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão	-	-	71.127	13.481
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	-	-	7.566	14.682
Juros sobre P&D e PEE	-	-	2.567	6.394
Remuneração de ativos e passivos setoriais	-	-	-	1.533
Juros e variação monetária sobre repasse CRC	-	8.495	-	8.495
Outras despesas financeiras	2.619	1.952	10.390	24.984
	12.365	44.748	223.526	283.389
Líquido	122.290	(14.202)	46.950	(126.709)

35 Segmentos Operacionais

Segmentos operacionais são as atividades de negócios que geram receitas e incorrem em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelas diretorias executivas da Controladora e das controladas, principais tomadoras de decisões estratégicas, responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho.

35.1 Produtos e serviços dos quais os segmentos reportáveis têm suas receitas geradas

A Companhia atua nos segmentos reportáveis identificados pelas diretorias de cada área de negócio, considerando os ambientes regulatórios, as unidades estratégicas de negócios e os diferentes produtos e serviços. Os segmentos são gerenciados separadamente, pois cada negócio e cada empresa exigem diferentes tecnologias e estratégias.

Até 30.09.2020, todas as vendas foram realizadas em território brasileiro, bem como todos os ativos não correntes estão localizados em território nacional.

Não foi identificado cliente da Companhia ou de suas controladas que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total registrada até 30.09.2020.

A Companhia avalia o desempenho de cada segmento, com base em informações derivadas dos registros contábeis.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas descritas na NE nº 4, das demonstrações financeiras de 31.12.2019.

35.2 Segmentos reportáveis da Companhia

De acordo com o CPC 22/IFRS 8, os segmentos reportáveis da Companhia são:

Geração e transmissão de energia elétrica (GET) - tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica, eólica e térmica (**GER**), e prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia (**TRA**); para os gestores, os ativos e passivos dos segmentos de geração e de transmissão de energia são apresentados de forma agregada e o resultado é apresentado de forma segregada;

Distribuição de energia elétrica (DIS) - tem como atribuição prestar serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos;

Gás - tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás natural canalizado;

Comercialização (COM) - tem como atribuição a comercialização de energia elétrica e a prestação de serviços correlatos;

Holding (HOL) - tem como atribuição a participação em outras empresas;

Outros - Com o desinvestimento da Copel Telecomunicações, em andamento, conforme descrito na NE nº 41, o segmento de telecomunicações será descontinuado. Porém, os saldos que estão registrados na Copel Telecomunicações e que permanecerão na Copel após a venda da subsidiária estão demonstrados nos quadros a seguir como "outros".

35.3 Ativo por segmento reportável

ATIVO	Energia elétrica			Outros	GÁS	HOL	Operações inter-segmento	Consolidado
	GET	DIS	COM					
30.09.2020								
ATIVO TOTAL	20.190.696	19.585.982	962.321	74.230	819.582	3.721.959	(325.095)	45.029.675
ATIVO CIRCULANTE	2.810.102	5.330.768	345.790	1.373	257.401	1.622.768	(270.481)	10.097.721
ATIVO NÃO CIRCULANTE	17.380.594	14.255.214	616.531	72.857	562.181	2.099.191	(54.614)	34.931.954
Realizável a Longo Prazo	5.281.536	8.258.802	615.084	21.746	548.302	1.919.209	(416.581)	16.228.098
Investimentos	2.482.540	816	159	-	-	153.727	-	2.637.242
Imobilizado	9.367.958	-	172	42.303	-	23.372	-	9.433.805
Intangível	229.779	5.900.596	989	8.808	-	1.768	361.967	6.503.907
Direito de uso de ativos	18.781	95.000	127	-	13.879	1.115	-	128.902

ATIVO	Energia elétrica			Outros	GÁS	HOL	Operações inter-segmento	Consolidado
	GET	DIS	COM					
31.12.2019								
ATIVO TOTAL	19.457.551	13.434.522	690.372	1.527.098	904.993	3.183.677	(885.662)	38.312.550
ATIVO CIRCULANTE	2.039.443	4.631.991	229.630	528.754	313.896	1.127.469	(961.987)	7.909.196
ATIVO NÃO CIRCULANTE	17.418.108	8.802.531	460.742	998.344	591.097	2.056.208	76.325	30.403.354
Realizável a Longo Prazo	5.054.560	3.051.058	460.312	137.770	576.190	1.879.619	(296.879)	10.862.630
Investimentos	2.371.374	813	247	-	-	150.746	-	2.523.179
Imobilizado	9.735.093	-	53	833.974	-	22.983	-	10.592.103
Intangível	233.973	5.703.686	123	19.844	-	1.781	373.204	6.332.611
Direito de uso de ativos	23.108	46.974	7	6.756	14.907	1.079	-	92.831

35.4 Demonstração do resultado por segmento reportável

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Energia Elétrica				Outros (a)	GÁS	HOL	Operações inter-segmento	Consolidado
	GET		DIS	COM					
	GER	TRA							
30.09.2020									
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE									
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.711.606	781.635	8.683.105	1.759.112	-	395.321	-	(1.352.688)	12.978.091
Receita operacional líquida com terceiros	1.655.528	556.563	8.644.626	1.730.047	-	391.327	-	-	12.978.091
Receita operacional líquida entre segmentos	1.056.078	225.072	38.479	29.065	-	3.994	-	(1.352.688)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.608.586)	(357.420)	(7.111.470)	(1.611.191)	(62.322)	(329.044)	(125.924)	1.357.011	(9.848.946)
Energia elétrica comprada para revenda	(88.457)	-	(3.904.215)	(1.595.494)	-	-	-	1.079.805	(4.508.361)
Encargos de uso da rede elétrica	(359.720)	-	(878.872)	-	-	-	-	244.085	(994.507)
Pessoal e administradores	(169.914)	(101.836)	(552.770)	(9.441)	(48.529)	(27.475)	(17.593)	-	(927.558)
Planos previdenciário e assistencial	(28.372)	(17.817)	(110.137)	(1.079)	(8.370)	(3.224)	(1.903)	-	(170.902)
Material	(6.934)	(2.524)	(43.630)	(6)	-	(443)	(535)	-	(54.072)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(147.136)	-	-	-	-	-	-	3.727	(143.409)
Gás natural e insumos para operação de gás	-	-	-	-	-	(263.610)	-	-	(263.610)
Serviços de terceiros	(87.034)	(18.332)	(300.495)	(1.441)	-	(8.739)	(25.930)	28.301	(413.670)
Depreciação e amortização	(436.777)	(7.413)	(275.543)	(50)	(5.423)	(15.062)	(1.628)	-	(741.896)
Provisão (reversão) para litígios	(49.681)	(22.984)	(71.367)	(67)	-	(48)	(53.425)	-	(197.572)
Perdas estimadas p/ redução ao valor recuperável de ativos	(96.548)	-	-	-	-	-	-	-	(96.548)
Outras perdas de créditos, provisões e reversões	(10.072)	2.254	(112.199)	(1.055)	-	(349)	-	-	(121.421)
Custo de construção	-	(175.979)	(759.229)	-	-	(6.007)	-	-	(941.215)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(127.941)	(12.789)	(103.013)	(2.558)	-	(4.087)	(24.910)	1.093	(274.205)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	9.622	69.352	-	(88)	-	-	4.513	-	83.399
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS									
FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	1.112.642	493.567	1.571.635	147.833	(62.322)	66.277	(121.411)	4.323	3.212.544
Receitas financeiras	85.597	21.683	1.219.893	6.798	-	11.113	238.755	(319)	1.583.520
Despesas financeiras	(302.223)	(54.635)	(246.874)	(80)	-	(12.613)	(101.206)	2.075	(715.556)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	896.016	460.615	2.544.654	154.551	(62.322)	64.777	16.138	6.079	4.080.508
Imposto de renda e contribuição social	(273.132)	(123.445)	(863.698)	(52.733)	21.194	(23.103)	(26.579)	6.890	(1.334.606)
LUCRO (PREJUÍZO) DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	622.884	337.170	1.680.956	101.818	(41.128)	41.674	(10.441)	12.969	2.745.902
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	-	46.476	-	-	(6.074)	40.402
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	622.884	337.170	1.680.956	101.818	5.348	41.674	(10.441)	6.895	2.786.304

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		Energia Elétrica				Outros (a)	GÁS	HOL	Operações inter-segmento	Consolidado
Reapresentado	GET		DIS	COM						
	GER	TRA								
30.09.2019										
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE										
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.476.103	615.319	7.585.418	1.288.174	-	668.088	-	(1.087.903)	11.545.199	
Receita operacional líquida com terceiros	1.622.464	453.910	7.549.698	1.251.039	-	668.088	-	-	11.545.199	
Receita operacional líquida entre segmentos	853.639	161.409	35.720	37.135	-	-	-	(1.087.903)	-	
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.136.911)	(327.079)	(6.894.108)	(1.182.356)	(59.875)	(511.214)	(37.548)	1.103.533	(9.045.558)	
Energia elétrica comprada para revenda	(149.655)	-	(3.926.119)	(1.170.551)	-	-	-	892.486	(4.353.839)	
Encargos de uso da rede elétrica	(334.939)	-	(782.291)	-	-	-	-	174.243	(942.987)	
Pessoal e administradores	(145.853)	(88.779)	(534.465)	(8.281)	(47.845)	(27.913)	(12.659)	-	(865.795)	
Planos previdenciário e assistencial	(28.520)	(18.212)	(116.568)	(1.060)	(8.454)	(3.012)	(1.763)	-	(177.589)	
Material	(7.921)	(3.073)	(47.392)	(13)	-	62	(420)	-	(58.757)	
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(2.343)	-	-	-	-	-	-	-	(2.343)	
Gás natural e insumos para operação de gás	-	-	-	-	-	(439.637)	-	-	(439.637)	
Serviços de terceiros	(79.635)	(24.195)	(271.730)	(1.263)	-	(9.500)	(11.151)	36.961	(360.513)	
Depreciação e amortização	(386.842)	(5.871)	(256.677)	(33)	(3.576)	(23.938)	(1.755)	-	(678.692)	
Provisão (reversão) para litígios	(19.752)	(11.272)	(100.347)	8	-	(287)	(7.514)	-	(139.164)	
Perdas estimadas p/ redução ao valor recuperável de ativos	162.643	-	-	-	-	-	1.593	-	164.236	
Outras perdas de créditos, provisões e reversões	33.160	(33.674)	(96.378)	1	-	(842)	(2)	-	(97.735)	
Custo de construção	-	(128.888)	(665.972)	-	-	(8.463)	-	-	(803.323)	
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(177.254)	(13.115)	(96.169)	(1.164)	-	2.316	(3.877)	(157)	(289.420)	
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	11.851	24.842	-	(79)	-	-	3.618	-	40.232	
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO										
FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	1.351.043	313.082	691.310	105.739	(59.875)	156.874	(33.930)	15.630	2.539.873	
Receitas financeiras	59.905	15.976	278.133	12.073	-	18.473	153.432	(175)	537.817	
Despesas financeiras	(356.914)	(108.034)	(216.641)	(268)	-	(12.009)	(178.702)	615	(871.953)	
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	1.054.034	221.024	752.802	117.544	(59.875)	163.338	(59.200)	16.070	2.205.737	
Imposto de renda e contribuição social	(303.008)	(59.360)	(257.759)	(39.995)	20.356	(56.140)	4.746	-	(691.160)	
LUCRO (PREJUÍZO) DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	751.026	161.664	495.043	77.549	(39.519)	107.198	(54.454)	16.070	1.514.577	
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	-	(32.093)	-	-	(16.070)	(48.163)	
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	751.026	161.664	495.043	77.549	(71.612)	107.198	(54.454)	-	1.466.414	

(a) Os saldos apresentados se referem à depreciação e amortização dos ativos que hoje estão alocados na Copel Telecomunicações e que serão mantidos na Copel após o desinvestimento, além dos custos e despesas com os empregados e administradores da Copel Telecomunicações que também serão realocados nas subsidiárias da Companhia.

35.5 Adições no ativo não circulante por segmento reportável

30.09.2020	Energia elétrica			GÁS	HOL	Consolidado
	GET	DIS	COM			
Ativos de contrato	-	823.771	-	11.452	-	835.223
Imobilizado	46.901	-	130	-	567	47.598
Intangível	7.633	-	890	-	322	8.845
Direito de uso de ativos	4.281	69.658	135	623	311	75.008

36 Instrumentos Financeiros

36.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Consolidado	NE	Nível	30.09.2020		31.12.2019	
	nº		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	5	1	3.599.422	3.599.422	2.941.727	2.941.727
Títulos e valores mobiliários (b)	6	1	748	748	2.429	2.429
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	299.569	299.569	279.652	279.652
Contas a receber vinculadas à concessão de distribuição (c)	10.1 e 10.2	3	1.218.383	1.218.383	1.161.203	1.161.203
Contas a receber vinculadas à concessão de geração (d)	10.5	3	75.200	75.200	69.182	69.182
Valor justos dos derivativos - contrato a termo (e)	12	3	27.107	27.107	-	-
Valor justo na compra e venda de energia (e)	12	3	623.540	623.540	460.635	460.635
Outros investimentos temporários (f)		1	13.375	13.375	15.566	15.566
Outros investimentos temporários (f)		2	7.702	7.702	12.168	12.168
			5.865.046	5.865.046	4.942.562	4.942.562
Custo amortizado						
Cauções e depósitos vinculados (a)			136	136	147	147
Caução STN (g)	22.1		145.044	108.584	98.433	94.671
Clientes (a)	7		2.988.413	2.988.413	3.182.567	3.182.567
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (h)	8		1.363.307	1.479.688	1.350.685	1.488.456
Ativos financeiros setoriais (a)	9		41.756	41.756	473.989	473.989
Contas a receber vinculadas à concessão - RBSE (c)	10.4		694.824	694.824	739.269	739.269
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (i)	10.3		651.809	741.385	647.984	738.483
			5.885.289	6.054.786	6.493.074	6.717.582
Total dos ativos financeiros			11.750.335	11.919.832	11.435.636	11.660.144
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Valor justo na compra e venda de energia (e)	29	3	276.647	276.647	251.973	251.973
Valor justos dos derivativos - contrato a termo (e)	29	3	-	-	1.203	1.203
			276.647	276.647	253.176	253.176
Custo amortizado						
Passivos financeiros setoriais (a)	9		286.836	286.836	102.284	102.284
Parcelamento ordinário junto à Receita Federal do Brasil (g)	13.2		-	-	18.063	18.001
Programa Especial de Regularização Tributária - Pert (g)	13.2		470.064	376.830	497.207	439.519
PIS e Cofins a restituir para consumidores (a)	13.2.1		3.914.042	3.914.042	-	-
Fornecedores (a)	21		1.591.056	1.591.056	1.873.193	1.873.193
Empréstimos e financiamentos (g)	22		3.271.708	2.978.294	3.168.710	3.110.104
Debêntures (j)	23		7.150.997	7.150.997	8.540.366	8.540.366
Contas a pagar vinculadas à concessão (k)	27		686.645	755.371	612.587	690.326
			17.371.348	17.053.426	14.812.410	14.773.793
Total dos passivos financeiros			17.647.995	17.330.073	15.065.586	15.026.969

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Os critérios estão divulgados na NE nº 4.4 das Demonstrações Financeiras de 31.12.2019.

- d) Os ativos de geração têm valores justos similares aos valores contábeis, conforme NE nº 4.4 das Demonstrações Financeiras de 31.12.2019.
- e) Os ativos e passivos equivalem ao seu respectivo valor contábil conforme NE nº 4.15 das Demonstrações Financeiras de 31.12.2019.
- f) Investimentos em outras empresas, avaliados ao valor justo, o qual é calculado conforme cotações de preço publicadas em mercado ativo, para os ativos classificados como nível 1, e apurado por meio de modelo de avaliação comparativa para os ativos classificados como nível 2.
- g) Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, IPCA + *Spread* de 4,8165%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.
- h) Utilizada como premissa a comparação com o título Notas do Tesouro Nacional - NTN-B, de longo prazo e pós-fixado, a NTN-B Principal com vencimento em 15.08.2026, que paga em torno de 2,87% a.a. mais IPCA.
- i) Créditos a receber relacionados ao contrato de concessão de prestação de serviço de geração de energia elétrica em regime de cotas, tendo seu valor justo calculado pelo fluxo de entradas de caixa esperado, descontado à taxa estipulada no edital do leilão nº 12/2015 Aneel (9,04%).
- j) Calculado conforme cotação do Preço Unitário - PU em 30.09.2020, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima, líquido do custo financeiro a amortizar.
- k) Utilizada a taxa de desconto real e líquida, de 8,26% a.a., compatível com a taxa estimada pela Companhia para projetos de longo prazo.

36.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

36.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Consolidado		
Exposição ao risco de crédito	30.09.2020	31.12.2019
Caixa e equivalentes de caixa (a)	3.599.422	2.941.727
Títulos e valores mobiliários (a)	300.317	282.081
Cauções e depósitos vinculados (a)	145.180	98.580
Clientes (b)	2.988.413	3.182.567
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (c)	1.363.307	1.350.685
Ativos financeiros setoriais (d)	41.756	473.989
Contas a receber vinculadas à concessão de distribuição (e)	1.218.383	1.161.203
Contas a receber vinculadas à concessão - RBSE (f)	694.824	739.269
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (g)	651.809	647.984
Contas a receber vinculadas à concessão de geração (h)	75.200	69.182
Outros investimentos temporários (i)	21.077	27.734
	11.099.688	10.975.001

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está diretamente relacionado a fatores internos e externos à Copel. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gestão de contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras e suspendendo o fornecimento e/ou o registro de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares.
- c) A Administração considera o risco desse crédito reduzido, visto que as amortizações são garantidas com recursos provenientes de dividendos.
- d) A Administração considera reduzido o risco desse crédito, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, correspondente aos custos não recuperados por meio de tarifa.
- e) A Administração considera reduzido o risco desse crédito visto, que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente aos investimentos em infraestrutura não recuperados por meio da tarifa.
- f) A Administração considera o risco de crédito reduzido para o saldo relativo aos ativos RBSE, tendo em vista a Resolução Homologatória nº 2.715 da Aneel, que fixou o reposicionamento tarifário de modo que tais valores serão recebidos a partir do quarto ciclo tarifário, iniciado em julho de 2020 até junho de 2025, conforme descrito na NE nº 10.4.
- g) A Administração considera reduzido o risco desse crédito visto que o contrato celebrado de venda da energia por cotas garante o recebimento de Receita Anual de Geração – RAG, que inclui a amortização anual desse valor durante o prazo da concessão.
- h) Para os ativos de concessão de geração, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 596/2013, que trata da definição de critérios para cálculo do VNR, para fins de indenização. A expectativa da Administração sobre a indenização destes ativos indica a recuperabilidade dos saldos registrados.
- i) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da volatilidade do mercado de ações. Esse tipo de risco envolve fatores externos e vem sendo administrado através de acompanhamento periódico das variações ocorridas no mercado.

36.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos. A partir de 2024, repetem-se os indicadores de 2023 até o horizonte da projeção.

Consolidado	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
30.09.2020							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 22	33.596	66.444	673.053	1.693.022	1.924.900	4.391.015
Debêntures	NE nº 23	362.218	52.913	1.268.490	5.439.807	1.245.116	8.368.544
Contas a pagar vinculadas à concessão	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	7.208	14.421	64.989	389.895	1.487.545	1.964.058
Fornecedores	-	1.383.429	117.574	31.588	58.465	-	1.591.056
PIS e Cofins a restituir para consumidores	-	-	-	120.648	3.793.394	-	3.914.042
Pert	Selic	4.203	8.423	38.231	219.425	278.322	548.604
Passivos financeiros setoriais	Selic	23.942	48.004	218.305	-	-	290.251
		1.814.596	307.779	2.415.304	11.594.008	4.935.883	21.067.570

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado nas NEs nºs 22.5 e 23.3, a Companhia e suas controladas têm empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento dessas obrigações.

36.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) **Risco cambial - dólar norte-americano**

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira.

A dívida em moeda estrangeira da Companhia não é significativa e não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais.

O efeito da variação cambial decorrente do contrato de compra de energia da Eletrobras (Itaipu) é repassado no próximo reajuste tarifário da Copel DIS.

O risco cambial na compra de gás decorre da possibilidade de a Compagás computar prejuízos decorrentes de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando o valor em reais das contas a pagar sobre o gás adquirido da Petrobras. Este risco é mitigado pelo monitoramento e repasse da variação de preços aos clientes via tarifa, quando possível. A Companhia mantém monitoramento permanente dessas flutuações.

Análise de sensibilidade do risco cambial - dólar

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da depreciação cambial do dólar norte-americano sobre seus empréstimos e financiamentos expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 30.09.2020 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$ 5,35) prevista na mediana das expectativas de mercado para 2020 do Relatório Focus do Bacen de 16.10.2020. Para os cenários 1 e 2, foi considerada deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Risco cambial	Risco	Base 30.09.2020	Cenários projetados - dez.2020		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Caução STN (garantia de empréstimo STN)	Baixa do dólar	145.044	(7.475)	(41.867)	(76.260)
		145.044	(7.475)	(41.867)	(76.260)
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos - STN	Alta do dólar	(154.639)	7.969	(28.698)	(65.365)
Fornecedores					
Eletrobras (Itaipu)	Alta do dólar	(320.295)	16.507	(59.440)	(135.387)
Aquisição de gás	Alta do dólar	(32.392)	1.669	(6.011)	(13.692)
		(507.326)	26.145	(94.149)	(214.444)

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das informações trimestrais, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 30.09.2020, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

b) Risco cambial - euro

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio com reflexos no valor justo das operações com instrumentos financeiros derivativos de compra a termo de moeda sem entrega física (NDF - *Non Deliverable Forward*), cujos ganhos e perdas são reconhecidos no resultado da Companhia.

Baseado nos valores nominais de 16 milhões de euros, em aberto em 30.09.2020, o valor justo foi estimado pela diferença entre os valores contratados nos respectivos termos e as cotações futuras da moeda (taxas referenciais da B3), trazidos a valor presente pela taxa pré na mesma data. O saldo ativo, registrado em 30.09.2020, está apresentado na NE nº 12. O saldo passivo, em 31.12.2019, está apresentado na NE nº 29.

Análise de sensibilidade sobre as operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da exposição à variação da cotação do Euro (€).

As análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, considerando, para os cenários 1 e 2, a elevação ou queda de 25% e 50% nas cotações futuras, aplicados sobre a cotação futura de 30.09.2020. Os resultados obtidos são estes:

Consolidado	Variação na taxa cambial	Base 30.09.2020	Cenários projetados	
			Cenário 1	Cenário 2
Ganhos (perdas) em operações com instrumentos financeiros derivativos	Elevação	27.107	49.889	74.056
	Queda	27.107	1.557	(22.609)

c) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 30.09.2020 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores: CDI/Selic - 2,00%, IPCA - 2,65%, IGP-DI - 17,16%, IGP-M - 17,15% e TJLP - 4,55%, previstos na mediana das expectativas de mercado para 2020 do Relatório Focus do Bacen de 16.10.2020, exceto a TJLP, que considera a projeção interna da Companhia.

Para os cenários 1 e 2, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2020		
		30.09.2020	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	300.317	1.491	1.120	747
Cauções e depósitos vinculados	Baixa CDI/Selic	136	-	-	-
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	Baixa IGP-DI	1.363.307	55.060	41.894	28.347
Ativos financeiros setoriais	Baixa Selic	41.756	207	156	104
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IPCA	2.565.016	16.827	12.651	8.455
Contas a receber vinculadas à concessão de geração	Indefinido (a)	75.200	-	-	-
		4.345.732	73.585	55.821	37.653
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
Banco do Brasil	Alta CDI	(640.177)	(3.177)	(3.964)	(4.748)
BNDES	Alta TJLP	(2.070.389)	(23.159)	(28.831)	(34.456)
BNDES	Alta IPCA	(267.533)	(1.755)	(2.189)	(2.620)
Banco do Brasil - Repasse de recursos do BNDES	Alta TJLP	(86.895)	(972)	(1.210)	(1.446)
Caixa Econômica Federal	Alta TJLP	(206)	(2)	(3)	(3)
Outros	Sem Risco	(51.869)	-	-	-
Debêntures	Alta CDI/Selic	(5.513.121)	(27.361)	(34.139)	(40.891)
Debêntures	Alta IPCA	(1.521.336)	(9.980)	(12.445)	(14.898)
Debêntures	Alta TJLP	(116.540)	(1.304)	(1.623)	(1.940)
Passivos financeiros setoriais	Alta Selic	(286.836)	(1.424)	(1.776)	(2.127)
Pert	Alta Selic	(470.064)	(2.333)	(2.911)	(3.486)
Contas a pagar vinculadas à concessão	Alta IGP-M	(634.111)	(25.596)	(31.551)	(37.350)
Contas a pagar vinculadas à concessão	Alta IPCA	(52.534)	(345)	(430)	(514)
		(11.711.611)	(97.408)	(121.072)	(144.479)

(a) Avaliação do risco ainda carece de regulamentação por parte do Poder Concedente.

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros, considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das informações trimestrais, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1). Com base na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 30.09.2020, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

36.2.4 Risco quanto à escassez de energia

Aproximadamente 64% da capacidade instalada no país atualmente é proveniente de geração hidrelétrica, conforme informado no Banco de Informações de Geração da Aneel, o que torna o Brasil e a região geográfica em que a Companhia opera sujeitos a condições hidrológicas que são imprevisíveis, devido a desvios não cíclicos da precipitação média. Condições hidrológicas extremamente desfavoráveis podem acarretar, entre outras coisas, a implementação de programas abrangentes de economia de eletricidade, tais como racionalização ou até redução obrigatória de consumo, como racionamentos.

A partir de 2014, os reservatórios das regiões Sudeste/Centro-Oeste, Norte e Nordeste enfrentaram situações climáticas adversas, levando os órgãos responsáveis pelo setor a adotarem medidas de otimização dos recursos hídricos para garantir o pleno atendimento à carga. No primeiro trimestre de 2020, os reservatórios do Nordeste e Norte tiveram boas recuperações em seus níveis, o que praticamente reduz a zero o risco de racionamento nestes subsistemas. Como o sistema é interligado, os subsistemas do Sul e do Sudeste/Centro-Oeste, apesar de estarem em níveis armazenamentos menores, também acabam por ter baixo risco de falta de energia uma vez que podem fazer uso da energia armazenada nos outros dois subsistemas.

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE tem mantido os indicadores de risco de déficit de energia dentro da margem de segurança, nas projeções de curto prazo. O mesmo posicionamento é adotado pelo ONS em relação ao risco de déficit no médio prazo, conforme apresentado no Plano da Operação Energética 2020-2024 - PEN 2020.

Embora os estoques nos reservatórios não sejam os ideais, sob o ponto de vista dos órgãos reguladores, quando combinados com outras variáveis, como o menor crescimento do consumo, são suficientes para manter o risco de déficit dentro da margem de segurança estabelecida pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE (risco máximo de 5%) em todos os subsistemas.

36.2.5 Risco quanto aos impactos do GSF

O Mecanismo de Realocação de Energia - MRE é um sistema de redistribuição de energia gerada, característico do setor elétrico brasileiro, que deve sua existência ao entendimento, à época, de haver necessidade de operação centralizada associada a preço ótimo calculado centralmente, conhecido como PLD. Como os geradores não possuem controle sobre sua produção, cada usina recebe determinada quantidade virtual de energia a qual pode ser comprometida por meio de contratos. Esse valor, que possibilita registros de contratos, é conhecido como Garantia Física - GF e também é calculado centralmente. Diferentemente do PLD, que é calculado semanalmente, a GF é recalculada, por lei, a cada cinco anos, com limite de aumento ou redução, restringido a 5% por revisão ou a 10% no período da concessão.

Os contratos necessitam ter lastro. Isto é realizado, sobretudo, por meio de alocação de energia gerada, recebimento do MRE ou compra. O GSF é a relação entre toda a geração hidrelétrica dos participantes do MRE e o somatório da GF de todas as usinas do MRE. Basicamente, o GSF é utilizado para calcular quanto cada usina receberá de geração para lastrear sua GF. Assim, conhecendo o GSF de um dado mês, a Companhia poderá saber se necessitará lastrear seus contratos com compras.

Sempre que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for menor que o somatório dos contratos, será necessário efetuar compra no curto prazo. No entanto, para a situação em que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for maior que o total dos contratos, será recebida a diferença valorada ao PLD.

As baixas aflúncias registradas desde 2014, bem como problemas com atrasos na expansão do sistema de transmissão tiveram como consequência baixos valores de GSF, resultando em fortes perdas para as empresas detentoras de empreendimentos hidroelétricos participantes do MRE.

Para as usinas com contratos no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a principal forma de gerenciar o risco de GSF baixo é não comprometer toda a GF com contratos, abordagem atualmente adotada pela Companhia.

Para os contratos no ACR, a Lei nº 13.203/2015 permitiu aos geradores contratarem seguro da carga, mediante pagamento de um prêmio de risco. A Copel adotou esta abordagem para proteção dos contratos vinculados a energia produzida pelas UHEs Mauá, Santa Clara, Fundão, Baixo Iguaçu, Colíder e PCH Cavernoso II.

Para o segmento de distribuição, os efeitos do GSF são percebidos nos custos associados às cotas de Itaipu, de Angra e das usinas cujas concessões foram renovadas de acordo com a Lei 12.783/2013, bem como nos custos dos contratos por disponibilidade celebrados com usinas térmicas. Trata-se, contudo, de um risco financeiro, uma vez que é garantida a neutralidade das despesas com a compra de energia, por meio de repasse tarifário.

36.2.6 Risco de não prorrogação das concessões de geração e transmissão

A prorrogação das concessões de geração e transmissão de energia, alcançadas pela Lei nº 9.074/1995, era disciplinada pela Lei nº 12.783/2013, a qual foi alterada pela Lei nº 14.052 de 08 de setembro de 2020, quanto ao prazo para solicitação de prorrogação de concessões.

De acordo com a nova lei, a concessionária deve solicitar a prorrogação da concessão com antecedência mínima de 36 meses da data final do contrato ou ato de outorga para usinas de geração de energia hidrelétrica e transmissão de energia elétrica, e de 24 meses, para as usinas de geração termelétrica. O Poder Concedente poderá antecipar os efeitos da prorrogação em até 60 meses do advento do termo contratual ou do ato de outorga, inclusive, definindo a tarifa ou receita inicial.

As concessões de geração de energia hidrelétrica e de transmissão de energia elétrica poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos. As concessões de geração de energia termelétrica têm o prazo de prorrogação limitado a 20 anos.

Em 2019 foi publicado o Decreto nº 10.135/2019 que regulamentou a outorga dos contratos de concessão no setor elétrico associada à privatização através de alienação do controle de titular de concessão de serviço público de geração de energia elétrica, alterando o regime de exploração para Produtor Independente de Energia - PIE. De acordo com o Decreto, a manifestação de alienação da concessão deverá ocorrer em até 42 meses do advento do termo contratual e a eventual alienação em até 18 meses do final da concessão. Se não ocorrer a alienação do controle do empreendimento dentro do prazo determinado, a usina deverá ser licitada pelo poder concedente podendo a mesma concessionária participar do leilão, caso reúna as condições de habilitação.

A Copel possui 5 usinas com o vencimento da concessão nos próximos 5 anos.

Para a Usina Hidrelétrica Governador Bento Munhoz da Rocha Netto - UHE GBM (1676 MW), que terá sua concessão vencida em 2023, a Companhia não manifestou interesse pela prorrogação da concessão tendo em vista que estudos internos demonstraram que a prorrogação mediante alteração do regime de exploração antecipado seria desvantajosa econômica e financeiramente em relação a exploração da usina no atual regime, até o seu vencimento. Em 03.03.2020, a Copel GeT transferiu a concessão da UHE GBM para a subsidiária F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. com o objetivo de, caso os estudos realizados pela Copel GeT apontem para a vantajosidade da operação, alienar o controle desta concessionária e, desta forma, possibilitar uma nova outorga pelo prazo de 30 anos.

Com relação à UHE São Jorge, cuja concessão vence em 2024, a Copel não manifestou interesse na renovação e pretende, ao final da concessão, solicitar à Aneel a conversão da outorga em registro.

Em relação a concessão da UTE Figueira, vencida em março de 2019, a Companhia aguarda a conclusão do processo, que se encontra em trâmite na Aneel e no MME, para celebração de eventual Termo Aditivo. A usina encontra-se em processo de modernização e terá como benefícios diretos a melhora na eficiência energética e a redução das emissões de poluentes na atmosfera, em comparação a antiga planta.

Conforme a nova lei, a Companhia poderá se manifestar sobre a intenção em prorrogar a concessão da UHE Apucarantina até outubro de 2022 e das UHEs Guaricana e Chaminé até agosto de 2023. Caso a Companhia não manifeste interesse pela prorrogação no atual regime, as concessões, ao seu termo, deverão ser devolvidas ao Poder Concedente.

A Copel GeT não tem nenhuma concessão de transmissão a vencer nos próximos dez anos.

36.2.7 Risco de não manter a concessão de distribuição de energia elétrica

O quinto termo aditivo ao contrato de concessão nº 46/1999 da Copel DIS impõe condicionantes de eficiência econômico-financeira e indicadores que consideram a duração e a frequência das interrupções do serviço (DECI e FECI). O descumprimento das condições acarretará na extinção da concessão (cláusula décima oitava, subcláusula primeira), respeitadas as disposições do contrato, particularmente o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Indicadores e penalidades

Ano	Indicador	Crítérios	Penalidades
Até 2020	Eficiência econômico-financeira e de qualidade	2 anos consecutivos ou ao final do período de 5 anos (2020)	Extinção da concessão
	Indicadores de qualidade	2 anos consecutivos ou 3 vezes em 5 anos	Limitação de distribuição de dividendos e JCP
	Eficiência econômico-financeira	no ano base	Aporte de capital (a) Limitação de distribuição de dividendos e JCP Regime restritivo de contratos com partes relacionadas
A partir do 6º ano (2021)	Eficiência econômico-financeira	2 anos consecutivos	Extinção da concessão
	Indicadores de qualidade	3 anos consecutivos	

(a) Em até 180 dias contados do término de cada exercício social, na totalidade da insuficiência que ocorrer para o alcance do Parâmetro Mínimo de Sustentabilidade Econômica e Financeira.

Metas definidas à Copel Distribuição nos primeiros cinco anos após a prorrogação do contrato de concessão

Ano	Gestão Econômico-Financeira	Realizado	Qualidade - limites ^(a)		Qualidade - realizado	
			DECi ^(b)	FECi ^(b)	DECi	FECi
2016			13,61	9,24	10,80	7,14
2017	LAJIDA ≥ 0 ^(c)	661.391	12,54	8,74	10,41	6,79
2018	LAJIDA (-) QRR ≥ 0 ^(d)	550.675	11,23	8,24	10,29	6,20
2019	{Dívida Líquida / [LAJIDA (-) QRR]} $\leq 1 / (0,8 * SELIC)$ ^(e)	822.386	10,12	7,74	9,10	6,00
2020	{Dívida Líquida / [LAJIDA (-) QRR]} $\leq 1 / (1,11 * SELIC)$ ^(e)		9,83	7,24	-	-

(a) Conforme NT 0335/2015 Aneel.

(b) DECi - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora; e FECi - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora.

(c) Lajida regulatório ajustado por eventos não recorrentes (PDV, benefício pós emprego, provisões e reversões) conforme subcláusula sexta, anexo III, do Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

(d) QRR: Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica - RTP, acrescido do IGPM entre o mês anterior ao da RTP e o mês anterior ao do período de 12 meses da aferição de sustentabilidade econômico-financeira.

(e) Selic: limitada a 12,87% a.a.

36.2.8 Risco de não prorrogação da concessão de distribuição de gás

Conforme apresentado na NE nº 2.1.1, a data de vencimento da concessão de distribuição de gás da controlada Compagás está em discussão junto ao poder concedente.

Em caso de extinção da concessão por término do prazo contratual, a Compagás terá direito à indenização pelos investimentos realizados nos últimos 10 anos anteriores ao término da concessão pelo seu valor de reposição depreciado, conforme previsão contratual.

36.2.9 Risco de sobrecontratação e subcontratação de energia elétrica

No modelo regulatório vigente, o processo de compra de energia elétrica pelas distribuidoras é regulado pela Lei nº 10.484/2014 e pelo Decreto nº 5.163/2004, que determinam que a aquisição de energia deve ser em volume necessário para o atendimento de 100% do mercado da distribuidora.

A diferença entre os custos remunerados pela tarifa e os efetivamente realizados com a compra de energia são integralmente repassados aos consumidores cativos, desde que a distribuidora apresente nível de contratação entre 100% e 105% do seu mercado. Entretanto, caso as distribuidoras apurem níveis de contratação inferiores ou superiores aos limites regulatórios, estas ainda poderão manter a garantia de neutralidade caso se identifique que tal violação decorre de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, os quais não permitem gerenciamento por parte do comprador.

Em relação à contratação de 2020, os cenários de oferta e demanda considerados em grande parte do primeiro trimestre apontavam que neste ano a Copel DIS atingiria nível de contratação dentro dos limites regulatórios. Entretanto, após a adoção de medidas governamentais para conter os efeitos da Covid-19, implementadas a partir da segunda quinzena de março, foi observada uma redução importante do consumo de energia elétrica no Estado do Paraná, fenômeno também verificado em praticamente todos os demais estados brasileiros.

Este cenário atual, além de inédito, guarda incertezas sobre sua evolução e reflexos futuros. Por conta disto, embora seja esperado o aumento do nível de contratação, ainda não é possível afirmar que resultará em sobrecontratação, tampouco mensurar este risco. A publicação do Decreto nº 10.350, de 18.05.2020, alterou o Decreto nº 5.163, de 30.07.2004, reconhecendo como involuntárias as sobras contratuais advindas da redução de carga decorrentes dos efeitos da pandemia da Covid-19, cujos critérios de apuração aguardam regulamentação da Aneel.

Adicionalmente, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 885, de 23.06.2020, alterando a Resolução Normativa nº 453, de 18.10.2011, incluindo a redução de carga decorrente dos efeitos da pandemia da Covid-19 na relação de itens associados à sobrecontratação involuntária, condicionando ao exercício do máximo esforço da distribuidora para adequação do seu nível de contratação

É importante destacar que todas as distribuidoras têm encaminhado à Aneel, diariamente, informações dos seus mercados realizados, para que o órgão regulador tenha acesso de forma independente e isonômica aos efeitos das medidas de isolamento social. Neste sentido, a Copel DIS entende que devido ao caráter extraordinário desta situação, deverá manter preservada a garantia de neutralidade da compra de energia e envidará esforços para que uma eventual sobrecontratação seja reconhecida como involuntária.

36.2.10 Risco quanto à escassez de gás

O mercado de gás natural no Paraná é composto pelos consumidores da Compagás (mercado não termelétrico) e pela Usina Termelétrica de Araucária (UEG Araucária). Este mercado atualmente é suprido por contratos com a Petrobras que utiliza a infraestrutura de transporte do gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol). A Compagás possui contrato de suprimento de gás natural até dezembro de 2023, gás este proveniente da Bolívia, e realizará uma nova chamada pública para consulta ao mercado sobre propostas para suprimento de gás natural a partir de janeiro de 2022. Já a UEG Araucária negocia contratos de gás natural de curta duração por não ter energia elétrica gerada contratada no ambiente regulado.

Na atual conjuntura do setor de gás natural no Brasil, tem-se o programa Novo Mercado de Gás coordenado pelo Ministério de Minas e Energia em conjunto com a Casa Civil da Presidência da República, o Ministério da Economia, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, a Agência Nacional do Petróleo e a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, cuja finalidade é a abertura do mercado de gás natural de forma a torná-lo dinâmico, competitivo, integrado com o setor elétrico e industrial, com uma regulação aperfeiçoada.

No âmbito do Novo Mercado de Gás, a oferta de gás natural já demonstra crescimento e diversificação, tendo-se como alternativas a importação de gás da Bolívia, importação de gás natural liquefeito (GNL) que possui grande oferta mundial, utilização de gás natural explorado em bacias *onshore* e maior aproveitamento de gás natural do pré-sal o qual possui grandes volumes a serem explorados.

Em relação à malha de transporte, as mudanças na regulação para possibilitar o acesso de novos agentes, as chamadas públicas oportunamente realizadas pela TBG (transportador do Gasbol) que tem como finalidade o estabelecimento de regime de contratação de capacidade no gasoduto e o Plano Indicativo de Gasodutos (PIG) coordenado pela EPE, dão uma visão de melhor estruturação do setor e planejamento adequado para atendimento às demandas atuais e futuras, ainda que para estas últimas sejam necessários investimentos.

Uma eventual escassez no fornecimento de gás poderia implicar em prejuízos à Copel em razão de redução de receita com o serviço de distribuição de gás natural pela Compagás, bem como de eventual penalização advinda do descumprimento das obrigações constantes no contrato de concessão. Além disso, neste cenário a UEG Araucária provavelmente seria mantida fora de operação. No entanto, considera-se baixo este risco tendo em vista a conjuntura do Novo Mercado de Gás.

36.2.11 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica estão sujeitos às cláusulas de performance, as quais preveem uma geração mínima anual e quadrienal da garantia física comprometida no leilão. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento. O não atendimento do que está disposto no contrato pode comprometer receitas futuras da Companhia. Em 30.09.2020 o saldo consolidado registrado no passivo referente a não performance está demonstrado na NE nº 29.

36.2.12 Risco relacionado ao preço nas operações de compra e venda de energia

A Companhia opera no mercado de compra e venda de energia com objetivo de alcançar resultados com as variações do preço de energia, respeitados os limites de risco pré-estabelecidos pela Administração. Esta atividade, portanto, expõe a Companhia ao risco do preço futuro da energia.

As operações de compra e venda de energia futuras são reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, tendo como base a diferença entre o preço contratado e o preço de mercado das operações na data do balanço.

Baseado nos valores nocionais de R\$ 5.932.803 para contratos de compra e de R\$ 5.296.566 para contratos de venda de energia elétrica, em aberto em 30.09.2020, o valor justo foi estimado utilizando os preços definidos internamente pela Companhia na última semana de junho de 2020, que representavam a melhor estimativa do preço de mercado futuro. A taxa de desconto utilizada tem como referência a taxa de retorno das NTN-B divulgada pela Anbima, em 30.09.2020, ajustada pelo risco de crédito e pelo risco adicional de projeto.

Os saldos patrimoniais, referentes à estas transações em aberto em 30.09.2020, estão abaixo apresentados.

Consolidado	Ativo	Passivo	Saldo líquido
Circulante	30.874	(11.723)	19.151
Não circulante	592.666	(264.924)	327.742
	623.540	(276.647)	346.893

Análise de sensibilidade sobre as operações de compra e venda de energia

As análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08. Para o cenário provável consideraram-se os saldos atualizados com a curva de preços de mercado e taxa NTN-B em 30.10.2020. Para os cenários 1 e 2, a elevação ou queda de 25% e 50% foram aplicadas sobre os preços futuros considerados no cenário provável. Os resultados obtidos são estes:

Consolidado	Variação no preço	Base 30.09.2020	Cenários projetados		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ganhos (perdas) não realizados em operações de compra e venda de energia	Elevação	346.893	347.842	457.713	567.584
	Queda	346.893	347.842	237.971	128.101

36.2.13 Risco de contraparte no mercado de energia

O mercado livre de energia ainda não possui uma contraparte garantidora de todos os contratos (*clearing house*), de modo que o risco de *default* é bilateral. Desta forma, a Companhia está exposta ao risco de falha na entrega da energia contratada pelo vendedor. Na ocorrência de falha na entrega, a Companhia é obrigada a adquirir energia ao preço do mercado de curto prazo, podendo incorrer ainda em penalidades regulatórias e mesmo em perda do valor pago.

A Companhia possui uma política que impõe limites para as operações possíveis com cada contraparte, após análise de sua capacidade financeira, maturidade e histórico.

Adicionalmente, mesmo que nossa política seja mais restritiva, e as contrapartes apresentem boa situação financeira, a Companhia está exposta a eventos sistêmicos em que o *default* de um agente acabe afetando outras comercializadoras, num "efeito dominó", até chegar a contrapartes da Companhia.

36.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

A Companhia monitora o capital usando um índice representado pela dívida líquida consolidada ajustada, dividido pelo Lucro Antes dos Juros, Imposto de Renda, Depreciação e Amortização - Lajida (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - Ebitda*) consolidado ajustado dos últimos doze meses. O limite corporativo estabelecido nas escrituras de dívida prevê a manutenção anual do índice abaixo de 3,5, sendo que a eventual expectativa de não conformidade daquele indicador enseja ações por parte da Administração no intuito de corrigir o curso das apurações até o final de cada exercício.

36.3.1 Endividamento em relação ao patrimônio líquido:

Endividamento	Controladora		Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Empréstimos e financiamentos	794.816	788.959	3.271.708	3.168.710
Debêntures	804.669	1.118.284	7.150.997	8.540.366
(-) Caixa e equivalentes de caixa	28.861	25.304	3.599.422	2.941.727
(-) Títulos e valores mobiliários	90	90	300.317	282.081
Dívida líquida	1.570.534	1.881.849	6.522.966	8.485.268
Patrimônio líquido	20.057.389	17.252.414	20.329.426	17.598.212
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	0,08	0,11	0,32	0,48

37 Transações com Partes Relacionadas

Consolidado	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
Parte Relacionada / Natureza da operação	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	30.09.2019	30.09.2020	30.09.2019
Controlador								
Estado do Paraná - dividendos			-	190.664	-	-	-	-
Repasse CRC (NE nº 8)	1.363.307	1.350.685	-	-	237.641	124.099	-	-
Programa Luz Fraterna (a)	6.922	7.478	-	-	-	-	-	-
Programa Tarifa Rural Noturna (a)	13.811	7.639	-	-	-	-	-	-
Programa Morar Bem Paraná (a)	-	-	-	-	-	-	-	-
Empregados cedidos (b)	58	33	-	-	-	-	-	-
Serviços de telecomunicações (c)	15.033	16.312	-	-	32.882	31.706	-	-
Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar (d)	-	-	926	185	-	-	(6.160)	(1.623)
Entidades com influência significativa								
BNDES e BNDESPAR - dividendos (e)			-	130.204	-	-	-	-
Financiamentos (NE nº 22)	-	-	2.353.399	2.231.409	-	-	(109.895)	(134.515)
Debêntures - Compagás (NE nº 23)	-	-	8.834	11.783	-	-	(1.462)	(963)
Debêntures - eólicas (NE nº 23) (f)	-	-	240.789	253.877	-	-	(17.435)	(21.264)
Entidade controlada pelo Estado do Paraná								
Sanepar (c) (g)	742	294	328	311	3.795	3.459	(4.661)	(4.316)
Utilização de água retirada de reservatórios de usinas	620	-	-	-	620	-	-	-
Empreendimentos controlados em conjunto								
Voltaia São Miguel do Gostoso - dividendos	1.032	1.032	-	-	-	-	-	-
Caiuá Transmissora de Energia (c) (h) (i) (j)	261	256	1.560	1.512	4.643	2.014	(12.053)	(10.234)
Dividendos	4.443	4.443	-	-	-	-	-	-
Integração Maranhense Transmissora (i) (j)	-	-	166	161	-	-	(1.484)	(1.450)
Dividendos	-	4.306	-	-	-	-	-	-
Matrinchã Transmissora de Energia (i) (j)	-	-	989	829	-	-	(7.954)	(7.741)
Dividendos	30.651	31.793	-	-	-	-	-	-
Guaraciaba Transmissora de Energia (i) (j)	-	-	383	383	-	-	(3.953)	(3.630)
Dividendos	16.173	14.846	-	-	-	-	-	-
Paranaíba Transmissora de Energia (i) (j)	-	-	658	638	-	-	(5.880)	(5.235)
Dividendos	2.986	5.962	-	-	-	-	-	-
Cantareira Transmissora de Energia (i) (j)	-	-	483	467	-	-	(4.327)	(1.690)
Dividendos	-	7.286	-	-	-	-	-	-
Mata de Santa Genebra Transmissão (i) (j) (k)	5.196	2.035	882	10	13.418	12.903	(4.822)	(74)
Coligadas								
Dona Francisca Energética S.A. (l)	14	40	1.389	1.436	124	103	(12.735)	(12.906)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Foz do Chopim Energética Ltda. (c) (m)	216	209	-	-	1.927	1.906	-	-
Sercomtel S.A. Telecomunicações (c) (n)	2.392	4.436	-	-	6.260	6.278	(3)	(3)
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais (NE nº 33.2)	-	-	-	-	-	-	(15.475)	(15.665)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 24.3)	-	-	-	-	-	-	(646)	(778)
Outras partes relacionadas								
Fundação Copel (c)	48	9	-	-	229	220	-	-
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	3.543	14.662	-	-	(1.319)	(2.172)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 24.3)	-	-	1.215.172	1.194.936	-	-	-	-
Lactec (c) (o)	5	4	1.379	1.507	583	-	(1.847)	(955)

- a) O Programa Luz Fraterna, instituído e alterado pelas leis estaduais nºs 491/2003 e 17.639/2013, estabelece o pagamento do consumo de energia elétrica para beneficiar famílias de baixa renda, residentes no Estado do Paraná, cujos imóveis - unidades consumidoras - sejam utilizados exclusivamente para fins residenciais, seja em área urbana ou rural, e preencham os requisitos estabelecidos nos artigos 3.º e 4.º desta lei.

Em março de 2018 foi quitado o montante de R\$ 159.274. Sobre o valor do principal houve incidência de juros, multa e atualização monetária, no total de R\$ 158.849. Para esses encargos, incidentes sobre as faturas de consumo de energia elétrica do período de setembro de 2010 a junho de 2015, foi ajuizada, em 05.11.2018, ação monitória em face do Estado do Paraná, responsável pelo pagamento das faturas nos termos da Lei Estadual nº 14.087/2003. Ressaltamos que apesar das tratativas

mantidas pela Administração, buscando o equacionamento desta dívida, ainda persistem incertezas quanto à realização deste ativo e, portanto, este valor não foi contabilizado, em atendimento ao que dispõem as normas contábeis vigentes. Considerando o tratamento tributário a ser aplicado, conforme determina a Receita Federal do Brasil na Instrução Normativa nº 1.753/2017, a Companhia efetuou a tributação sobre essa receita.

A Administração reforça que está envidando todos os esforços necessários e tomando todas as medidas cabíveis para preservação dos interesses da Companhia.

O Programa Tarifa Rural Noturna do Governo do Estado do Paraná regulamentado pelo Decreto nº 1.288 de 30.04.2019, compreende a concessão de desconto especial mensal na tarifa de energia elétrica e dos encargos decorrentes desse serviço, inclusive adicional de bandeira tarifária, referente ao consumo noturno para as unidades consumidoras consideradas nesse decreto. Esse programa prevê o pagamento pelo Governo Estadual à Copel Distribuição do valor correspondente a 60% do consumo de energia elétrica ativa da propriedade dos consumidores beneficiários, compreendido no período considerado como consumo noturno, conforme especificado no Decreto 1.288 de 30.04.2019.

- b)** Ressarcimento do valor correspondente a remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Estado do Paraná. Os saldos apresentados são líquidos de Perdas de crédito esperadas.
- c)** Receita da Copel TEL proveniente de serviços de telecomunicações e arrendamentos de equipamentos e infraestrutura. Os saldos apresentados são líquidos de Perdas de crédito esperadas.
- d)** O Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar é uma unidade complementar do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, vinculado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. O Simepar mantém contratos com a Companhia de prestação de serviços de previsão do tempo, laudos meteorológicos, análise de ampacidade, mapeamento e análise de ventos e descargas atmosféricas.
- e)** O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, que possui ações da Copel (NE nº 31.1). Em 22.12.2018 encerrou a vigência do acordo de acionista entre o Estado do Paraná e o BNDESPAR, assinado em 22.12.1998.
- f)** O BNDES e a BNDESPAR adquiriram o total das debêntures emitidas pelas controladas Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III, Nova Eurús IV e Ventos de Santo Uriel.
- g)** Saneamento básico prestado pela Sanepar.
- h)** Contrato de prestação de serviços de operação e manutenção prestados pela Copel GeT, com vencimento em 09.05.2021. Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT firmado pela Copel DIS, com vencimento até a extinção da concessão da distribuidora ou da transmissora, o que ocorrer primeiro.
- i)** Encargos de uso do sistema de transmissão devidos pela Copel GeT, UEG Araucária e parques eólicos.

- j) A Copel DIS mantém Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - Cust com o ONS e com as concessionárias de transmissão de energia, o qual tem por objeto a contratação do Montante de Uso do Sistema de Transmissão - Must. A contratação é de caráter permanente e é regulamentada pela Resolução Normativa Aneel nº 666/2015. Os montantes são definidos para os quatro anos subsequentes, com revisões anuais.
- k) Contratos firmados pela Copel GeT: operação e manutenção, com vencimento em 1º.02.2023, prestação de serviços de engenharia do proprietário, assessoria e consultoria, com vencimento em novembro de 2020, e compartilhamento de instalações com vencimento em 1º.01.2043.
- l) Contratos de conexão ao sistema de transmissão firmados pela Copel GeT, Costa Oeste e Marumbi, com vencimentos a partir de 17.08.2031 até 21.07.2048. Contrato de compra e venda de energia realizado pela Copel GeT, com vencimento em 31.03.2025.
- m) Contratos firmados pela Copel GeT: operação e manutenção, com vencimento em 23.05.2025, e conexão ao sistema de transmissão, com vencimento em 1º.01.2043.
- n) Contrato de compartilhamento de postes, realizado entre a Sercomtel S.A. Telecomunicações e a Copel DIS.
- o) O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Osci, na qual a Copel é uma associada. O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel GeT, UEGA e com a Copel DIS, submetidos a controle prévio ou a posteriori, com anuência da Aneel. A Copel COM presta serviços e vende energia ao instituto.

As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas acima. As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com os preços de mercado praticados pela Companhia.

37.1 Avais e garantias concedidos às partes relacionadas

Os avais e garantias concedidos pela Copel às suas controladas na emissão de financiamentos e de debêntures são informados nas NEs nºs 22 e 23.

A Copel forneceu garantias financeiras, na modalidade de carta fiança corporativa, para contratos de compra e transporte de energia elétrica efetuados pela Copel GeT e suas subsidiárias, no total de R\$ 4.307 (R\$ 4.005 em 31.12.2019) e efetuados pela Copel Energia, no total de R\$ 112.069 (R\$ 21.846 em 31.12.2019).

Os avais e garantias concedidos pela Copel e pela Copel GeT na emissão de financiamentos, de debêntures e de contratos de seguros dos empreendimentos controlados em conjunto são informados a seguir:

Empresa	Operação	Data da emissão	Vencimento final	Valor aprovado	Saldo 30.09.2020	% participação	Valor aval/fiança
(1) Caiuá Transmissora (a)	Financiamento	23.12.2013	15.02.2029	84.600	52.073	49,0	5.956
(2) Guaraciaba Transmissora	Financiamento	28.09.2016	15.01.2031	440.000	357.689	49,0	175.268
(3) Guaraciaba Transmissora	Debêntures	15.07.2018	15.12.2030	118.000	123.374	49,0	60.453
(4) Mata de Santa Genebra	Financiamento	30.11.2017	15.07.2033	1.018.500	1.104.378	50,1	553.293
(5) Mata de Santa Genebra	Debêntures	15.04.2019	15.11.2030	210.000	215.850	50,1	108.141
(6) Cantareira Transmissora de Energia (a)	Financiamento	28.12.2016	15.09.2032	426.834	437.456	49,0	28.175
(7) Cantareira Transmissora de Energia	Debêntures	09.01.2018	15.08.2032	100.000	95.216	49,0	46.656
							977.942

(a) Instrumento de garantia com valor fixo, conforme previsão contratual e manifestação formal da instituição financeira.

Instituição financeira financiadora: BNDES: (1) (2) (4) (6)

Destinação: programa de investimentos

Aval / Fiança: prestado pela Copel GeT: (1); prestado pela Copel: (2) (3) (4) (5) (6) (7).

Garantias da operação: penhor das ações de propriedade da Copel GeT nos empreendimentos.

Seguro Garantia de Fiel Cumprimento	Término da vigência	Importância segurada	% aval Copel GeT	Valor do aval
Empresa				
Matrinchã Transmissora	15.02.2029	90.000	49,0	44.100
Mata de Santa Genebra	28.02.2021	78.300	50,1	39.228
				83.328

38 Compromissos

Os principais compromissos relacionados a contratos de longo prazo ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nas informações trimestrais, estão demonstrados a seguir:

Consolidado	30.09.2020	31.12.2019
Contratos de compra e transporte de energia	131.511.866	137.279.155
Aquisição de ativo imobilizado		
Construção de linhas de transmissão e subestações	28.116	115.732
Construção das usinas do empreendimento eólico Jandaíra	336.587	-
Construção da PCH Bela Vista	38.434	111.481
Obras de telecomunicações	77.861	90.769
Aquisição de ativo para obras de distribuição de energia elétrica	920.112	428.441
Obrigações de compra de gás	596.401	859.211

39 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Consolidado Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos Operacionais - UHE Baixo Iguaçu	30.05.2021	2.250.207
Riscos Operacionais - UHE Colíder	10.11.2021	2.166.984
Riscos Operacionais - Cutia e Bento Miguel	29.03.2021	2.165.557
Riscos Nomeados	24.08.2021	2.005.408
Riscos Operacionais - UEG Araucária (a)	31.05.2021	957.395
Riscos Operacionais - Brisa Potiguar	27.06.2021	914.610
Riscos Operacionais - UHE Governador Jayme Canet Junior	23.11.2020	799.290
Incêndio - imóveis próprios e locados	24.08.2021	800.636
Riscos Operacionais - São Bento	27.06.2021	571.848
Riscos Operacionais - Elejor	11.03.2021	302.984

(a) O valor da importância segurada de Riscos Operacionais - UEG Araucária foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 30.09.2020, de R\$ 5,6407.

Além dos seguros relacionados, a Companhia e suas controladas contratam outras apólices de seguros com menores valores, tais como: seguro D&O, responsabilidade civil geral, garantia judicial e de pagamento, riscos diversos, seguro de vida, seguro aeronáutico e seguro de veículos. Os seguros de garantia contratados pelas controladas, pelos empreendimentos controlados em conjunto e pelas coligadas possuem como avalista a Copel e/ou a Copel GeT, no limite de sua participação em cada empreendimento.

40 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

40.1 Transações que não envolvem caixa

Dentre as movimentações ocorridas na rubrica de ativos de contrato, especificadas nas NEs nº 11.1 e 11.2, as aquisições totalizaram R\$ 911.436 (R\$ 726.779 em 30.09.2019). Deste valor, R\$ 92.470 (R\$ 74.445 em 30.09.2019) correspondem ao montante de compras efetuadas a prazo e ainda não quitadas até o final do período.

De acordo com as informações constantes na NE nº 18.2, as aquisições de imobilizado totalizaram R\$ 202.159 (R\$ 381.577 em 30.09.2019). Deste valor, R\$ 20.853 (R\$ 53.914 em 30.09.2019) correspondem ao montante de compras efetuadas a prazo e ainda não quitadas até o final do período.

Conforme a NE nº 28.1, as adições e ajustes por remuneração ocorridos no direito de uso de ativos totalizaram R\$ 76.746 (R\$ 11.378 em 30.09.2019), sendo que tal reconhecimento teve como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamentos.

As citadas transações não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão mencionadas na demonstração dos fluxos de caixa.

41 Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas

Em 15.07.2020, por meio do Fato Relevante 07/2020, a Copel comunicou a aprovação do desinvestimento de 100% da participação na Copel Telecomunicações pelo Conselho de Administração. Nesta ocasião também foi aprovado o início da etapa externa que englobou: (i) a abertura de um Virtual Data-Room (“VDR”) com informações detalhadas do desinvestimento; (ii) o envio do processo completo para análise pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR; e (iii) o agendamento e realização de uma audiência pública virtual sobre o desinvestimento, a ser operacionalizada em conjunto com a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em 16.09.2020, o Fato Relevante 10/2020 comunicou que o Conselho de Administração da Companhia autorizou a publicação do Edital do Leilão de Desinvestimento da Copel Telecomunicações com o preço mínimo do desinvestimento de R\$ 1.401.090 para o *Equity Value*. Nesta data a Administração entendeu que foram atendidos os critérios determinados pelo Pronunciamento Técnico CPC 31- IFRS 5 para classificar o ativo como mantido para venda e para a divulgação de uma operação como descontinuada.

Em 09.11.2020, ocorreu a sessão pública de Leilão relativa à alienação de 100% das ações de emissão da Copel Telecomunicações de titularidade da Companhia. O Bordeaux Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia foi declarado vencedor do certame, após apresentar a maior oferta, no valor de R\$ 2.395.000, representando um ágio de 70,94% em relação ao valor mínimo de arrematação. Serão tomadas as providências aplicáveis às próximas etapas estabelecidas na documentação do Leilão, incluindo a verificação da habilitação do arrematante e a divulgação do resultado preliminar do Leilão em 16.11.2020

Destacamos que durante a realização dos estudos para alienação da Copel Telecomunicações foram identificados alguns ativos considerados estratégicos para a Copel Distribuição e para a Copel Geração e Transmissão, subsidiárias integrais da Copel, além de alguns outros ativos administrativos que serão mantidos na Copel, dentro da própria Copel ou de suas outras subsidiárias. Além disso, no processo de desinvestimento a Administração definiu que todos os empregados registrados na Copel Telecom serão realocados para as demais subsidiárias da Copel. Diante destas definições, tanto os saldos dos ativos que serão mantidos na Companhia quanto o total das obrigações com empregados e administradores, incluindo obrigações de benefício pós emprego e tributos diferidos associados, não foram reclassificados para as contas de ativos e os passivos associados classificados como mantidos para venda.

Apresentamos a seguir os saldos dos demais ativos e passivos que foram reclassificados, os quais são apresentados em linha específica do balanço patrimonial. Em atendimento à norma contábil, os saldos são mensurados pelos valores contábeis, tendo em vista que são inferiores aos valores justos menos as despesas de venda.

	Controladora	Consolidado
Ativos classificados como mantidos para venda		
Caixa e equivalentes de caixa	-	230.013
Clientes	-	43.078
Estoques	-	7.182
Tributos a recuperar e tributos diferidos	-	131.058
Depósitos judiciais	-	14.952
Imobilizado	-	723.660
Intangível	-	9.523
Direito de uso de ativos	-	5.463
Investimentos	718.406	-
Outros créditos	-	16.914
	718.406	1.181.843
Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda		
Fornecedores	-	18.268
Obrigações fiscais	-	26.973
Empréstimos e financiamentos e Debêntures	-	657.297
Passivo de arrendamentos	-	5.771
Provisões para litígios	-	36.976
Outras contas a pagar	-	1.448
	-	746.733

Os ativos e passivos reclassificados fazem parte do segmento de telecomunicações que, com o desinvestimento da Copel Telecomunicações, será descontinuado na Copel.

Portanto, as receitas, custos e despesas bem como a movimentação de fluxo de caixa resultantes desses ativos e passivos foram apresentadas em linhas separadas, como operação descontinuada, tanto na Demonstração de Resultados como na Demonstração dos Fluxos de Caixa e na Demonstração do Valor Adicionado. O detalhamento destes valores está apresentado nos quadros a seguir:

Demonstração de Resultados das Operações Descontinuadas	Controladora		Consolidado	
	30.09.2020	30.09.2019	30.09.2020	30.09.2019
Receita operacional líquida	-	-	261.881	286.663
Custos Operacionais	-	-	(109.243)	(192.713)
Lucro operacional bruto	-	-	152.638	93.950
Despesas com vendas	-	-	(29.058)	(24.875)
Despesas gerais e administrativas	-	-	(15.682)	(16.225)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	-	(22.024)	(91.289)
Resultado da equivalência patrimonial	46.476	(32.093)	-	-
	46.476	(32.093)	(66.764)	(132.389)
Lucro (prejuízo) antes do res. financeiro e tributos	46.476	(32.093)	85.874	(38.439)
Resultado Financeiro	-	-	(21.290)	(26.167)
Lucro (prejuízo) operacional	46.476	(32.093)	64.584	(64.606)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(24.182)	16.442
Lucro líquido (prejuízo) do período	46.476	(32.093)	40.402	(48.164)

Demonstração dos Fluxos de Caixa das Operações Descontinuadas	Controladora		Consolidado	
	30.09.2020	30.09.2019	30.09.2020	30.09.2019
Lucro líquido do período	46.476	(32.093)	40.402	(48.164)
Ajustes ao lucro	(46.476)	32.093	202.404	276.881
Variações de ativos e passivos	-	-	(9.645)	(17.519)
Impostos e encargos pagos	-	-	(56.316)	(46.162)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	-	-	176.845	165.036
Aquisições de imobilizado e intangível	-	-	(56.205)	(155.096)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	-	-	(56.205)	(155.096)
Ingressos de debêntures emitidas	-	-	-	210.000
Amortizações de empréstimos e arrendamentos	-	-	(7.353)	(6.900)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	-	(7.353)	203.100
Variação no caixa e equivalentes de caixa	-	-	113.287	213.040

Demonstração do Valor Adicionado das Operações Descontinuadas	Controladora		Consolidado	
	30.09.2020	30.09.2019	30.09.2020	30.09.2019
Valor Adicionado a Distribuir				
Receitas	-	-	403.952	394.053
(-) Insumos adquiridos de terceiros	-	-	(96.657)	(255.057)
(-) Depreciação e amortização	-	-	(104.929)	(60.686)
(+) Valor adicionado transferido	46.476	(32.093)	17.978	14.828
	46.476	(32.093)	220.344	93.138
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	-	-	-	-
Governo	-	-	141.504	102.869
Terceiros	-	-	38.438	38.432
Acionistas	46.476	(32.093)	40.402	(48.163)
	46.476	(32.093)	220.344	93.138

42 Eventos subsequentes

42.1 PDI

Em 1º.10.2020, a Copel lançou um novo Programa de Demissão Incentivada - PDI alinhado ao compromisso assumido de redução dos custos gerenciáveis e aprimoramento da eficiência operacional da Companhia. O programa foi aberto em duas fases, limitado ao orçamento aprovado de R\$ 74.800.

As adesões para a primeira fase ocorreram no período de 1º a 15.10.2020, totalizando 218 empregados que devem se desligar da empresa em 15.11.2020. A segunda fase do programa ainda está em andamento, com adesões entre 1º a 15.11.2020.

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO

em 30 de setembro de 2020

em milhares de reais

1 Linhas de Distribuição

Redes Compactas - A Copel Distribuição S.A. vem implantando redes compactas em áreas urbanas com elevado grau de arborização nas proximidades das redes de distribuição. Essa tecnologia evita cortes e podas de árvores e melhora a qualidade do fornecimento, pois reduz o número de desligamentos. Ao final de setembro de 2020, a extensão das redes compactas instaladas era de 13.151 km (11.274 km em setembro de 2019), representando um acréscimo de 1.877 km, ou de 16,6%, em doze meses.

Rede Secundária Isolada - A Copel Distribuição também está investindo em redes secundárias isoladas em baixa tensão (127/220 V), que apresentam vantagens significativas em relação à rede aérea convencional, tais como: melhorar os indicadores Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, dificultar o furto de energia, melhorar as condições do meio ambiente, reduzir as áreas de podas, aumentar a segurança, reduzir a queda de tensão ao longo da rede e aumentar a vida útil dos transformadores pela redução do número de curtos-circuitos na rede, entre outras. Ao final de setembro de 2020, a extensão das redes de distribuição secundárias isoladas instaladas era de 19.824 km ante 18.919 km em setembro de 2019, um acréscimo de 905KM, ou 4,8%, em doze meses.

2 Mercado de Energia

Comportamento do mercado - A geração própria de energia da Copel Geração e Transmissão S.A. e parques eólicos nos 9 (nove) primeiros meses de 2020 foi de 8.962GWh (15.235GWh no mesmo período de 2019). Essa diferença deve-se ao longo período de estiagem que atingiu a região Sul do país em 2020. Com isso, as usinas hidráulicas da região Sul, dentre elas as da Copel, foram poupadas do despacho pela ONS, sendo suas obrigações contratuais atendidas pelo MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. A seguir, apresentamos o fluxo de energia do grupo Copel no período findo em 30.09.2020:

Fluxo de energia (GWh)			janeiro a setembro de 2020		

CCEAR: Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.

CER: Contrato de Energia de Reserva.

CCEE (MVE): Liquidação financeira de excedentes de energia da distribuidora ao mercado livre através do Mecanismo de Venda de Excedentes.

CCEE (MCP): Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (Mercado de Curto Prazo).

MRE: Mecanismo de Realocação de Energia.

CG: Centro de Gravidade do Submercado (diferença entre a energia faturada e a recebida no CG).

¹Outros: Energia comprada pela Copel Comercialização.

²Suprimento de energia a concessionárias e permissionárias com mercado próprio inferior a 500GWh/ano.

³Suprimento de energia a distribuidora agente da CCEE, através de Contrato Bilateral Regulado - CBR.

⁴Cessões MCSD EN - Cessões contratuais a outras distribuidoras através do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova.

Não considera a energia produzida pela UTE Araucária vendida no mercado de curto prazo (MCP) ou através de contratos bilaterais.

Venda de energia - Na tabela a seguir são apresentadas as vendas totais de energia da Copel:

Classe	Em GWh		
	jan a set 2020	jan a set 2019	Variação
Copel Distribuição			
Mercado cativo	14.179	14.748	-3,9%
Residencial	5.793	5.571	4,0%
Industrial	1.719	1.989	-13,6%
Comercial	3.080	3.528	-12,7%
Rural	1.828	1.765	3,6%
Outras	1.759	1.895	-7,2%
Concessionárias e permissionária	56	145	-61,4%
CCEE (Cessões MCSD EN)	517	751	-
CCEE (MVE)	328	358	-
CCEE (MCP) (a)	1.743	1.291	35,0%
Total da Copel Distribuição	16.823	17.293	-2,7%
Copel Geração e Transmissão (com FDA)			
CCEAR (Copel Distribuição)	90	91	-1,1%
CCEAR (outras concessionárias)	1.649	1.646	0,2%
Consumidores livres	2.462	3.084	-20,2%
Contratos bilaterais (Copel Comercialização)	5.338	3.757	42,1%
Contratos bilaterais ¹	2.219	2.765	-19,7%
CCEE (MCP) ²	634	483	31,3%
Total da Copel Geração e Transmissão	12.392	11.826	4,8%
Parques Eólicos			
CCEAR (Copel DIS)	24	23	4,3%
CCEAR (outras concessionárias)	965	964	0,1%
CER	687	686	0,1%
Total dos Parques Eólicos	1.676	1.673	0,2%
Copel Comercialização			
Consumidores Livres	3.351	1.991	68,3%
Contratos Bilaterais (empresas do grupo)	318	216	
Contratos Bilaterais	5.202	4.037	
CCEE (MCP)	227	43	427,9%
Total Copel Comercialização	9.098	6.287	44,7%
Total	39.989	37.079	7,8%

Observação: Não considera a energia disponibilizada através do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) e a energia da UTE Araucária vendida no mercado de curto prazo (MCP) ou através de contratos bilaterais.

¹ Inclui Contratos de Venda no Curto Prazo.

² Garantia Física alocada no período, após impacto do GSF.

CCEE: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica / CCEAR: Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado / MCP: Mercado de Curto Prazo / CER: Contrato de Energia de Reserva.

Mercado fio da Copel Distribuição (TUSD) - O mercado fio da Copel Distribuição, composto pelo mercado cativo, pelo suprimento a concessionárias e permissionárias dentro do Estado do Paraná e pela totalidade dos consumidores livres existentes na sua área de concessão, ajustado pela saída dos consumidores em 230 kV da base de comparação, apresentou queda de 2,7% no consumo de energia nos 9 (nove) primeiros meses de 2020. Este resultado decorre, principalmente, da redução da atividade econômica no segundo trimestre do ano, em diversas áreas, em função dos efeitos da pandemia da Covid-19. A produção industrial do Paraná, por exemplo, teve queda de 9,1% no mês de julho e de 7,6% no mês de agosto.

Mercado cativo da Copel Distribuição - A venda de energia para o mercado cativo da Copel Distribuição totalizou 14.179GWh nos 9 (nove) primeiros meses de 2020, representando uma redução de 3,9%. A seguir, apresentamos o consumo por classe de consumidores:

- A classe residencial consumiu 5.793GWh nos 9 (nove) primeiros meses de 2020, um crescimento de 4,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, reflexo do aumento do consumo médio mensal, influenciado, principalmente, pelas medidas de isolamento social implementadas a partir da segunda quinzena de março, que motivaram as pessoas a permanecerem em suas casas. Ao final de setembro de 2020, a classe residencial representou 40,9% do consumo do mercado cativo, com 3.911.289 consumidores.

- A classe industrial consumiu 1.719GWh nos 9 (nove) primeiros meses de 2020, uma redução de 13,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, reflexo, principalmente, da forte diminuição do nível de atividade econômica, efeito da pandemia da Covid-19, em diversas áreas, sendo que os segmentos de fabricação de produtos alimentícios, fabricação de produtos de borracha e de material plástico e fabricação de produtos de madeira foram os que mais impactaram nesse resultado. Ao final de setembro de 2020, a classe industrial representou 12,1% do consumo do mercado cativo, com 70.936 consumidores.

- A classe comercial consumiu 3.080GWh nos 9 (nove) primeiros meses de 2020, uma redução de 12,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, também decorrente da redução do nível de atividade econômica, efeito da pandemia da Covid-19, sendo que as atividades de comércio varejista, alimentação e comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas, foram as que mais impactaram nesse resultado. Ao final de setembro de 2020, essa classe representava 21,7% do consumo do mercado cativo, com 407.324 consumidores.

- A classe rural consumiu 1.828GWh nos 9 (nove) primeiros meses de 2020, um crescimento de 3,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido ao bom desempenho do agronegócio no Paraná, apesar dos efeitos negativos da pandemia da Covid-19. Ao final de setembro de 2020, a classe representou 12,9% do consumo do mercado cativo da Copel com 348.453 consumidores.

- As outras classes (poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e consumo próprio) totalizaram 1.759 GWh nos 9 (nove) primeiros meses de 2020, uma queda de 7,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, em decorrência, principalmente, da redução na classe “poderes públicos”, o que também foi motivado pelos efeitos da pandemia da Covid-19. Em conjunto, essas classes representaram 12,4% do consumo do mercado cativo, com 59.521 consumidores.

Número de consumidores - O número de consumidores finais (cativos da Copel Distribuição e consumidores livres atendidos pela Copel GeT, Copel Comercialização e por outros fornecedores dentro da área de concessão da Copel Distribuição) faturados em setembro de 2020 foi de 4.799.286, representando um crescimento de 2,2% sobre o mesmo mês de 2019.

Classe	set 2020	set 2019	Variação
Residencial	3.911.289	3.808.092	2,7%
Industrial	70.936	72.171	-1,7%
Comercial	407.324	404.704	0,6%
Rural	348.453	350.595	-0,6%
Outras	59.521	58.419	1,9%
Total cativo	4.797.523	4.693.981	2,2%
Suprimento Fio (a)	7	7	0,0%
Consumidores livres (b)	1.756	1.293	35,8%
Total geral	4.799.286	4.695.281	2,2%

(a) Total do suprimento fio no mercado cativo (concessionárias e permissionárias) e livre.

(b) Total de consumidores livres atendidos dentro da área de concessão da Copel Distribuição.

3 Administração

Quadro de empregados

Empregados	set 2020	set 2019
Copel e subsidiárias integrais		
Copel	97	68
Copel Geração e Transmissão	1.616	1.674
Copel Distribuição	4.883	5.289
Copel Telecomunicações	369	440
Copel Comercialização	41	42
	7.006	7.513
Controladas		
Compagás	149	149
Elejor	7	7
UEG Araucária	15	16
	171	172

4 Relações com o Mercado

De janeiro a setembro de 2020, as ações ordinárias nominativas (ON - código CPLE3) e as ações preferenciais nominativas classe B (PNB - código CPLE6) da Copel estiveram presentes em 100% dos pregões da Brasil Bolsa Balcão (B3). As ações em circulação totalizaram 68,93% do capital da Companhia. Ao final de setembro de 2020, o valor de mercado da Copel, considerando as cotações de todos os mercados, ficou em R\$16.361,0 milhões.

Na B3, as ações ON fecharam o período cotadas a R\$ 57,80 com variação negativa de 16,35%; as ações PNB fecharam o período cotadas a R\$ 62,01 com variação negativa de 10,22%. No mesmo período o IBOVESPA teve variação negativa de 18,20%.

Na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), as ações ON são negociadas no “Nível 1” na forma de ADR’s, sob o código ELPVY, estiveram presentes em 9% dos pregões, fechando o período cotadas a US\$10,20 com variação negativa de 40,35%; as ações PNB são negociadas no “Nível 3” na forma de ADS’s, sob o código ELP, estiveram presentes em 100% dos pregões, fechando o período cotadas a US\$ 10,20 com variação negativa de 34,95%. Neste mesmo período o índice DOW JONES teve variação negativa de 2,65%.

No LATIBEX (Mercado de Valores Latino-Americano em Euros), vinculado à Bolsa de Valores de Madri, as ações PNB da Companhia são negociadas sob o código XCOP, estiveram presentes em 22% dos pregões, fechando o período cotadas a € 9,35 com variação negativa de 38,49%. No mesmo período o índice LATIBEX All Shares teve variação negativa de 43,06%.

A tabela a seguir sintetiza as negociações das ações da Copel nos 9 (nove) primeiros meses de 2020:

Negociação das ações - jan a set 2020	ON		PNB	
	Total	Média diária	Total	Média diária
B3				
Negócios	343.767	1.829	1.313.709	6.988
Quantidade	68.342.800	363.526	245.828.600	1.307.599
Volume (R\$ mil)	4.197.374	22.326	15.305.853	81.414
Presença nos pregões	188	100%	188	100%
Nyse				
Quantidade	24.726	1.454	128.359.747	679.152
Volume (US\$ mil)	302	18	1.633.152	8.641
Presença nos pregões	17	9%	189	100%
Latibex				
Quantidade	0	0	23.610	549
Volume (€ mil)	0	0	272	6
Presença nos pregões	0	0%	43	22%

5 Tarifas

Tarifas de fornecimento de energia

Tarifas médias de fornecimento (a) - R\$/MWh	set 2020	set 2019	Variação
Industrial	483,66	666,60	-27,4%
Residencial	498,79	513,95	-2,9%
Comercial	570,85	505,08	13,0%
Rural	492,88	370,39	33,1%
Outros	350,29	361,88	-3,2%
Tarifa média de fornecimento e disponibilidade (R\$ / MWh)	536,07	497,18	7,8%
Tarifa média de demanda (R\$ / KW)	25,93	23,31	11,2%

¹ Não considera bandeiras tarifárias, sem pis/cofins, líquido de ICMS.

¹ Não inclui consumidores livres.

Tarifas de compra de energia

Tarifas de compra de energia* - R\$/MWh	set 2020	set 2019	Variação
Itaipu (a)	380,50	275,14	38,3%
Leilão 2010 - H30	240,14	235,71	1,9%
Leilão 2010 - T15 (b)	166,21	152,79	8,8%
Leilão 2011 - H30	247,61	242,98	1,9%
Leilão 2011 - T15 (b)	216,87	199,58	8,7%
Leilão 2012 - T15 (b)	151,56	249,04	-39,1%
Leilão 2016 - T20 (b)	166,30	164,90	0,8%
Leilão CCEAR 2014 - 2019 (c)	-	164,05	-
Bilaterais	-	-	-
Angra	282,36	256,76	10,0%
Contrato de cotas de garantia física - CCGF (d)	114,53	106,37	7,7%
Santo Antonio	153,67	150,84	1,9%
Jirau	135,21	132,72	1,9%
Demais Leilões (e)	194,81	191,04	2,0%
Média	211,27	185,24	14,1%

(a) Transporte de Furnas não incluído.

(b) Preço médio do leilão conforme pagamento bilateral aos vendedores. Não inclui efeitos de contratação contabilizados pela CCEE.

(c) Disponibilidade.

(d) Contrato de cotas de garantia física das UHEs que tiveram suas concessões prorrogadas nos termos da Lei 12.783/13.

(e) Preço médio ponderado dos produtos. Não inclui Proinfa.

*A tabela foi atualizada para todos os períodos conforme nova metodologia de apuração dos preços médios, resultado da 4ª fase da AP 78/2011 da Aneel, aprovada em 28/03/2016.

Tarifas de suprimento de energia

Tarifas de suprimento de energia - R\$/MWh	Set 2020	Set 2019	Variação
Leilão - CCEAR 2011-2040 (UHE Mauá)	231,81	225,57	2,8%
Leilão - CCEAR 2013-2042 (Cavernoso II)	249,73	242,60	2,9%
Leilão - CCEAR 2015 - 2044 (Colíder) (a)	176,77	178,62	-1,0%
Leilão - CCEAR 2018 - 2048 (Baixo Iguaçu)	183,76	171,82	6,9%
Concessionárias dentro do Estado do Paraná	217,59	308,81	-29,5%

Com PIS/COFINS. Líquida de ICMS.

(a) Para o ano de 2018, a energia de Colíder foi submetida ao MCSD de Energia Nova. O atendimento dos CCEARs está sendo realizado parcialmente na proporção da entrada em operação comercial das suas unidades, conforme liminar sob a ação n.º 1018935-95.2017.4.01.3400.

6 Resultado Econômico-Financeiro

Receitas (NE nº 32)

A Receita operacional líquida, acumulada até setembro de 2020, atingiu R\$ 12.978.091 montante 12,4% superior aos R\$ 11.545.200 registrados no mesmo período de 2019.

Essa variação decorreu, principalmente, pelos seguintes fatos:

- a) aumento de 4,8% na Receita de fornecimento de energia elétrica, em virtude principalmente do aumento de 0,9% no volume de energia vendida aos consumidores finais com o efeito da retração econômica provocada pela pandemia do coronavírus que impactou fortemente as classes industrial e comercial;
- b) aumento de 12,7% na Receita de suprimento de energia elétrica, sobretudo pelo aumento de energia comercializada de contratos bilaterais e contratos no ambiente regulado, pelo despacho da UEGA - que não havia operado em 2019, compensado pelos impactos do MRE devido a restrição hídrica no Sul do País;
- c) aumento de 2,2% na Receita de disponibilidade da rede elétrica, devido essencialmente ao resultado positivo da revisão tarifária periódica do contrato 060/2001 de transmissão, compensado pela redução no mercado fio da Distribuidora em 2,7% e pela menor atualização sobre o saldo do ativo de contrato e Bônus de outorga da usina GPS;
- d) redução de 41,7% na Receita de Distribuição de gás canalizado impactado pelo menor volume comercializado de gás, reflexo da pandemia do coronavírus que atingiu, principalmente, os segmentos industrial, comercial e veicular, bem como pela redução da recuperação de PIS e Confins sobre ICMS ocorrido no terceiro trimestre de 2019;
- e) efeito positivo de R\$ 810.563 em decorrência do trânsito em julgado da ação que reconheceu o direito da Copel DIS de excluir da base de cálculo do PIS e Cofins o valor integral do ICMS.

Custos e Despesas Operacionais (NE nº 33)

O total de custos e despesas operacionais atingiu R\$ 9.848.947 no terceiro trimestre de 2020, valor 8,9% superior aos R\$ 9.045.560 registrados no mesmo período de 2019. Os principais destaques foram:

- a) aumento de 3,5% em Energia elétrica comprada para revenda decorrente sobretudo da maior compra da energia de Itaipu e de contratos bilaterais para fazer frente ao maior volume de energia vendida no mercado livre no período;
- b) aumento de 7,1% na remuneração de Pessoal e administradores em virtude, principalmente, do acréscimo em provisão por desempenho e participação nos lucros e do reajuste salarial de 2,92% em outubro de 2019, conforme acordo coletivo, compensados parcialmente pela redução do quadro de empregados e política de redução de custos;

- c) aumento de R\$ 141.066 em matéria prima e insumos para produção de energia, devido ao despacho da UEGA em 2020.
- d) redução de 40,0% nas despesas com Gás natural e insumos para operação de gás decorrente do menor volume de aquisição para revenda;
- e) aumento de 9,3% na conta de depreciação e amortização decorrente do início da operação comercial em 2019 das usinas de Colíder, Cutia e Baixo Iguaçu;
- f) aumento de 471,9% em Perdas de crédito, provisões e reversões decorrente do *impairment* no segmento de geração e do acréscimo em Perdas de créditos esperadas no período e em Provisão de litígios; e
- g) redução de 5,3% em Outros custos e despesas operacionais devido ao menor valor em compensação financeira pela utilização de recursos hídricos e à revogação, em dezembro de 2019, da lei que instituiu a Taxa de Controle. Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e do Aproveitamento de Recurso Hídricos (TCFRH).

Resultado da Equivalência Patrimonial

Aumento de R\$ 43.167 em setembro de 2020, comparado com mesmo período de 2019, decorrente, principalmente, do resultado positivo da equivalência na controlada em conjunto Mata de Santa Genebra que compensou o resultado negativo das controladas em conjunto Caiuá e Cantareira.

Resultado Financeiro (NE nº 34)

O acréscimo de R\$ 1.202.100 no resultado financeiro, correspondente a 359,8% comparado com o mesmo período de 2019, deve-se principalmente ao reconhecimento de crédito tributário decorrente da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins no montante de R\$ 940.917 em setembro de 2020, detalhado na NE nº 13.2.1.

Lajida

O lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização - Lajida (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization - Ebitda*) está demonstrado a seguir:

Consolidado	30.09.2020	30.09.2019	Varição	31.12.2019
Cálculo do Lajida/Ebitda				
Lucro líquido do período - operações em continuidade	2.745.901	1.514.577	81,30%	2.134.645
IRPJ e CSLL diferidos	109.436	243.885	-55,13%	265.880
Provisão para IRPJ e CSLL	1.225.170	447.274	173,92%	398.257
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(867.964)	334.136	-359,76%	455.364
Lajir/Ebit	3.212.543	2.539.872	26,48%	3.254.146
Depreciação e Amortização	741.896	678.691	9,31%	995.724
Lajida/Ebitda	3.954.439	3.218.563	22,86%	4.249.870
Atribuído aos acionistas da empresa controladora	3.908.430	3.101.703	26,01%	4.097.087
Atribuído aos acionistas não controladores	46.009	116.860	-60,63%	152.783
Cálculo da Margem do Ebitda				
Ebitda	3.954.439	3.218.563	22,86%	4.249.870
Receita Operacional Líquida - ROL	12.978.091	11.545.200	12,41%	16.244.274
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	30,5%	27,9%	9,3%	26,2%

O Lajida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527/2012. Não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas normas internacionais de contabilidade, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia o divulga porque o utiliza para medir o seu desempenho.

O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	MARCEL MARTINS MALCZEWSKI
Membros	ADRIANA ANGELA ANTONIOLLI CARLOS BIEDERMANN DANIEL PIMENTEL SLAVIERO GUSTAVO BONINI GUEDES LEILA ABRAHAM LORIA LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO OLGA STANKEVICIUS COLPO

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Presidente	MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO
Membros	CARLOS BIEDERMANN LEILA ABRAHAM LORIA LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA OLGA STANKEVICIUS COLPO

CONSELHO FISCAL

Presidente	DEMETRIUS NICHELE MACEI
Membros Titulares	HARRY FRANÇÓIA JÚNIOR JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO LETÍCIA PEDERCINI ISSA MAIA ROBERTO LAMB

Membros Suplentes	ESTEVÃO DE ALMEIDA ACCIOLY GILBERTO PEREIRA ISSA JOÃO LUIZ GIONA JUNIOR OTAMIR CESAR MARTINS
-------------------	---

DIRETORIA

Diretor Presidente	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Diretora de Gestão Empresarial	ANA LETÍCIA FELLER
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores	ADRIANO RUDEK DE MOURA
Diretor de Desenvolvimento de Negócios	CASSIO SANTANA DA SILVA
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais	EDUARDO VIEIRA DE SOUZA BARBOSA
Diretor de Governança, Risco e <i>Compliance</i>	VICENTE LOIÁCONO NETO
Diretor Adjunto	DAVID CAMPOS

CONTADOR

CRC-PR-043819/O-0	RONALDO BOSCO SOARES
-------------------	----------------------

Informações sobre este relatório:

Relações com investidores:	Fone: +55 (41) 3222-2027 ri@copel.com
----------------------------	--

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Paranaense de Energia - COPEL

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia Paranaense de Energia - COPEL ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em

30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed

by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de

uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Ênfase

Assuntos relacionados à COVID-19

Sem modificar a nossa conclusão, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às informações financeiras intermediárias, na qual a Companhia descreve os efeitos e potenciais efeitos da COVID-19 em suas operações, bem como as ações planejadas e as ações tomadas até o momento.

Reapresentação dos valores correspondentes

Sem modificar a nossa conclusão, chamamos atenção às notas explicativas nº 3.6 às informações financeiras intermediárias, que apresentam as reclassificações efetuadas pela Companhia em decorrência da classificação dos ativos da subsidiária Copel Telecomunicações S.A. como operação descontinuada, sendo que os valores correspondentes referentes às demonstrações do resultado do período, do resultado abrangente do período, dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo apresentados como previsto no Pronunciamento Técnico CPC 31/ IFRS 5.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Curitiba, 12 de novembro de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO TERCEIRO TRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2020**

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Paranaense de Energia - Copel, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam à revisão das Demonstrações Financeiras Intermediárias referentes ao 3º trimestre de 2020 aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião desta data. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos conselheiros antecipadamente à reunião e discutidas previamente com a Administração e com a auditoria independente. Com base nos trabalhos desenvolvidos ao longo do trimestre, nas análises efetuadas, no acompanhamento das discussões sobre os controles internos e nos esclarecimentos prestados pela Administração e a auditoria independente, e, considerando ainda o Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais do Período de Nove Meses Findo em 30 de Setembro de 2020 da auditoria independente, Deloitte Touche Tohmatsu Limited, emitido sem ressalvas, os Conselheiros Fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não estejam refletidos nas Demonstrações Financeiras Intermediárias relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2020, e opinam que tais demonstrações podem ser divulgadas.

Curitiba, 12 de novembro de 2020

DEMETRIUS NICHELE MACEI
Presidente

HARRY FRANÇÓIA JÚNIOR

JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO

LETÍCIA PEDERCINI ISSA MAIA

ROBERTO LAMB

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Companhia Paranaense de Energia - Copel, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Rua Coronel Dulcídio, 800, Curitiba - PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.483.817/0001-20, para fins do disposto no inciso II, parágrafo 1º, do artigo 29 da Instrução CVM nº 480/2009, declaramos que:

(I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes relativamente às informações financeiras intermediárias da Copel, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, de 30.09.2020; e

(II) revimos, discutimos e concordamos com as informações financeiras intermediárias da Copel, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, de 30.09.2020.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 12 de novembro de 2020

Daniel Pimentel Slaviero
Diretor Presidente

Ana Letícia Feller
Diretora de Gestão Empresarial

Adriano Rudek de Moura
Diretor de Finanças e de
Relações com Investidores

Cassio Santana da Silva
Diretor de Desenvolvimento de
Negócios

Eduardo Vieira de Souza Barbosa
Diretor Jurídico e de
Relações Institucionais

Vicente Loíacono Neto
Diretor de Governança, Risco e
Compliance